

8 ARTIGOS
ACADÊMICOS

RESENHA
DO LIVRO "SOCIEDADE DA
TRANSPARÊNCIA"

ENTREVISTA
LILIA SCHWARCZ

VOLUME 15 - Nº 2 - ED. 2017

revista
habitus

ISSN: 1809-7065



<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>



Volume 15 – Número 2 – Edição 2017

revistas.ufrj.br/index.php/habitus

A Revista Habitus é uma publicação eletrônica semestral, cujo objetivo é oferecer aos jovens pesquisadores uma oportunidade de divulgação de seus trabalhos, de socialização às regras do mundo acadêmico e de produção do desejo de escrever e de ser reconhecido pelo campo científico brasileiro.

Desde 2003, a Revista Habitus se organiza para que estudantes de Ciências Sociais de todo o país possam ter um espaço para a publicação de seus artigos e resenhas. Trata-se de um trabalho voluntário, realizado pelos alunos de graduação em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), que estimula a produção acadêmica nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Ao longo de todas as nossas edições, contamos também com uma sessão de Entrevistas, onde estabelecemos uma conversa franca com pesquisadores e professores para compreender os novos rumos da disciplina. Para acessar as datas para a entrega de artigos, assim como nossos procedimentos editoriais, consultar nossas [Normas](#).

Periodicidade: Semestral | ISSN: 1809.-7065 | Contatos: revistahabitus@gmail.com

© Instituto de Filosofia e Ciências Sociais | Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Expediente – Comitê Editorial

Anthony Rodrigues, Carolina Medeiros, Cleissa Regina Martins, Elis Colares, Emanuely Silva, Francisco Kerche, Gizelle Castro, Glicia Peclat, Júlia Kovac, Lucas Lemos, Maria Clara Ferro, Mayra Luiza Pinheiro, Millena Moraes, Olga Christina Zunino, Paula Frias dos Santos, Tayná Mendes, Vivian Santos.

Conselho Editorial

Adam Ramey, André Pereira Botelho, Christina Toren, Cristina Buarque de Hollanda, Cybelle Salvador Miranda, Emerson Alessandro Giumbelli, Fernando Rabossi, Kátia Couto, Luís Felipe Miguel, Michael Burawoy, Paula Lengueta, Ruy Braga.

ÍNDICE / CONTEÚDO

Editorial.....	3
A ascensão das celebridades acadêmicas.....	6
A política dos humanos e a política dos insetos sociais.....	17
As redes sociais e a visibilidade social juvenil.....	28
Atenção e engajamento discente em situações de sala de aula.....	46
O conflito nas obras de Maquiavel e de Marx.....	63
Para além do parentesco: pais protetores e afins predadores na Amazônia Indígena.....	75
Percepções políticas dos democratas brasileiros nos anos de 2013 e 2015.....	93
The Unabomber: estudo de caso e perspectivas acerca do ambientalismo radical.....	111
Sociedade da Transparência.....	125
Lima Barreto, um intelectual de fronteira: entrevista com Lilia M. Schwarcz.....	134

A CEGUEIRA DA VISÃO

"Se você acha que sua crença é baseada na razão, você a defenderá com argumentos e não pela força, e renunciará a ela se seus argumentos se mostrarem inválidos. Mas se sua crença se baseia na fé, você perceberá que a discussão é inútil e, portanto, recorrerá à força, ou na forma de perseguição ou anestesiando e distorcendo as mentes das crianças no que é chamado 'educação'."

Bertrand Russell¹

O medo nos assola. E, assombrados, tememos o futuro. O medo, contudo, é sempre um péssimo aliado para ações de qualquer natureza, especialmente em se tratando de política e sociedade. No entanto, é esta a sensação do corpo editorial, enquanto graduandos e graduandas de uma área de estudos que visa justamente o conhecimento e melhores resoluções para nossos problemas sociais.

Seria impossível não mencionar e repudiar o atentado à vida de Marielle Franco, executada pela sua trajetória de luta contra uma estrutura excludente a pessoas negras, moradoras de favelas e áreas periféricas, sujeitas ao descaso e à violência por parte do Estado. Quase tudo já foi dito em sua honra, e nos limitamos aqui a prestar as condolências em respeito à sua multifacetada figura, independente de quaisquer clivagens que venhamos a ter. E seria imprudente, por sua vez, não condenar o que foi dito nas campanhas de difamação contra a luta e o legado de Marielle Franco, nas chamadas “fake news”: um grande sintoma da perigosa polaridade irracional que parece ser a tônica do Brasil e do mundo atual.

Da mesma forma, estendemos nossas condolências aos familiares de Matheusa Passarelli, estudante de Artes Visuais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e proeminente figura do ativismo LGBTQI que, de maneira violenta teve sua vida interrompida. A interrupção da vida de Matheusa, contudo, não impedirá que os corpos transgressores das normas de gênero e sexualidade deixem de se manifestar e transitar pelos espaços que são a eles negados diariamente. O medo nos assola, e assola muito mais – de maneira hostil e fatal – pessoas que questionam e promovem transgressões no *status quo* político e social.

Cabe sempre ressaltar a importância de nossa área para contribuir e combater estes cenários, subsidiando o debate público sempre que possível em prol de uma sociedade baseada na racionalidade, na compreensão, na empatia, na igualdade e liberdade em seus sentidos mais

¹ “Human Society In Ethics and Politics” (1954), citado em “Bertrand Russell’s Best”, Volume 10 – página 59, Routledge Classics Series, Bertrand Russell’s Best, Bertrand Russell, Editora Taylor & Francis, 2009, ISBN 0415473586, 9780415473583, 128 páginas

plenos. Não seria em vão dizer que falhamos, de certa forma, enquanto acadêmicos e cidadãos, em promover tais valores de forma convincente.

É em meio a esta incerteza e crise social, econômica e política que também nos deparamos com a já mencionada, em editoriais anteriores, crise da ciência brasileira. Ainda assim, a revista chega a seu segundo número neste 15º volume, marcando os 15 anos em que, sem projetos de extensão e demais apoios institucionais formais, contando tão somente com a dedicação de gerações e gerações de graduandos e graduandas do IFCS, continuamos, apesar de todas as dificuldades, publicando.

É nesta toada que pedimos as mais sinceras desculpas à comunidade acadêmica e sociedade devido ao atraso em relação ao padrão de publicação. Em um curso marcado pela alta evasão e um enorme desestímulo perante as expectativas sociais e de mercado, o corpo editorial da revista passou por uma profunda reformulação, perdendo membros valiosos e com vasta experiência. Em meio a tais mudanças, e também por conta delas, aproveitamos para anunciar novidades de publicação ainda para este ano, com o Dossiê sobre Imagem e Ciências Sociais. Completados 15 anos com a mesma identidade visual, damos um novo passo simbólico e estético com mudanças nas cores da capa da revista, estas nesta edição simbolizando evidentemente nosso sentimento de luto perante os acontecimentos recentes. É mais um ano que se passa: mais um ano de mudanças e revoluções internas para a *Habitus* e todos nós.

Quanto à edição atual, apresentamos oito novos artigos, uma resenha e uma entrevista.

No artigo “**A política dos humanos e a política dos insetos sociais**”, Hugo Ferreira retorna com suas contribuições na interseção entre antropologia e biologia, desta vez acerca da interação entre humanos e animais, ao tratar mais especificamente do uso recorrente das analogias com insetos sociais no campo da política.

Em “**As redes sociais e a visibilidade social juvenil**”, Luiza Rodrigues investiga como se dá, assim como as motivações por detrás deste, o uso das redes sociais por parte da comunidade jovem e universitária, fazendo uso de uma abordagem etnográfica diferenciada diante das metodologias comumente empregadas para este objeto de estudo.

“**O conflito nas obras de Maquiavel e Marx: uma tentativa de interpretação**” é a contribuição de Carolina Gonçalves para a edição, focalizando a temática da Teoria Política normativa em uma abordagem comparada entre dois clássicos. A autora não só examina e destrincha o conceito de conflito nos dois autores como ainda relaciona este ao conceito de liberdade política e as consequências, ou não, desta como fruto do conflito político.

Em um artigo de teoria antropológica, João Andrada, em “**Para além do parentesco: pais protetores e afins predadores na Amazônia indígena**”, revisa e apresenta dois modelos etnológicos concorrentes para uma melhor explicação e compreensão da questão do parentesco.

Utilizando de uma abordagem calcada em análise de dados advinda do ramo da Ciência Política empírica, Júlia Figueiredo e Maria Luiza Duarte se debruçam, em “**Percepções políti-**

cas dos democratas brasileiros nos anos de 2013 e 2015”, nos impactos sentidos e reportados por democratas em anos recentes, marcados pela ainda presente crise institucional na política brasileira.

Fazendo uso de uma abordagem sociológica para entender uma vertente político-ideológica, Julia da Costa, Vinícius Antunes e Yuri da Costa revisitam, em **“The Unabomber: estudo de caso e perspectivas acerca do ambientalismo radical”**, o emblemático caso Unabomber, visando, a partir deste evento marcante, estabelecer o diálogo necessário entre as abordagens a fim de se compreender tal vertente.

Em **Lima Barreto, um intelectual de fronteira: Entrevista com Lilia M. Schwarcz**, a Revista *Habitus* dialoga com a pesquisadora Lilia Mortiz Schwarcz a respeito de sua obra *“Lima Barreto: Triste Visionário”*. Nessa entrevista é feita uma reflexão a respeito das principais questões abordadas no livro, ressaltando a importância de por em evidência a vida e a produção literária de Lima Barreto como um dos principais autores a focar na cultura negra expondo, por conseguinte, as contradições raciais da sociedade brasileira. Ademais, na entrevista é possível compreender as próprias motivações da autora a respeito do tema, o processo de desenvolvimento da biografia e suas dificuldades ou superações durante o prosseguimento de sua vida acadêmica no campo de estudo de raça no Brasil.

Por fim, a resenha desta edição, elaborada por Rhuann Fernandes, é do livro **“Sociedade da Transparência”** do filósofo Byung-Chul Han, quem se debruça sobre o papel da expansão da internet, em especial das redes sociais como um dos principais fatores do processo de homogeneização dos indivíduos de uma sociedade cada vez mais neoliberal. A transformação de pessoas em números e combinações é o foco do debate, em especial a restrição da pluralidade de pensamentos, a fim de explicar os fenômenos da modernidade.

Desejamos uma boa leitura! 📖

Comitê Editorial | Revista *Habitus* – IFCS/UFRJ

A ASCENSÃO DAS CELEBRIDADES ACADÊMICAS: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

THE RISE OF ACADEMIC CELEBRITIES: A CONCEPTUAL DISCUSSION

*Daniel Máximo Goés de Lima**

Cite este artigo: DE LIMA, Daniel Máximo Goés. A Ascensão das celebridades acadêmicas: uma discussão conceitual. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.6-16, maio, 2018. Semestral. Disponível em: <revistas.ufrj.br/index.php/habitus>. Acesso em: Maio. 2018.

Resumo: Neste trabalho, realizo uma revisão bibliográfica que visa a comparar os conceitos de “intelectual público” e “celebridade acadêmica”, de modo a discutir os significados e as formas de atuação de ambos. Para tal, lanço mão do conceito de “demotic turn” (Turner, 2006), com o intuito de lançar luz sobre a mudança nas diretrizes que orientam as ações dos meios de comunicação modernos, das reflexões acerca da indústria cultural propostas por (Adorno & Horkheimer, 1985) para analisar a demanda do grande público por respostas de “autoridades” para questões com que se deparam e da definição de “sociologia pública” proposta por (Burawoy, 2005) em comparação com o que se entende por “celebridades acadêmicas”.

Palavras-chave: Celebridade acadêmica; Intelectual público; Sociologia do conhecimento; Academia; Sociologia da academia.

Abstract: In this paper, I do a literature review in order to compare the concepts of “public intellectual” and “academic celebrities” so as to discuss their respective meanings and courses of action. To do so, I make use of the “demotic turn” concept (Turner, 2006) in order to clarify the changes in the modern media guidelines, and of the reflections on the cultural industry written by Adorno & Horkheimer (1985) to analyse the public demands for answers to the questions ordinary people face. At last, I have got some inspiration from the definition of “public sociology” formulated by Burawoy (2005) in comparison with what is assumed to be “academic celebrities”.

Keywords: Academic Celebrity; Public intellectual; Sociology of knowledge; Academy; Sociology of Academy.

A partir de um esforço de revisão bibliográfica, no presente trabalho procuro comparar os conceitos de *intelectual público e celebridade acadêmica*, com o objetivo de melhor compreender os significados particulares de cada um deles na atualidade e na história moderna. Desse modo, pretendo lançar luz sobre as formas de utilização de ambos os conceitos. Em um segundo momento, indicarei como a celebridade acadêmica, foco de nossa análise, se manifesta no campo intelectual brasileiro.

É válido ainda mencionar que aqui tratarei apenas dos intelectuais públicos e celebridades acadêmicas ligados de alguma forma às ciências humanas, pois aquilo que pauta a sua ação junto aos espaços públicos e a suas áreas de estudo pode não se estender a outros ramos do conhecimento científico. Dito isso, voltemo-nos agora para o exame da primeira figura mencionada.

1. Raízes e significados do intelectual público

Para analisar os possíveis significados do conceito do intelectual público, me vali principalmente das definições formuladas por (DOMINGUES, 2011), (OSLENDER, 2007), (BURAWOY, 2006) e (ARAUJO, 2014). Todos esses autores oferecem, de maneiras distintas, contribuições relevantes sobre os significados do intelectual público, e as implicações e possibilidades de inserção do conhecimento das ciências humanas no espaço público.

Para Domingues (2011), a origem do intelectual público remete, no plano da história ocidental moderna, “à própria “gênese do intelectual moderno”. Segundo Domingues, o intelectual goza de uma certa autoridade junto ao restante da sociedade e, uma vez munidos dos recursos necessários para atrair a atenção do público, utiliza-os para promover um debate de ideias e, por fim, propor certas linhas de atuação e persuadir seus ouvintes.

No entanto, é na França que, em meio a um contexto de “instituições incorrigíveis em descrédito” (DOMINGUES, 2011, pg.4), opera-se a transformação do intelectual moderno, dotado da capacidade de pensar por si próprio e de persuadir a outrem, em intelectual público. A desconfiança pré-revolucionária dos franceses em relação às suas próprias instituições produziu um desejo de repensar a sua própria sociedade a partir de um “projeto novo, abstrato e engenhoso”, para usar as palavras do referido autor. É aqui que ganha importância a presença do intelectual público.

Esse tipo de intelectual, distinto do intelectual ocupador de cargos públicos pré-existente, então, descoloca-se para a arena política e para os espaços públicos e defende aberta e claramente o que (DOMINGUES, 2011) denominou como uma “reforma do homem”, isto é, uma redefinição dos valores e eixos que norteiam a sua existência junto à sociedade. Aqui ele passa a assumir um papel decisivo de protagonista político, explicitamente movido por uma posição específica favorável a uma revolução social.

A “reforma” do homem sustentada por esses intelectuais, por sua vez, é pautada diretamente pelos valores ligados à ética republicana. Esse sistema ético, por outro lado, é fortemente inspirado pelos preceitos do Iluminismo clássico, movimento que vincula, no vocabulário kanti-

ano, “a saída do Homem de sua menoridade a partir do uso próprio da razão sem o auxílio de outrem”.

Em consonância com essa análise, (SIRINELLI, 1996), em um estudo histórico dos intelectuais na sociedade francesa, também ressalta como a definição do intelectual público nesse contexto esteve em muitos momentos atrelada à ideia de “engajamento na vida da cidade”. A partir disso, Sirinelli salienta ainda como que o próprio conceito de “intelectual público” não pode ser pensado de forma descolada das representações sociais que dele se fazem em um determinado contexto social e histórico. Em virtude disso, em se tratando do campo intelectual francês, ressalta também como essas representações, em muitos momentos, passaram pela “imagem religiosa dos intelectuais paladinos das grandes causas contemporâneas” (SIRINELLI, 1996).

Oslender, em paralelo, formula uma interpretação que está em consonância com a conceituação proposta por Domingues, pois ele argumenta que, historicamente, a “tarefa-chave dos intelectuais públicos foi a função de dissecar rigorosamente o autorretrato de problemas do poder dominante” (OSLENDER, 2007, pg.7). Desse ponto de vista, a principal característica desse intelectual é a sua posição de crítica frente ao poder.

Não obstante, sua especificação como público diz respeito ora ao fato de falar em público, ora ao trato de temas de interesse público. Podemos aqui, então, definir o intelectual público como uma personalidade crítica tanto em termos de um indivíduo crítico quanto de uma figura incisiva, que articula em torno de si as vozes de uma consciência coletiva ao ir ao encontro de suas palavras.

Mais adiante, Oslender chama atenção para a existência de uma grande variedade de intelectuais públicos que não dispõem de grande visibilidade dentro da esfera pública e das grandes mídias. Valendo-se de uma conceituação do pensamento bourdieusiano, ele sustenta que esses intelectuais nada mais são do que os chamados “intelectuais coletivos”, cujo grande projeto é o esforço de difusão de ferramentas teóricas de defesa da sociedade civil contra os discursos do poder dominante em espaços de ação crítica.

De maneira bastante semelhante, o sociólogo britânico Michael Burawoy, ao defender a necessidade de fortalecimento nos Estados Unidos do que denominou como “Sociologia Pública”, também se preocupou em definir alguns prospectos gerais para os usos públicos do conhecimento sociológico. Para ele, essa sociologia nada mais é do que uma tentativa “no sentido de levar o conhecimento de volta aos que foram a sua fonte, construindo questões públicas a partir de problemas privados” (BURAWOY, 2006, pg.3).

Segundo (BURAWOY, 2006, pg. 34), se a sociologia em si consiste em “uma disciplina afiliada à sociedade civil”, então a sociologia pública e seus praticantes falariam em nome dos interesses da humanidade, que estão sob permanente ameaça frente “ao despotismo estatal e à tirania do mercado”. Lido de outra forma, ela é uma ferramenta da qual o intelectual público, da forma como o definimos anteriormente, se vale em sua denúncia acerca do poder hegemônico e suas formas, em prol da sociedade civil.

Não à toa, Buroway também remete-se ao trabalho de Bourdieu para caracterizar, em sua décima primeira tese sobre a sociologia pública, o sociólogo como um militante, isto é, como um profissional cujo conhecimento mescla instrumentalidade e crítica dos seus propósitos no mesmo sentido descrito anteriormente por Oslender. Sua atividade, portanto, “pode contribuir para desnaturalizar ou desfatalizar a existência” (BUROWAY 2006 *apud* BOURDIEU 2004, pg.34)

Em dissonância com essa concepção, (ARAUJO, 2014), ao circunscrever o debate em questão à realidade mexicana, o conceito de intelectual em si assume um significado diferente do que expusemos até esse momento.

Enquanto que em países como a França o conceito foi um produto de um fenômeno relacionado à justiça e à injustiça, à razão do Estado e à razão crítica e independente, aos preconceitos religiosos e raciais e às liberdades republicanas associadas aos direitos universais do Homem, na América Latina, para Araujo, não houve um momento decisivo em que o conceito foi produzido e nem se tinha um interesse em fazê-lo. No caso mexicano, o termo “intelectual” foi usado para se referir a pessoas das letras, artistas ou cientistas que se destacavam pelo mero uso do intelecto, sem necessariamente tomar partido de posições específicas.

Associado a isso, os eventos e fatos históricos referentes à história mexicana também são elementos que devem ser levados em consideração. No país, desde a revolução mexicana até os governos que a sucederam o fazer intelectual nunca esteve propriamente dissociado de um “compromisso público” (ARAUJO, 2014, pg.10). Nesse sentido, seja no período revolucionário quando eram convidados a se juntar às facções políticas escrevendo planos e proclamações para eles, seja nos governos posteriores quando convocados a desenvolver políticas públicas para o país, os intelectuais mexicanos, para Araujo, sempre se desenvolveram sob a égide do Estado.

Todavia, mesmo oferecendo um contraponto para destacar as particularidades da cena intelectual latino-americana, Araujo reconhece que, a partir do século XX, muitos foram os homens e mulheres, quer sejam acadêmicos ou não, que se inseriram na esfera pública “Como ser cívico ou ‘consciência’ de seu tempo, intérprete da nação ou voz de seu povo, tarefas condizentes com a definição dos intelectuais como grupo ético”. (ARAUJO, 2014, pg.6)

A partir das conceituações desses autores, o intelectual público pode ser definido como um indivíduo que, inspirado por valores seculares e munido de conhecimentos das ciências humanas e de sua respectiva capacidade crítica, consegue ocupar os espaços de convencimento próprios ao debate público para defender posições políticas específicas. Não sendo necessariamente vinculado a universidades ou instituições de ensino, suas posições são fruto direto de sua crença de que possui uma responsabilidade cívica para com a sociedade e o mundo em que se insere.

Assumindo que essa realidade em que se insere é inegavelmente permeada pela existência de desigualdades e formas de dominação, seu compromisso cívico passa a ser o de fornecer ferramentas epistêmicas para um contraponto protetor contra os pilares pelo qual o poder hegemônico exerce sua dominação.

Entretanto, conforme demonstraremos na seção seguinte, esse tipo de intelectual público encontra-se em declínio, nos dias atuais, ao passo em que seu lugar vem sendo progressivamente preenchido por uma outra figura: a da celebridade acadêmica.

2. Raízes e significados das celebridades acadêmicas

Na tentativa de oferecer uma definição substancial de “celebridade acadêmica” e dar conta dos objetivos a que me propus anteriormente, além dos textos já mencionados anteriormente, muni-me especialmente das reflexões de (TURNER, 2006), (van KRIENKEN, 2017) e (ADORNO, Theodor W & HORKHEIMER, Max, 2006).

As celebridades acadêmicas são, em primeiro lugar, produto de um contexto histórico em que a própria lógica por trás da produção da celebridade passa por uma significativa redefinição. Ademais, só a ideia de celebridade traz consigo a condição de que a própria cultura contemporânea, lida aqui enquanto a produção de bens e performances para o entretenimento, adquira o status de um negócio, conforme verificam (ADORNO & HORKHEIMER, 2006) ao tratar da situação de formas de arte e comunicação na contemporaneidade.

Através dessa revisão bibliográfica e pelo que podemos observar na atualidade, a essência da celebridade deriva de algo que a distinga, de algum modo, do indivíduo padrão da sociedade, isto é, do comum. Essa distinção, por outro lado, só se torna possível na prática na medida em que existem aparatos técnicos e específicos que produzem-lhe a fama – leia-se um fenômeno social pelo qual alguns indivíduos tornam-se reconhecidos para além da esfera de suas próprias vidas cotidianas. Historicamente, esses aparatos foram o rádio, os jornais impressos e a televisão, porém nos anos mais recentes as redes sociais como Facebook e Twitter vêm atuando significativamente nessa mesma direção. De todo modo, o fenômeno da fama estabelece uma fronteira entre a multidão e aqueles que são ordinários.

Nas sociedades contemporâneas, contudo, conforme apontou (TURNER, 2006, pg.3), a criação do indivíduo célebre passa por um “deslocamento no território preferido para o desenvolvimento da celebridade” [1].

Desse ponto de vista, as pessoas comuns exponencialmente passaram a ser “descobertas” - em alguns casos são repentinamente “extraídas” de suas vidas cotidianas - para habitar o estrelato em forma daquilo que o próprio Turner denominou como “celebridades circunscritas”. A “*demotic turn*” sugerida pelo autor, portanto, teria criado condições favoráveis para que indivíduos comuns e cujas origens sociais não remontam às elites dos países possam alcançar os aparatos de construção da fama.

Aqui, então, opera-se uma redefinição das diretrizes das mídias tradicionais e da ascensão de novas mídias, a partir da qual quaisquer tipos de indivíduos podem ser alçados à condição do estrelato a partir dos mais variados propósitos.

No que se refere às mídias tradicionais, Turner observa que algumas das mudanças relevantes se dão nos mercados em que os transmissores públicos foram substituídos por organizações de mídia transnacionais e comerciais. Elas aqui tentam “se apropriar das funções de inte-

resse público, incluindo a construção da cidadania ou da sensação de pertencimento ao Estado ou à comunidade nacional” (TURNER, 2006, pg.9).

Essa é uma operação que, segundo o próprio autor, visa antes consolidar novas fontes potenciais de lucro e atividade comercial promissora do que propriamente responder a projetos ideológicos específicos de frações da sociedade. É nesse ponto que precisamente nascem as celebridades acadêmicas, pois nessa conjuntura o próprio conhecimento acadêmico e a respectiva autoridade que o acompanha adquirem um grande potencial de lucro. Ambos são engrenagens importantes “na escala como a mídia começou a produzir celebridades por si mesma, através de uma subordinação de cada indivíduo às necessidades de programas ou formatos de programas particulares” (TURNER, 2006, pg.5).

É nesse sentido que as celebridades acadêmicas invertem o paradigma pelo qual se norteavam as ações do intelectual público. Se para ele os temas sobre os quais o conhecimento científico ou filosófico se debruçaria são definidos por sua própria percepção acerca da realidade, as celebridades acadêmicas debruçam-se sobre temas dados *a priori* por agendas ou interesses específicos.

A inserção pública das celebridades acadêmicas tem muito em comum com uma sociologia pública no sentido de que “à procura de popularidade, a sociologia pública é tentada a acoitar e bajular seus públicos e, dessa forma, fazer concessões no que tange a seus compromissos profissionais e críticos” (BURAWOY, 2006, pg.22). Sua atuação está, pois, em consonância com a agenda pública posta *a priori*. É por isso que sua função frequentemente se confunde com o papel de “comentador de temas hegemônicos” [2] (OSLANDER, 2007, pg.8).

Tendência semelhante observa Robert van Krieken quando argumenta que “há um grande número de maneiras em que o fazer acadêmico-científico é um exemplo-chave dos processos e dinâmicas de uma “sociedade célebre”. (van KRIEKEN, 2017). Seguindo esse raciocínio, ele observa que há comunidades acadêmicas ao redor do mundo em que o grau de visibilidade e reconhecimento dos pesquisadores vem se convertendo em um recurso ou valor em si mesmo, de modo a descolar-se do que gerou esse reconhecimento inicialmente.

Com essas considerações em mente, não nos parece mero acaso que, ao formular um “sistema de celebridades acadêmicas” [3], van Krieken faça uso de uma metáfora eficiente para conferir a esse sistema um aspecto mercantil. Para o autor, nele torna-se interessante para acadêmicos e universidades obter para si próprios o máximo de visibilidade possível e adequar-se a ranques internacionais, pois isso afeta “o número de matrículas de alunos, seus respectivos status sociais, e a generosidade dos seus mecenas, doadores e governos” (van KRIEKEN, 2017, pg.2).

Associado a isso, o autor em questão também ressalta que não podemos desconsiderar a existência de um contexto acadêmico permeado por conhecimento e informação em excesso em que a existência de “ranques globais e o constante refinamento de métodos de performance, medição e avaliação gera uma dinâmica de competição similar entre academias individuais, entre universidades, e entre países” (van KRIEKEN, 2017. pg.2).

Em paralelo, o intelectual público, nos moldes em que tratei acima, está próximo de constatar a sua própria extinção, pelo menos no âmbito da esfera pública. Isso porque, como bem colocou (DOMINGUES, 2011, pg.11), a partir do século XX processa-se uma “transformação da ciência em coisa pública e matéria de política pública”. Em consequência, ainda segundo Domingues, além de uma desautorização do intelectual generalista, edifica-se uma redefinição do próprio papel do intelectual público, que passa a ser aquele que “vem à esfera pública com sua expertise”.

Esse panorama contribuiu, a longo prazo, para uma desconfiança do público em relação às formas de inserção pública do intelectual generalista, endossador de posições políticas e valores específicos, que em alguns casos [4] passou a ser considerado como “palpiteiro”, passando a ser substituído por um expert, amparado por uma “autoridade moral emprestada pela credibilidade da ciência” [5] (DOMINGUES, 2011, pg.11).

O deslocamento do intelectual generalista para o expert amparado pela ciência cria terreno fértil para o florescimento da celebridade acadêmica, pois sua inserção pública nas mídias sociais reivindica um conhecimento “isento” em detrimento do juízo de valor. A partir disso, tem-se a compreensão de que o propósito da presença do acadêmico naquele espaço diz respeito a uma não-defesa de um projeto de mundo, sem considerar que essa abstenção possa significar um consentimento automático para com outro projeto ideológico implícito. Esse é o motivo pelo qual, ao elaborar sua análise da “indústria cultural” [6], Adorno e Horkheimer apontam que:

Os juízos de valor são percebidos ou como publicidade ou como conversa fiada. A ideologia assim reduzida a um discurso vago e descompromissado nem por isso se torna mais transparente e, tampouco, mais fraca. Ela se converte na proclamação enfática e sistemática do existente (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, pg.120).

Nessa chave de interpretação, a participação das celebridades acadêmicas em mídias sociais comerciais – essas sendo dotadas de diretrizes particulares de funcionamento, relacionadas tanto a legislações específicas e demandas de mercado, quanto a interesses das próprias mídias – deve ser pensada enquanto uma arte mercantil, isto é, um conjunto de técnicas e saberes organizados em um formato de mercadoria eles próprios. Dito isso, o seu próprio formato final responde diretamente a esse conjunto de fatores, e representa uma “celetoid”, no sentido prescrito por (TURNER, 2006). As “celetoids”, tal como definidas por ele como “acessórios de culturas organizadas em torno de comunicações de massa e de autenticidade planejada, sendo engrenagens fundamentais de uma demanda por novas histórias, fofoca e fotos de celebridades”, são também mecanismos pelos quais as mídias viabilizam a ampliação de suas possibilidades e projetos comerciais inspirados.

Em função disso, desenvolve-se um “padrão de competência” (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, pg.106) responsável por mediar a relação entre os indivíduos acadêmicos e a série de exigências exigidas pelos contratantes, fazendo com que os primeiros se adaptem às últimas.

O acordo entre as celebridades acadêmicas e as questões em voga na agenda pública é uma manifestação direta da maneira como se reproduzem as antecipações técnicas características do “esquematismo” especialista próprio aos mercados de arte e comunicação, nos quais se

tem um “conjunto de clichês prontos para serem empregados arbitrariamente aqui e ali e completamente definidos pela finalidade que lhes cabe no esquema” (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, pg.103). Os “clichês”, aqui, remontam às discussões presentes no *mainstream* do debate público e constituem um robusto mercado consumidor para as celebridades acadêmicas. [7]

CONCLUSÕES

Com base nas contribuições dos autores citados ao longo desse texto, considero ser necessário analisar a ascensão das celebridades acadêmicas não somente sob o prisma das estruturas acadêmico-organizacional, ou apenas sob a ótica das demandas dos mercados de mídias e arte. É preciso que avancemos na direção de considerar, simultaneamente, o peso de ambas as esferas sob o fenômeno em discussão.

Dito isso, penso ser possível definir as celebridades acadêmicas, pelo menos no caso brasileiro, como um conjunto de indivíduos que, abandonando o projeto de estabelecer uma certa “missão civilizatória” para o campo intelectual do país por trás da aproximação entre os intelectuais e a esfera política na Primeira República, criticada por (MICELI, 2001) e analisada por (BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André, 2010), assume o papel de interlocutores eficientes junto aos grandes públicos não acadêmicos.

Nesse sentido, ocupam ainda posições ou cargos ilustres dentro das universidades de um país, obtêm algum grau de prestígio social a partir de tais posições e dos saberes específicos que possuem e, em função de crescentes demandas por parte de mídias sociais e artísticas e de uma estrutura organizacional que favorece a competição, a busca de atenção para produções e carece de formas de reconhecimento e premiação adequadas dessas produções, inserem-se na esfera pública através da publicação de artigos em jornais, da participação em palestras encomendadas, programas de rádio, telejornais etc.

Sua inserção, por sua vez, é pautada por uma conformidade a um conjunto de questões pré-fixadas, seja pela opinião pública ou por pactos firmados junto aos contratantes do seu serviço, e envolve a incorporação de um *habitus* específico [8] (OSLENDER, 2007), no sentido bourdieusiano do termo. No seio da obra desse autor, a ideia de *habitus* se refere “ao sistema dos esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e as ações característicos de uma cultura” (BOURDIEU, 1974).

Acontece que a “cultura”, tal como descrita aqui, também não é meramente um todo uniforme; ela é, antes, dividida em disposições diferentes a depender dos *campos sociais* em que suas disposições são atualizadas, tais como o mercado de trabalho ou, no caso, o campo acadêmico. Essas diretrizes, por sua vez, constituem o *habitus* do campo.

Nesses campos, contudo, há diferenças acerca dos capitais e diretrizes de comportamento requeridos para a entrada no campo. De modo geral, para Bourdieu a possibilidade de sucesso de indivíduos no interior dos campos sociais passa, em última instância, pela habilidade de se conformar àquilo que é socialmente valorizado no interior deles.

O *habitus* de que trato, no caso brasileiro, diz respeito à mobilização de conhecimentos que se pressupõem científicos e neutros, e rompem com quaisquer resquícios da ideia de intelec-

tual público; ele está relacionado à assimilação plena de diretrizes para o comportamento e a produção acadêmicas voltadas especificamente para mercados consumidores de grandes conglomerados do mercado editorial, jornalístico e midiático.

Quando imersos na esfera do debate público, podem promover suas obras no sentido de divulgá-las para além de ambientes acadêmicos, ou então desenvolver produções colaborativas que abordam questões em destaque na agenda desse debate, a serem vendidas antes como best-sellers de grandes livrarias do que como obras para a discussão acadêmicas entre pares. Como bem mapeou (DOMINGUES, 2011, pg.19):

Esta é uma nova experiência acadêmica e profissional cujo resultado é um taylorismo intelectual, em que o livro cede lugar ao paper, o clássico e o permanente ao efêmero e ao datado, as honrarias aos produtos: DVDs, workshops, serviços, patentes, pareceres, consultorias e relatórios.

A celebridade acadêmica, portanto, é uma peça-chave no interior de mercados de mídias sociais e arte. Esses mercados, por sua vez, são elementos constituintes da “indústria da diversão”, nos moldes formulados por (ADORNO & HORKHEIMER, 2006), cujo princípio ordenador produz um sentimento de hostilidade contra tudo aquilo que seja mais do que ela própria e a hierarquia social.

Ressalto ainda que as categorias de *celebridade acadêmica e intelectual público* não são necessariamente estanques, podendo em alguns casos ser antes conceitos que dizem respeito a momentos em que acadêmicos assumem posturas referentes ora a um, ora a outro, a depender do contexto das inserções públicas que realizam.

Em suma, a celebridade acadêmica participa do espetáculo, conforme observamos no Brasil professores universitários participarem de programas de auditório [9] na televisão aberta ou ministrarem palestras motivacionais no meio empresarial, como é o caso dos filósofos Mário Sérgio Cortella e Leandro Karnal. Para fazê-lo, ela mobiliza um conhecimento que se pressupõe “neutro”, mas que frequentemente reproduz a mesma lógica generalizante dos discursos do universalismo por trás do intelectual público em função da necessidade de agradar seu público. Porém, ao contrário dele, ela se adapta às normas de funcionamento de mercados específicos. Não obstante, ambos se orientam a partir de interesses específicos. O intelectual público, pelos interesses de grupos aos quais se afilia; a celebridade acadêmica, aos de seus clientes ou audiências. 🌀

NOTAS

* Daniel Máximo, à época da submissão, cursava o 6º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Participa de um projeto de pesquisa vinculado ao Núcleo “Epistemologias Fronteiriças e Conexões Sul-Sul”, sob orientação da Professora Eloísa Martin. E-mail: maxi95mx@gmail.com.

[1] Para se referir a esse fenômeno Turner cunhou o termo “demotic turn”.

[2] Oslender identificou essa tendência no caso da sociedade francesa, em que os intelectuais são fortes em questões morais, porém negligenciam assuntos referentes a desigualdades ou justiça social.

[3] Krieken divide esse sistema em três diferentes níveis: Individual (normalmente pesquisadores, raramente professores); Institucional (universidades); e nacional ou regional (países ou grupo de países).

[4] Como no francês, com o fortalecimento do pensamento pós-moderno, e o brasileiro em que, segundo Domingues, tem-se um esvaziamento da política que favorece o esvaziamento da política em prol do trabalho de intelectuais vinculado a uma consultoria junto ao Estado. Nesse cenário, o intelectual atua não como base em um espírito das letras, mas sim dentro de uma lógica das ciências sociais aplicadas.

[5] É nessa lógica que, para Domingues, os intelectuais brasileiros atuam em suas respectivas universidades antes como especialistas do que como meros criadores de ideias. Tal é o conceito de “Taylorismo educacional”.

[6] Adorno e Horkheimer cunharam o termo “indústria cultural” para descrever as formas de produção e reprodução da arte e da comunicação no capitalismo ocidental moderno.

[7] No caso brasileiro, muitas são as celebridades acadêmicas que, inspiradas por essas questões, lançam livros que rapidamente se transformam em best-sellers.

[8] Oslender observou a presença desse habitus ao assistir a uma palestra de um intelectual que acredita ser o tipo ideal exato do intelectual francês. Durante o evento, notou que o palestrante desenvolvias estratégias de comunicação com seu público. Ao fazê-lo, notou que aquele era um exemplo de como se constroem e se apresentam as verdades particulares não como interpretações, mas sim como fatos para uma audiência de convertidos que simplesmente vê confirmados, e não questionados, seus piores temores e suspeitas. Nesse ponto, não se tratava mais de uma conferência, mas de uma interpretação minuciosamente ensaiada que não podia deixar de cativar a atenção da audiência.

[9] Como noticiou o próprio site das organizações Globo: (acesso em 01/11/2017) <https://gshow.globo.com/programas/domingao-do-faustao/danca-dos-famosos/2017/noticia/danca-dos-famosos-2017-elenco-masculino-se-apresenta-ao-ritmo-country.ghtml>

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. (2006), *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

ARAUJO, OCTAVIO RODRÍGUEZ. Un debate sobre el concepto “intelectual” en Francia y México. *Estudios Políticos*, novena época, núm. 32 (mayo-agosto, 2014): 143-152

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 889-919, 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000400004&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Mar 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582010000400004>.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. (2009), *Sociologia Pública: engajamento e crítica social em debate*. DOSSIÊ. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 56, p. 223-232, Maio/Ago. 2009.

BARRON, Lee. *Celebrity Cultures: an introduction*. (2014). Chapter 4, Celebrities and Politics.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva. 1974;

BURAWOY, Michael. Por uma Sociologia Pública. *American Sociological Review*, v. 70, fev., p. 4-28, 2005.

DOMINGUES, Ivan. O intelectual público, a ética republicana e a fratura do éthos da ciência. *scientiæ zudia*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 463-85, 2011.

KRIEKEN, Robert van. *On the Celebrification of the Academy*. (2017). Available in <http://isa-global-dialogue.net/on-the-celebrification-of-the-academy-2/>.

MICELI, Sergio. (2001), "Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)", in *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 69-291

OSLENDER, Ulrich. La Resurrección del Intelectual Público: Nuevos espacios de intervención pública y el intelectual colectivo. (2007). Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal.pp. 341-355.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais in: RÉMOND, René. Por uma história política: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

TURNER, Graeme. The mass production of celebrity: (2006). 'Celestoids', reality TV and the 'demotic turn'. Vol 9, Issue 2, 2006

WILLIAMSON, Milly. Female celebrities and the media: the gendered denigration of the 'ordinary' celebrity, *Celebrity Studies*, 1:1, 118-120, DOI: (2010) 10.1080/19392390903519149

Recebido em 12/11/2017

Aprovado em 06/03/2018

A POLÍTICA DOS HUMANOS E A POLÍTICA DOS INSETOS SOCIAIS

THE POLITICS OF HUMANS AND THE POLITICS OF SOCIAL INSECTS

*Hugo de Carvalho Ferreira**

Cite este artigo: FERREIRA, Hugo de Carvalho. A política dos humanos e a política dos insetos sociais. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.17-27, maio. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Maio. 2018.

Resumo: O presente explora de que modo determinadas relações entre humanos e animais podem ser estabelecidas e assim servir de comparação e gerar narrativas de mútua influência entre os mesmos. Mais especificamente, aborda-se o assunto com base em uma fonte antiga e frequente de comparações com os humanos, a saber, os chamados insetos sociais. Provavelmente por sua proximidade com alguns grupos humanos (enquanto animais domésticos), pela divisão social do trabalho e pela presença marcada de hierarquia, estes animais foram e são largamente usados como elemento de comparação para as sociedades humanas. Dito isso, pretende-se aqui ilustrar como os insetos sociais foram pensados e utilizados retoricamente de diversas maneiras pela política dos humanos, para em seguida discutir algumas questões como a fronteira entre humanos e animais, o especismo e a defesa dos direitos dos animais.

Palavras-chave: Antropologia e natureza; Antropologia social; Insetos sociais.

Abstract: This article discusses the ways some human-animal relations are established and generates comparisons of mutual influence between both humans and animals. Specifically, it explores the subject taking as example an ancient source of comparisons, the so-called social insects. Probably for its proximity with humans (as domestic animals), for the social division of labor and for a remarkable hierarchy, these animals were and still are used as elements of comparison for human societies. That said, this article illustrates how social insects were thought and used rhetorically in many ways by human politics, and thereafter approaches questions as such the boundaries between humans and animals, speciesism and the animal rights.

Keywords: Anthropology and nature; Social anthropology; Social insects.

1. Introdução

Vai ter com a formiga, ó preguiçoso; olha para os seus caminhos, e sê sábio. Pois ela, não tendo chefe, nem guarda, nem dominador, prepara no verão o seu pão; na sega ajunta o seu mantimento. (Provérbios 6:6-8)

No capítulo *A natureza imoral* (1992), o famoso biólogo e paleontólogo estadunidense Stephen Jay Gould (1941-2002) relata uma curiosa polêmica epistemológica durante o século XVIII. Sabia-se que as vespas pertencentes ao grupo dos iquineumonídeos depositam seus ovos no interior de lagartas e, com a eclosão dos ovos, as larvas das vespas devoram seu hospedeiro de maneira eficiente, ou seja, consumindo as partes menos vitais até um determinado ponto em que a lagarta se encontra imóvel, oca e eventualmente morre. Esse fenômeno era descrito em termos de sadismo, crueldade e tortura, e assim a questão era: se Deus é o criador de todas as criaturas, de onde viria tamanha malignidade para projetar tal comportamento? Gould conclui que se trata da simples projeção de nossa própria ética e moral sobre as coisas do mundo, ou seja, os fenômenos naturais apenas são, e os juízos de valor não seriam mais do que interpretações por parte dos humanos.

Se por um lado existe um vocabulário social aplicado aos fenômenos naturais, não há dúvida de que o oposto também é válido. Estamos demasiadamente familiarizados com a gama de adjetivos “animalescos” que podemos usar de maneira hostil: “vaca”, “galinha”, “porco”, “baleia”, “verme”, “macaco”, “rato”, “cobra” (limitando-se à língua portuguesa). Nota-se que esses termos cobrem questões relevantes como raça, gênero, hierarquia e classes. Com isso, vê-se a relevância do modo em que categorias “naturais” são trazidas e utilizadas no cotidiano político e social. Mais do que isso, sendo as sociedades ocidentais predominantemente naturalistas – de acordo com a classificação das ontologias de Descola – (cf. Descola, 2013), os fenômenos naturais servem frequentemente como fundamentação retórica. Com efeito, é comum o emprego de argumentos do tipo “as mulheres são mais emotivas *por natureza*” ou “alguns povos são mais inteligentes do que outros *por natureza*”. Basta prestar atenção na linguagem utilizada em debates e argumentos atuais para perceber como as coisas da natureza e comportamentos animais são interpretados e utilizados retoricamente.

No entanto, é preciso perceber que o efeito dos termos acima citados (“vaca”, “galinha” e etc.) possui uma relação com a familiaridade entre esses e os humanos. Afinal, não parece comum xingamentos através de termos como “ornitorrinco” ou “água-viva”. Em última análise, um efeito “xingamento” ou “elogio” só é possível quando há uma relação de comparação entre duas categorias. De fato, é curioso notar que o termo “macaco” seja usado como ofensa racial e provavelmente tenha seu efeito com base na proximidade evolutiva entre humanos e macacos, sendo os últimos situados em uma posição inferior em relação aos primeiros de acordo com uma visão de senso comum (e gradista) da evolução.

Nesse sentido, o presente artigo busca explorar de que modo determinadas relações entre humanos e animais podem ser estabelecidas e assim servir de comparação e gerar narrativas de mútua influência entre os mesmos. Mais especificamente, aborda-se o assunto com base

em uma fonte antiga e frequente de comparações com os humanos, a saber, os chamados insetos sociais – sobretudo as abelhas e formigas. Esses seres fazem parte do imaginário humano desde longa data. Provavelmente por sua proximidade com alguns grupos humanos (enquanto animais domésticos), pela divisão social do trabalho e pela presença marcada de hierarquia, esses animais foram e são largamente usados como elemento de comparação para as sociedades humanas. Com efeito, esse é um tema aprofundado pela socióloga estadunidense Diane Rodgers, que, em seu livro *Debugging the link between social theory and social insects* (2008), investiga o modo em que a entomologia influenciou e foi influenciada pela teoria social. Ao mesmo tempo em que se utiliza um vocabulário humano para descrever a vida destes insetos – “castas”, “soldados”, “rainha”, “operárias”, “guerra”, “escravidão”, “trabalho” –, esses por sua vez foram vistos como modelos (positivos e negativos) para as sociedades humanas, ou ainda como portadores das leis naturais da socialidade (tal qual lido pela sociobiologia).

Dito isso, pretende-se aqui ilustrar como os insetos sociais foram e podem ser pensados e utilizados retoricamente de diversas maneiras pela política dos humanos, para, em seguida, discutir algumas questões como a fronteira entre humanos e animais, o especismo e a defesa dos direitos dos animais.

2. Os (outros) animais políticos

No livro *Fedão*, ao discursar sobre a reencarnação das almas nos corpos de diferentes naturezas, Sócrates diz:

- É o seguinte: as que eram dadas à glotonaria, ao orgulho ou à embriaguez desbragada, entram naturalmente nos corpos de asnos e de animais congêneres. Não te parece?

-Falas com muita propriedade. As que cometeram injustiças, a tirania ou a rapina, passam para a geração dos lobos, dos açores e dos abutres. Para onde mais podemos dizer que vão as almas dessa natureza?

-Não há dúvida, respondeu Cebete; é para esses corpos que elas vão.

- E não é evidente, continuou, que o mesmo se passa com os demais, por se orientarem todas elas no sentido de suas próprias tendências? É claro, observou; nem poderia ser de outra maneira. Logo, disse, os mais felizes e que vão para os melhores lugares são os que praticam a virtude cívica e social que dominamos temperança e justiça, por força apenas do hábito e da disposição própria, sem a participação da filosofia e da inteligência. Por que serão esses os mais felizes? Por ser natural que passem para uma raça sociável e mansa, de abelhas, vespas ou formigas, ou até para a mesma raça, a humana, a fim de gerarem homens moderados. Sem dúvida. (PLATÃO, *Fedão*)

Não há dúvida de que, para Sócrates, os insetos sociais estão nos postos mais elevados da cadeia animal no que tange à ética e moral (o cume, é claro, está reservado para os humanos). E, com efeito, uma perspectiva semelhante é encontrada também no filósofo grego Aristóteles. Segundo Aristóteles, os insetos sociais, assim como os homens, estão incluídos na categoria de animais políticos, ainda que o homem se destaque em razão de sua maior complexidade e desenvolvimento linguístico (THOMAS, 1988). Assim como Platão, Aristóteles remarca o aspecto

político dos insetos sociais – a negociação, guerra, aliança, governo – e no qual o homem político pode de fato se inspirar (MORLEY, 2007).

Essa tradição se estende até a Roma Antiga. Ainda que houvesse um debate em relação a que grau a política humana poderia ser comparada à dos insetos, o caráter social e político desses insetos era consensual. Plínio, famosa referência histórica no contexto romano, disse que “as abelhas mostram que a dominação da sociedade pela parcialidade e interesse próprio de alguns poucos não é inevitável” (MORLEY, 2007, p.463). A colmeia era um modelo desejado de reinado e de fato ilustrava as bonanças da verdadeira lealdade dos súditos com o rei. Plínio escreve que o rei-abelha (hoje diríamos “rainha”) é acompanhado e carregado quando sai do ninho, e as demais abelhas lamentam quando o rei morre. O rei-abelha era o modelo ideal de governante, supervisionando e distribuindo as atividades da colmeia, legislando e agindo conforme as leis, bem como sendo dotado de clemência. Dizia-se, as abelhas apresentavam liderança, corte, servos, e os vícios eram condenados em prol do trabalho, e, com efeito, a colmeia era vista não apenas como uma sociedade humana, mas como Roma em miniatura, apresentando sua própria constituição, funeral, eventos artísticos, entre outras categorias usualmente entendidas como humanas e sociais (MORLEY, 2007).

3. Monarquia e liberalismo

De acordo com o historiador inglês Keith Thomas (1988), na Inglaterra dos séculos XVI, XVII e XVIII, eram frequentes as comparações entre as sociedades de insetos e de humanos. Havia admiração pelas sociedades de insetos e um claro elogio à presença de monarquia, hierarquia e divisão do trabalho. Por isso mesmo, não era difícil imaginar que abelhas e formigas servissem de exemplos e metáforas para justificar o reinado e a sociedade pré-moderna dividida em “castas”. Entretanto, havia uma fronteira clara entre a sociabilidade dos homens e dos animais. Nesse contexto histórico, Thomas Hobbes foi provavelmente o maior ícone de uma separação absoluta entre a política dos homens e das abelhas. Tendo a obra de Aristóteles como adversário, Hobbes dedica algumas páginas em sua obra para argumentar o caráter errôneo da aplicação da metáfora da colmeia para a política humana (BENITO, 2013). Dentre outros fatores, Hobbes defende que as abelhas são irracionais e sua socialidade é natural, ao passo que a política humana é artificial, fruto da razão e do intelecto. No entanto – e esse é o ponto interessante –, Hobbes entendia as colmeias enquanto coletivos perfeitamente harmônicos. A monarquia é, de fato, o melhor modelo: porém, no caso dos insetos sociais, a monarquia é regida por leis naturais, ao passo que, na política humana, pela razão.

Em 1714, também no contexto inglês, Bernard de Mandeville publica a famosa *Fábula das Abelhas* (1994), onde se conta a história de uma colmeia próspera e rica em que os indivíduos se entregavam aos prazeres mundanos ao mesmo tempo em que trabalhavam arduamente para conquistá-los. Todos eram egoístas e mesquinhos, mas a colmeia florescia. Em um dado momento de mudança, acaba-se com os vícios e se fundamenta a colmeia na virtude e na honestidade. Resultado: a economia colapsa, muitas abelhas migram, e a colmeia se torna vulnerável politicamente. Em outras palavras, pode-se notar que as abelhas são utilizadas metaforicamente por Mandeville para justificar a importância dos vícios e da ganância individuais para o bem-

estar da sociedade. Em suma, e conforme o título original da fábula, “Vícios privados, benefícios públicos”. Obviamente, trata-se de um manifesto liberal, defendendo a importância econômica do individualismo em oposição a uma monarquia moralista. A obra causou polêmica, e, pode-se dizer, tese dos benefícios do egoísmo individualista ainda tem grande atualidade no século XXI.

Alguns anos mais tarde, em 1734, o poeta inglês Alexander Pope evocaria os insetos sociais para sua defesa da monarquia, mas com uma interessante ressalva em relação aos direitos individuais de propriedade:

Aqui trabalho e cidades subterrâneas vêm;
 Lá cidades aéreas sobre a árvore tremulante;
 Aprenda cada o gênio e as políticas de cada pequeno povo;
 A república das formigas e o reino das abelhas;
 De que modo os comunais conferem sua riqueza
 E a anarquia sem confusão conhecem
 E ainda que a monarquia eterna sobre estes reinem
 Seus favos e propriedades mantêm [1]. (POPE, [1734] 1879) [Tradução do autor]

Já na França, a partir da revolução de 1789, estudiosos de insetos sociais passaram cada vez mais a se referir aos coletivos de formigas e abelhas enquanto repúblicas ao invés de monarquia (DROUIN, 2005). Como se sabe, algumas espécies ou grupos de formigas lutam (ou fazem “guerra”) entre si e capturam os indivíduos ainda em estado de pupa que, ao eclodir, mesclam-se com seus captos enquanto castas de trabalhadores – ao que muitos especialistas se referem como “escravidão”. Além disso, a marcada distinção entre trabalhadoras e rainha era vista como um sinal de um sistema social atrasado baseado na hierarquia e vassalagem em oposição aos ideais iluministas em vigor. Assim, nesse contexto histórico, os tão admirados insetos sociais também passaram a ser vistos como seres abomináveis e injustos (DROUIN, 2005).

4. A opressão coletiva e a solidariedade entre indivíduos

Em 20 de junho de 1908, publicou-se uma matéria em um jornal australiano de caráter conservador – *The Advertiser* – e o tema era nada menos que o socialismo entre as abelhas. A matéria foi baseada nas conclusões do naturalista francês Gaston Bonnier (mais conhecido por seus estudos sobre biologia floral e a flora francesa), o qual apontava para um mal-entendido em relação ao caráter monárquico das abelhas. Ao contrário de uma aristocracia opressora, para o naturalista as rainhas mais parecem “escravas”, tendo suas vidas exauridas pela sua função reprodutiva. Mas abelhas operárias também sofrem com o trabalho árduo e, uma vez que sua eficiência produtiva diminui, essas são relegadas às tarefas de “enfermeira” com o cuidado dos indivíduos imaturos. Quando exaustas para essa função, finalmente, as operárias se retiram do ninho e se encaminham para morte. Caso o ato não seja realizado voluntariamente, outras abelhas se encarregam da tarefa de “expulsar” as abelhas mais velhas. Na colmeia “não há lugar para velhos e fracos”. Assim, conclui-se que as colmeias são altamente inteligentes enquanto coletivos, mas pouco inteligentes individualmente. Os indivíduos fazem aquilo que são ordena-

dos. Em poucas palavras, entende-se as colmeias enquanto um exemplo de “coletivismo sem individualidade”, sendo os últimos meras engrenagens de uma máquina, e conclui que, se a humanidade percorrer o mesmo caminho para manter sua ordem social, isto causaria aos homens vontade de enxamear para outro planeta (THE ADVERTISER, 1908).

Se anteriormente foi discutido como as colmeias podem ser vistas enquanto opressoras da liberdade individual, em *Ajuda mútua: um fator de evolução* ([1902]; 2009) o escritor russo Piotr Kropotkin (1842 – 1921) fornece uma leitura completamente distinta. Os insetos sociais (e não apenas as abelhas) são individualmente inteligentes, e a harmonia e organização coletiva não são fruto de coerção ou interesse individual inconsciente, mas sim da cooperação racional: “As formigas e as térmitas renunciaram à ‘guerra hobbesiana’ e passam muito bem, obrigado” (KROPOTKIN, 2009, p.27). Ao contrário da opinião mais comum, esses insetos não são guiados por um instinto implacável, mas pela inteligência, cooperação e confiança mútua. Mais do que isso, esses são aptos a responder criativamente aos imprevistos. Por fim, deve-se ressaltar, trata-se de seres sobretudo pacíficos:

As sentinelas que guardam a entrada da colmeia matam sem piedade as abelhas ladras que tentam entrar; mas aquelas forasteiras que chegam à colmeia por engano não são molestadas, principalmente se vierem carregadas de pólen ou se forem indivíduos jovens, mais fáceis de rechaçar. Não há luta além da estritamente necessária. (KROPOTKIN, 2009, p.29)

Portanto, ainda que ambos apontem para um caráter “socialista” das colmeias, é curioso perceber como é possível retratar dois universos distintos. De um lado, um coletivo opressor e a obediência cega dos indivíduos; do outro, a solidariedade entre indivíduos dispostos a cooperar para um bem comum.

5. O gênero dos insetos sociais

O caráter matriarcal (com dominância feminina) das abelhas, formigas e vespas foi certamente um problema a ser enfrentado ou ignorado por parte de escritores e filósofos (em sua maioria, homens). No artigo de Prete (1991), ilustra-se uma emergente literatura por parte dos criadores de abelhas na Inglaterra dos séculos XVI e XVII. Ao que parece, um desafio para a época era explicar o processo de reprodução das rainhas, pois seria admitir que a casta real é obtida através do cruzamento com os indivíduos comuns ou trabalhadores. Também seria admitir que o papel masculino é reduzido à pura fecundação e conseqüente extermínio dos machos, atestando o controle absoluto da colmeia por parte das fêmeas. Em resumo, o sistema matriarcal e o cruzamento entre rainha e trabalhadores parecia simplesmente irreal para esses observadores.

Com a literatura científica em consolidação, os debates se tornaram mais técnicos e acirrados, e outros escritores vieram em defesa dos machos. Em 1722, escrevia-se: “[zangões] são não apenas de absoluta necessidade para a existência da colônia de abelhas, mas também para o seu bem-estar”, e ainda, “obedientes servos da colmeia [...] especialmente no grande momento do cortejo” [2] (PRETE, 1991, p.137). Em 1744, argumentava outro escritor de forma mais radical: “por que deve a fêmea ser coroada com honrarias [...] ao passo que os machos são degrada-

dos, subjugados [...] e assassinados sem misericórdia? Ou teriam os cavalheiros se esquecido que o gênero masculino é mais importante que o feminino?" [3] (PRETE, 1991, p.139). E, por fim, defende que a rainha seria “a mais odiosa e abominável prostituta [*whore*], com galanteadores às centenas” (PRETE, 1991, p.139). É evidente que esses comentários demonizam as relações de gênero e dominância feminina nas abelhas.

Podemos agora comparar o trecho acima com o que uma *autora* pensa sobre as abelhas. Em 1909, em defesa das mulheres e contra o patriarcado de então (e ainda vigente), a escritora, socióloga e feminista estadunidense Charlotte Gilman (1860 – 1935) lançava mão do imaginário apiário:

Governança por mulheres [...] significaria cuidado, provisão, educação. Nós temos que nos aprofundar em qualquer exemplo de organização matriarcal, e nós a encontramos nos himenópteros; na indústria, prosperidade, paz e amor dos ninhos de formigas e colmeias de abelhas. Estes são os tipos de vida mais socializados, próximos ao nosso, e são femininos (RODGERS, 2008, p.159)

A autora entendia a feminilidade enquanto estágio mais avançado de evolução e, atestando a superioridade feminina, situava os machos em completa submissão ao escrever:

Qual negligência de esposas pode ser comparada com os machos desprezados, a morte não noticiada dos zangões, famintos, expulsos, cercados em cera, mantidos apenas pela momentânea função sexual, e que sequer são necessários para tal! (RODGERS, 2008, p.160)

6. A queda dos insetos sociais

Até aqui se buscou mostrar como certa proximidade entre humanos e insetos sociais serviu de base comparativa. Mais do que isso, de que modo diversos contextos políticos humanos entenderam os insetos sociais de modos diversos, e, inversamente, como os insetos sociais foram compreendidos e seus fenômenos derivados em conclusões e normatividades para a política humana.

Entretanto, ao menos no Ocidente, os insetos sociais não mais desfrutaram de grande lugar de destaque enquanto modelo ou proximidade em relação aos humanos. No livro já citado, Rodgers (2008) salienta que os insetos sociais perderam grande parte de seu poder de influência sobre a teoria social durante o século XX. No mesmo diapasão, Ferreira (2017) argumenta que a proximidade entre humanos e insetos sociais se perdeu a partir do momento em que o darwinismo e a taxonomia com base na história evolutiva se estabeleceram nas ciências naturais. Uma vez que os humanos foram “primatizados”, sua proximidade e potencial de comparação passou a ser dar sobretudo com os mamíferos, e principalmente, com os demais primatas (FERREIRA, 2017). Nessa esteira, o autor observa que a reconfiguração do “humano” – passando de uma versão essencializada e marcadamente cristã de humano para aquela animal e biológica tal qual preconizada pela ciência – derivou em uma reconfiguração da classificação dos animais políticos, i.e., se os gregos politizavam as formigas e abelhas, os cientistas de hoje politizam os demais primatas.

Não é por acaso que os estudos mais recentes sobre os limites entre o humano e o animal ou sobre a presença de características sociais e culturais em animais focam principalmente nos demais primatas (cf. Haraway, 1989), como pode ser percebido, por exemplo, nos chamados *Animal studies* (salvo algumas exceções como estudos no campo da sociobiologia que entende as sociedades de insetos como objeto comparável às sociedades humanas).

7. Repensando os humanos, repensando os outros animais

Nesse sentido, o caso dos insetos sociais aqui abordado se insere em uma discussão antropológica mais ampla, onde as relações humano-animal revelam não apenas variações no tempo e no espaço (diferentes contextos culturais), mas, no limite, borram as próprias categorias “humano” e “animal”. A “queda” dos insetos sociais enquanto ponto de comparação política animal parece revelar uma transição da própria concepção de humano no ocidente, onde, conforme já ressaltado, os humanos passaram a ser sistematicamente comparados com outros primatas e mamíferos.

De fato, a transformação do humano em “mamífero” ressoa e se alinha com a crítica de Descola aos defensores dos direitos dos animais, que na verdade defendem apenas os direitos de alguns grupos animais, principalmente mamíferos e aves. Nas palavras do autor:

[...] na prática, as manifestações de simpatia pelos animais são ordenadas em uma escala de valor – geralmente inconsciente, mas totalmente explícita em alguns animal philosophers (Singer 1989; Regan 1983) – cujo ápice é ocupado pelas espécies percebidas como as mais próximas do homem em função de seu comportamento, fisiologia, faculdades cognitivas ou da capacidade que lhes é atribuída de sentir emoções. Naturalmente, os mamíferos são os mais bem aquinhoados nessa hierarquia do interesse, e isso independentemente do meio onde vivem. Ninguém, assim, parece se preocupar com a sorte dos harenques ou dos bacalhaus, mas os golfinhos, que com eles são por vezes arrastados pelas redes de pesca, são estritamente protegidos pelas convenções internacionais. Quanto às medusas ou às tênia, nem mesmo os membros mais militantes dos movimentos de liberação animal parecem conceder-lhes uma dignidade tão conseqüente quanto a outorgada aos mamíferos e aos pássaros (DESCOLA, 1998, p.23-24)

Desse modo, a bandeira contra o especismo – isto é, a discriminação negativa de algumas espécies em relação às outras – parece privilegiar a defesa de algumas espécies em relação às outras (por mais nobre que a causa seja). Assim, esse ponto se desdobra e revela o caráter subjetivo das classificações – afinal, por que um golfinho recebe maior atenção e cuidado do que uma tênia? De certo modo, observa-se que os movimentos sociais atuais em defesa dos direitos dos animais e contra o especismo são ancorados em uma concepção específica de “humano” e “animal”.

Entretanto, esse padrão de especismo e cuidado aos animais varia largamente de acordo com os grupos sociais e contextos históricos. Conta Thomas (1988), ainda que a carne de cavalo fosse apreciada em várias regiões da Europa, seu consumo era impensável na Inglaterra pré-industrial onde estes animais tinham estreita relação com os seus donos, e o mesmo valia para os cães de caça nos ambientes aristocráticos. Em grande parte da Índia, onde se cultiva a religião hindu e seu sistema de reencarnações, ocorre o chamado fenômeno da “vacas sagrada”, onde

as vacas são consideradas como animais próximos aos humanos, e por isso, não fazem parte do cardápio local (em contraste com o menu ocidental) (HARRIS, 1991). Da mesma maneira, argumenta Descola no artigo já citado (1998), o aparente “sentimento de culpa” do caçador ameríndio é na verdade o simples respeito para com um igual, para com um humano vestido temporariamente em uma pele animal (levando-se em conta o multinaturalismo ou perspectivismo ameríndio descrito por Viveiros de Castro (2002). A compreensão de animais enquanto semelhantes é também observado em outros contextos, como por exemplo entre os Yukaghirs da Sibéria, onde os caçadores se engajam em um processo de sedução da caça, e, para tal, seus corpos seguem uma série de tabus com o intuito de “transformarem” seus corpos em semelhantes aos das presas (WILLERSEV, 2012).

Em última análise, a literatura antropológica aponta que a própria humanidade da relação humano-animal parece ser menos precisa e perene do que se costuma crer, e além disso, condiciona ou influencia o modo em que os outros seres vivos são pensados ou vividos. Portanto, tendo em vista essa linha de pensamento, no caso específico dos insetos sociais explorado por este artigo, as relações humano-animal podem guiar o olhar antropológico para o que se pensa no ocidente enquanto humano, trabalho, sociedade, política, natureza, masculinidade/feminilidade – entre outros.

8. Considerações finais

Mas o que essas relações entre insetos sociais e humanos nos ensinam? Em primeiro lugar, buscou-se mostrar que um mesmo “objeto” ou fenômeno – a vida social e a política dos insetos – pode ser interpretado e utilizado retoricamente das mais diversas maneiras. Mais ainda, os próprios contextos e individualidades humanas podem condicionar ou influenciar o modo de ver estes insetos. E, inversamente, a própria relação (física, imaginária) com os insetos sociais pode afetar a vida social dos humanos (conforme a tese defendida por Rodgers, já explicitada). As narrativas partem de ambos os polos e, para além de uma mera representação, essas consolidam e alteram o modo de ver o mundo.

De forma um pouco mais distanciada, vê-se que a própria aproximação entre insetos sociais e humanos é contingente e dependente de uma determinada concepção de humanidade e de socialidade desses insetos. Se as comparações com as abelhas e formigas já não são tão frequentes quanto antes, parece haver aí um sinal de transição epistemológica no que concerne ao humano. Enfim, penso que as narrativas sobre os insetos sociais sejam “boas para pensar” (com o perdão da repetição) e podem revelar questões e pontos de vista caros às ciências sociais, tais quais os discutidos ao longo do artigo. 🌀

NOTAS

* Estudante à época do 10º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: hugo.decf@yahoo.com.br

[1] Na versão original: “Here subterranean works and cities see; There towns aerial on the waving tree. Learn each small people’s genius, policies, The ant’s republic, and the realm of

bees: How those in common all their wealth bestow, And anarchy without confusion know; And these for ever, though a monarch reign, Their separate cells and properties maintain”.

[2] Na versão original: “So that the Male-Bee is not only of great use but of absolute necessity, not only to the Being but to the well-being of the Colony of Bees”.

[3] Na versão original: “Why must the female be Crowned with Honor and regal Dignities, and all the Ensigns of Royalty; when at the same time the Males are degraded, treated with the utmost Contempt, triumphed over, and trampled upon by the Populace and Commonality; expelled and banished, and, in a word, slain without mercy? or have these Gentleman quite forgot what they were taught when school-boys, that the Masculine Gender is more worthy than the female?”.

REFERÊNCIAS

BENITO, Miguel Saralegui. La colmena como metáfora política: crítica y fascinación de Hobbes por el naturalismo aristotélico. **Revista de estudios políticos**, n. 160, p. 199-228, 2013.

DESCOLA, Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, v.4, n.1, p. 23-45, 1998.

DESCOLA, Philippe. **Beyond nature and culture**. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

DROUIN, Jean-Marc. Ants and bees: between the French and the Darwinian revolution. **Ludus Vitalis**, v. 13, n. 24, p. 3-14, 2005.

GOULD, Stephen Jay. **A galinha e seus dentes**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FERREIRA, Hugo. Antes do Pós-humano: insetos sociais, mamíferos superiores e a (re) construção de fronteiras entre os humanos e os animais na modernidade. **Ilha do Desterro, A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies**, v.70, n.2, p. 15-28, 2017.

HARAWAY, Donna J. **Primate visions**. New York: Routledge, 1989.

HARRIS, Marvin. **Cannibals and kings: The origins of cultures**. New York: Vintage, 1991.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: Senhora, 2009.

MANDEVILLE, Bernard de. **A fábula das abelhas**. [1714]; 1994. Disponível em: www.braudel.org.br/publicacoes/bp/bp05_pt.pdf. Acesso em 8 jan. 2015.

MORLEY, Neville. Civil war and succession crisis in Roman beekeeping. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, v.56, n. 4, p. 462-470, 2007.

PLATÃO. **Fedão**. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia). Homepage do grupo: <http://br.egroups.com/group/acropolis/>. Disponível em: <https://portalconservador.com/livros/Platao-Fedon.pdf>. Acesso em 18 out. 2015.

POPE, Alexander. **Essay on man**. Editado por Henry Morley e publicado no âmbito do Projeto Gutenberg, 2007. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/2428/2428-h/2428-h.htm>.

PRETE, Frederick R. Can Females Rule the Hive? The Controversy over Honey Bee Gender Roles in British Beekeeping Texts of the Sixteenth-Eighteenth Centuries. **Journal of the History of Biology**, v. 24, n. 1, p. 113-144, 1991.

RODGERS, Diane. **Debugging the link between social theory and social insects**. Baton Rouge: LSU Press, 2008.

THE ADVERTISER. **Socialism among bees**. 20 de junho de 1908. Disponível em: <http://trove.nla.gov.au/newspaper/article/5153204>. Acesso em 30 set. 2016.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena**. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia, p. 345-399. Editora Cosac Naify, 2002.

WILLERSLEV, Rane. Percepções da presa. Caça, sedução e metamorfose entre os Yukaghirs da Sibéria. *Anuário Antropológico*, 2012, II: 57-75.

Recebido em 30/09/2016

Aprovado em 06/10/2017

AS REDES SOCIAIS E A VISIBILIDADE SOCIAL JUVENIL

SOCIAL NETWORKS AND YOUTH SOCIAL VISIBILITY

*Luiza Roure de Aguiar Rodrigues**

Cite este artigo: RODRIGUES, Luiza Roure de Aguiar. As redes sociais e a visibilidade social juvenil. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.28-45, maio. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Maio. 2018.

Resumo: Este artigo visa discutir a relação entre jovens estudantes de uma universidade pública e as redes sociais, tendo como foco a visibilidade social. Utilizando-se de entrevistas semiestruturadas e da etnografia virtual na metodologia, foram analisados os motivos sociais que levam os jovens a compartilharem parte de suas vidas privadas nas redes sociais, especificamente no Facebook. Como resultado, observou-se que os jovens compartilham parte do seu cotidiano com suas conexões em busca de visibilidade social e de sentimento de pertencimento no mundo fluido que é proporcionado pela Internet através das redes sociais.

Palavras Chaves: Jovens; Visibilidade social; Redes sociais; Sociabilidade; Facebook.

Abstract: This article aims to discuss the relationship between young students from a public university and social networks, focusing on social visibility. Using semi-structured interviews and virtual ethnography in the methodology, the social motives that lead young people to share part of their private lives in social networks, specifically on Facebook, were analyzed. As a result, it was observed that young people share part of their daily lives with their connections in search of social visibility and sense of belonging in the fluid world that is provided by the Internet through social networks

Key Words: Youth; Social Visibility, Social networks; Sociability; Facebook.

No conto “O Espelho”, o escritor realista Machado de Assis retrata o personagem de nome Jacobina, homem pobre que consegue obter o reconhecimento e certo *status* no seu círculo social após ser nomeado Alferes da Guarda Nacional. Em uma noite, Jacobina estava reunido com alguns amigos discutindo sobre a alma humana, porém ele não parecia muito interessado na discussão. Ao perceber tal desinteresse, os companheiros pedem para que o protagonista dê uma opinião sobre o assunto e, assim, ele decide contar um episódio da sua vida com o intuito de defender sua tese de que existem duas almas: uma externa e outra interna.

Após sua nomeação como Alferes, quando tinha 25 anos, sua vida mudou significativamente. Com essa nomeação, ele conseguiu mais prestígio social tanto da sua família quanto de seus amigos mais próximos. Um dia, a tia Marcolina chamou Jacobina para ir até a sua fazenda e, ao chegar lá, ele fora presenteado com um grande espelho pertencente à família real portuguesa. Alguns dias depois, sua tia anunciou que ficaria fora por algumas semanas. Os escravos da fazenda aproveitaram a ausência de Marcolina e fugiram. Assim, Jacobina se viu sozinho na fazenda e a solidão o consumia aos poucos. Em certo momento, ele decidiu se olhar no espelho, contudo não conseguia se reconhecer, via sua imagem distorcida e irreconhecível. Porém, ao colocar o uniforme de Alferes, ele passou a ver sua imagem nítida e perfeita. Logo depois de terminar sua história, ele se retira da sala, deixando seus colegas sozinhos.

Refletindo sobre a experiência vivenciada por Jacobina, observa-se que ele não conseguia mais se reconhecer sem o *status* social que o posto de Alferes lhe dava. A sua alma interna não existia mais sem a sua alma externa, a qual era formada pelo *status* que o posto conseguido na Guarda Nacional concedia a ele, e era agora parte intrínseca de sua nova identidade.

Ao fazer um paralelo do conto “O Espelho” com os dias atuais, com a consolidação do modo capitalista que se inicia no século XIX e, conseqüentemente, uma nascente sociedade que tem a mercadoria e o consumo como fatores importantes nas construções das subjetividades humanas (COSTA, 2003), a discussão sobre “alma interna” e “alma externa” volta a obter relevância.

Além do fator econômico, outra variável que fomenta essa discussão é o advento das redes sociais que podem vir a contribuir na definição do que vem a ser “alma interna” e “alma externa” na contemporaneidade. Conforme Sibília (2008), as redes sociais não intensificaram a sociedade do espetáculo; as redes sociais são apenas uma parte dessa variável. Para a autora, as redes sociais são, na verdade, um reflexo nas transformações da subjetividade (SIBILIA, 2008, p. 23). Desse modo:

As personalidades são convocadas a se mostrarem. Em uma sociedade altamente midiaticizada, fascinada pela incitação à visibilidade e pelo império das celebridades, percebe-se um deslocamento daquela subjetividade “interiorizada” em direção a novas formas de autoconstrução (SIBILIA, 2008, p. 23).

De certa maneira, esta conclusão de Sibilía (2008) corrobora a análise de Recuero (2009) ao afirmar que as redes sociais possibilitam maior visibilidade e ganho de capital social por parte do participante que está inserido em determinada mídia social.

Uma pesquisa realizada em 2015 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) mostrou que 80% da população brasileira entre 15 e 22 anos utiliza-se de alguma rede social. Entre esses, o percentual dos que se conectam mais do que uma vez por dia subiu 21%, no estudo referente a 2014, para 66% no atual, com dados coletados em 2015. Portanto, com esses números, é possível formular que os jovens são a categoria geracional que mais entra em contato com essa era da “visibilidade” e, conseqüentemente, vive com mais intensidade as transformações nas trajetórias de suas subjetividades. Desse modo, o intuito deste artigo é compreender os motivos que levam os jovens ao constante compartilhamento de sua intimidade nas redes sociais, ou seja, o deslocamento que a autora Sibilía ressalta, de uma subjetividade “interiorizada” para uma subjetividade que prega a “visibilidade” autocentrada, tendo como público alvo dez jovens estudantes da Universidade de Brasília – UnB e a rede social Facebook. Este artigo está dividido em seis partes: esta introdução; o surgimento da Internet e das redes sociais; um breve histórico de como a visibilidade ganhou importância; a metodologia utilizada; resultados e discussões e as considerações finais.

3. Internet e as redes sociais

A Internet e as redes sociais surgiram há alguns anos atrás. Manuel Castells (2013) descreve que a criação da Internet foi um conjunto de acontecimentos bem peculiares, ou seja: uma estratégia militar, iniciativa tecnológica, grande cooperação científica e elementos da contracultura. A Internet originou-se através das pesquisas da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA) ligada ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos (CASTELLS, 2013, p. 82). A ARPA realizou inúmeros testes até chegar ao protótipo do que seria a rede mundial de computadores como hoje se conhece. Desse modo, quando a tecnologia digital possibilitou o compartilhamento de todos os tipos de mensagens, como as de som, imagens e de dados, criou-se uma rede que era possível acessar sem a necessidade de usar centros de controles.

Ao possibilitar que o acesso à Internet ganhasse uma forma global horizontal de acesso - na medida em que o usuário não precisava mais estar dependente de um centro de controle-, a primeira rede de computadores começou a funcionar em primeiro de setembro de 1969 na Universidade da Califórnia. Tal rede estava aberta aos Centros de Pesquisa para que eles pudessem colaborar com o Departamento de Defesa. Todavia, logo os cientistas começaram a usar essa rede para comunicação própria, criando uma rede de mensagens entre os próprios pesquisadores (CASTELLS, 2013, p. 83). Após esse fato, ficou difícil restringir a Internet só para fins militares. Assim, em 1983 teve a separação entre ARPANET (dedicada a fins científicos) e a MILNET (aplicação militar). A ARPANET acabou se transformando em ARPA-INTERNET e depois passou a se chamar apenas de Internet, ainda sustentada pelo Departamento de Defesa (CASTELLS, 2013, p. 83). Contudo, a partir dos anos de 1990, as pressões comerciais acabaram forçando a privatização da Internet.

Uma vez privatizada, a Internet não tinha nenhuma instituição supervisora. Dessa maneira, vários órgãos e mecanismos improvisados foram criados e consequentemente assumiram alguma responsabilidade pela coordenação técnica e atribuição de endereços da Internet (CASTELLS, 2013, p. 83). Todavia, por falta de certa unificação na rede mundial de computadores, muitas pessoas pouco iniciadas no mundo digital tinham grande dificuldade em acessá-la. A capacidade de transmissão era muito lenta, e receber e mandar informações era extremamente complicado (CASTELLS, 2013, p. 83). Tal situação começou a se alterar ainda no início dos anos de 1990. Um grupo de pesquisadores europeus criou um novo aplicativo: a teia mundial (*World Wide Web* - WWW), que organizava os sítios da Internet por informação e não por localização, possibilitando aos usuários um sistema fácil na busca de informações na rede.

Os responsáveis por essa inovação se basearam principalmente na cultura dos *hackers* da década de 1970, sobretudo na obra “*Computer Lib*” (1974) de Ted Nelson o qual convocava o povo a usar o poder da Internet para benefício próprio (CASTELLS, 2013, p. 88). Não tardou muito para que o *software* WWW fosse distribuído gratuitamente pela Internet. Com o passar do tempo, navegadores começaram a ser construídos especificamente para computadores pessoais. Assim, logo surgiram novos navegadores ou mecanismos de pesquisa, e o mundo inteiro abraçou a Internet, criando uma verdadeira teia mundial (CASTELLS, 2013, p. 89). A partir desse ponto, o mundo digital só avançou cada vez mais. Em 1982, por exemplo, surgiu o “Minitel” (HEITLINGER, 2010). Essa plataforma foi lançada na França pela PTT (*Postes, Télégraphes et Téléphones*), onde os usuários faziam compras *on-line*, checavam a bolsa de valores e até mesmo estabeleciam um *chat* de conversa entre os próprios usuários.

As redes sociais começam a nascer em 1993 com o *Internet Relay Chat (IRC)*, que consistia em um programa instalado com o intuito de trocar conversas, pequenos arquivos, imagens e textos (GOMES, 2010), iniciando assim a era das redes sociais. O ano de 1994 foi importante também para o desenvolvimento das mídias digitais com o lançamento do GeoCities (DAQUINO, 2012). O conceito desse serviço era fornecer recursos para que as pessoas pudessem criar suas próprias páginas na *web*, sendo categorizadas de acordo com a sua localização. GeoCities chegou a ter 38 milhões de usuários, foi adquirido pela Yahoo! cinco anos depois e foi fechado em 2009.

Em 2002, nasceram o Fotolog e o Friendster. Esse primeiro produto consistia em publicações baseadas em fotografias acompanhadas de ideias, sentimentos ou o que mais viesse à cabeça do internauta (DAQUINO, 2012). Além disso, era possível seguir as publicações de conhecidos e comentá-las. Por sua vez, o Friendster foi o primeiro serviço a receber o *status* de rede social. Suas funções permitiam que as amigas do mundo real fossem transportadas para o espaço virtual.

O ano de 2004 pode ser considerado o ano das redes sociais. Isso porque foi nessa época em que as redes sociais mais importantes foram criadas, como exemplo o Orkut e o Facebook (DAQUINO, 2012). E é nesse ano que as redes sociais começam se popularizar no Brasil. No decorrer dos anos, cada vez mais as redes sociais vêm fazendo parte do dia a dia dos indivíduos,

principalmente das vidas dos jovens, tornando-se agentes importantes na formação de personalidade, identidade e nas lutas sociais.

De acordo com Recuero (2009), as redes sociais podem ser conceituadas como:

Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) (Wasserman e Faust 1994; Degenne e Forse, 1999). Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões (RECUERO, 2009, p. 43).

Assim, um primeiro fator para compreender as mídias sociais é analisar os atores. As redes sociais são formadas por um conjunto de pessoas, e são essas pessoas que dão pulsão para o emaranhado de comunicações e interações sociais que ocorrem na esfera da Internet (RECUERO, 2009, p. 25). Porém, essas interações têm suas peculiaridades, principalmente porque esses laços são construídos tendo como mediador um aparelho conectado à Internet. Esta observação se justifica pois as conexões podem ocorrer de diferentes maneiras (RECUERO, 2009, p. 26). Portanto, um ator, e conseqüentemente seus laços sociais, podem ser representados por um *weblog*, por um *fotolog*, um *twitter* ou mesmo por um perfil no *Orkut*.

Além dos atores, outro conceito formador do conceito de redes sociais é a conexão. Conexão aqui entendida como “laços sociais” formados através da interação desses atores sociais (RECUERO, 2009, p. 30). Esses laços são a base para estudos que focam as redes sociais, principalmente por essa interação dar pulsão às complexas trajetórias de vida, construções de identidades e das formações das subjetividades desses atores conectados à rede (RECUERO, 2009, p. 31). Essa interatividade entre atores sociais não ocorre de forma neutra. Dentro dessas redes, indivíduos agem e se comportam através da expectativa em relação ao comportamento do outro.

A importância das redes sociais *on-line* na sociedade moderna é um fator indiscutível e tem se tornado um tema relevante para as recentes pesquisas acadêmicas. Por meio das redes sociais, os indivíduos compartilham informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns. São caracterizadas por operar em diferentes níveis, como por exemplo, como redes de relacionamentos (Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Google+, Badoo, MySpace). Como exemplo de redes profissionais, salienta-se o LinkedIn. Ressalta-se que as redes comunitárias, políticas, dentre outras, permitem analisar a forma como as organizações desenvolvem sua atividade, como os indivíduos alcançam seus objetivos ou medir o capital social que é definido como o valor que os indivíduos obtêm da rede social.

4. Visibilidade: um valor em ascensão

Georg Simmel (1967) no ensaio “A metrópole e a vida espiritual” já percebia que o crescimento urbano, principalmente com a revolução industrial, alterou não só as relações sociais, mas também interferiu na psique do homem urbano. O sociólogo alemão afirma que as grandes cidades chamaram os homens a se libertarem da moral, da religião, de outras esferas, dando mais liberdade de ação aos indivíduos (SIMMEL, 1967, p. 11). Além da liberdade, as cidades

oferecem diversos estímulos nervosos (o trabalho frenético, consumo, propagandas e publicidade). Todavia, o indivíduo metropolitano não consegue captar e absorver esses estímulos e, por isso mesmo, a psique acaba criando mecanismos para que os homens consigam lidar com esse excesso de estímulos (SIMMEL, 1967, p. 12).

O principal mecanismo é a intelectualidade, ou seja, maior grau de racionalização. Também é na cidade que o dinheiro surge como linguagem principal, e as relações sociais e pessoais passam a serem resumidas a “quanto”, a “números”. Toda essa simplificação acaba ocasionando uma atitude que Simmel chama de “*blasé*” (SIMMEL, 1967, p. 17). Atitude *blasé* significa uma indiferença em relação ao outro. A vida urbana traz tantos estímulos que, para se defender, as pessoas ativam mecanismos de autopreservação, ou seja, a intelectualidade e a personalidade individual ganham importância e o resto da realidade é objetivado. Conseqüentemente, ocorre uma atitude de reserva em relação ao próximo e o “eu” é mais valorizado.

Assim, as cidades são um cenário rico para que as personalidades individuais possam se mostrar. As identidades nas grandes cidades, além de ganharem importância na cultura moderna, também são uma forma que os indivíduos têm de se diferenciarem. Em regiões metropolitanas, a identidade individual é dissolvida pela complexidade e densidade dos centros urbanos. Diferente de uma cidade pequena ou sociedade rural mais simples, em que todos sabem quem são todos, na metrópole há uma maior liberdade e independência entre os homens e acaba que as pessoas não sabem quem é quem (SIMMEL, 1967, p. 24). Dessa maneira, o indivíduo se utiliza da visibilidade, do consumo e do estilo da vida para poder se destacar e para ser reconhecido.

Esta visão de Simmel coincide de certa maneira com o ponto de vista defendido por Louis Wirth (1967), teórico da Escola de Chicago, ao afirmar que os centros urbanos são lugares ideais para o reconhecimento visual e das aparências:

O mundo urbano tem em alta conta o reconhecimento visual. Vemos o uniforme que denota o papel dos funcionários e esquecemos as excentricidades pessoais que se acham ocultas por trás do uniforme. Temos a tendência de adquirir e desenvolver uma sensibilidade a um mundo de artefatos e somos progressivamente distanciados, cada vez mais, do mundo da natureza (WIRTH, 1967, p. 102).

Nessa linha de pensamento, focando mais no aspecto econômico, encontra-se o autor francês Guy Debord. Em sua obra “Sociedade do Espetáculo” (2003), ele critica, ao seguir uma linha marxista de pensamento, o modo de produção capitalista. Sua obra é uma análise profunda da sociedade que nascia no século XIX e que tinha o consumo e a publicidade como marcas interferindo na formação de suas subjetividades. Essa sociedade seria um espetáculo porque as imagens e as aparências começaram a ser a base das relações sociais.

Pode-se dizer que o autor francês acredita em um fetichismo da subjetividade humana, como se a alma fosse construída em base da criação de uma força não perceptível, como se sua sustentação viesse da representação e não do real. Em suas palavras: “o espetáculo que inverte o real é produzido de forma que a realidade vivida acaba materialmente invadida pela contemplação do espetáculo (...) (DEBORD, 2003, p. 16)”.

Sabe-se que tanto essas influências urbanas e econômicas são ligadas às transformações que o conceito de intimidade ganha ao longo do desenvolvimento histórico. Richard Sennett (2014) é um dos autores que narra essa transição do domínio do público para o domínio do privado. A esfera pública já foi o grande palco das grandes cidades europeias, ocorrendo a valorização das ruas como lugares de sociabilidade, das convenções e da teatralização nos contatos sociais. Porém, algumas transformações históricas, econômicas e sociais alteraram tal lógica. Aos poucos o espaço público, ou seja, a vida pública começa a ser estigmatizada e há um inchaço crescente na vida privada.

Esse excesso da importância que a vida privada ganha no despontar oitocentista é o que ele chamou de “regime da autenticidade” (SENNETT, 2014, p.139). Tentar ser quem você é tornou-se uma prioridade, mas esse seu “verdadeiro eu” deveria se restringir ao espaço privado. O mundo das “máscaras sociais”, ou seja, da representação perante o outro no mundo público tornou-se mentirosa e pouco atrativa. Ser você mesmo na sua privacidade ganha mais importância. Isso ocasionou o que o autor chamou de “tirantias da intimidade” (SENNETT, 2014, p. 141). Essa tirania seria uma falta de interesse sobre os assuntos públicos, um destaque para as emoções particulares que afligem cada ser humano e a valorização excessiva da personalidade e dos estados emocionais subjetivos. Portanto, nessa sociedade moderna havia um enorme desejo de legitimar a si mesmo mostrando uma personalidade autêntica.

Anthony Giddens (1991) constata esse fato salientado por Sennett. O sociólogo britânico narra que as ações na contemporaneidade têm uma alta taxa de reflexividade. Se até então nas sociedades ditas como “simples” a ação humana e sua identidade eram regidas pela tradição, na modernidade a identidade humana é extremamente pautada na reflexão. Assim, “livres do peso da tradição, os atores humanos têm a capacidade de ter consciência sobre si mesmo no mundo” (GIDDENS, 1991, p. 15). Portanto, os indivíduos conseguem ter um controle da imagem que passam para as pessoas, ou seja, conseguem ter a informação sobre como agir em determinadas situações. A autenticidade ou agir demonstrado como autêntico começa a ser uma característica que nasce na modernidade.

Em uma perspectiva ainda mais moderna sobre essa relação entre alma interna e alma externa, a antropóloga Sibilia (2008), além de se interessar por todo esse processo na alteração da subjetividade, também coloca as redes sociais como importante fator de análise da realidade. Dessa maneira, ela mostra que a narração da vida cotidiana nas redes sociais é fruto de todo esse processo histórico já narrado anteriormente. As mídias sociais apenas intensificaram e tiveram uma afinidade eletiva com os novos valores que surgiram no século XIX.

3. Metodologia

A metodologia utilizada no presente trabalho foi de base qualitativa. A abordagem qualitativa está mais interessada no micro, ou seja, tem como objetivo a tentativa de acessar os aspectos subjetivos e conseqüentemente tentar compreender, em certa medida, a visão de mundo dos atores analisados. As técnicas utilizadas foram a etnografia virtual e a entrevista episódica semi-estruturada.

A etnografia define-se como um método usualmente usado na antropologia, mas que se expandiu para outras áreas das ciências humanas e tem como característica principal a interação direta entre o pesquisador e o pesquisado. Contudo, com o surgimento das tecnologias da informação e de sua importância na sociedade moderna, vários cientistas sociais começaram a estudá-la e, assim, o mundo digital foi abraçado pela etnografia. Todavia, pelo fato de o ciberespaço ter suas peculiaridades, esta metodologia acabou tendo que ser adaptada. Segundo Polivanov (2012), tal técnica passou por duas perspectivas diferentes ao longo da sua formulação teórica. Assim:

A primeira perspectiva é aquela segundo a qual a Internet representa um lugar, um ciberespaço, onde a cultura é constituída e reconstituída. Nesse sentido, a Internet é normalmente compreendida enquanto um espaço distinto do *off-line* e os estudos que seguem essa perspectiva costumam enfocar o contexto cultural dos fenômenos que ocorrem nas comunidades e/ou mundos virtuais (POLIVANOV, 2012).

A segunda perspectiva nega alguns pressupostos da primeira:

Já a segunda perspectiva – da Internet entendida como artefato cultural –, a vê como um produto da cultura: uma tecnologia que foi produzida por pessoas particulares com o objetivo de dar prioridades situadas contextualmente. Tal ótica favorece a percepção da rede como um elemento da cultura e não como uma entidade à parte, em uma perspectiva que se diferencia da anterior, pela integração dos âmbitos *on-line* e *off-line*. Assim, coloca-se a ênfase nos diversos usos e apropriações que os atores sociais fazem da Internet, entendendo-a como um artefato com significados culturais diversos virtuais (POLIVANOV, 2012).

A partir disso, este trabalho dialoga mais com a segunda perspectiva. Isso porque, de fato, o mundo *on-line* e o mundo *off-line* não estão desvinculados um do outro e sofrem interferência mútua.

A etnografia foi escolhida como método com o propósito de compreender quais são os mecanismos que o Facebook disponibiliza para que seus usuários possam compartilhar seus momentos cotidianos no seu perfil da rede social. Ao mesmo tempo, ela auxilia a perceber quais tipos de postagens são mais comuns entre os jovens e, conseqüentemente, como eles se autoconstroem na rede social.

A segunda técnica utilizada neste trabalho, de natureza qualitativa, é a entrevista semi-estruturada, que foi escolhida por possibilitar acessar o conhecimento cotidiano sobre determinados objetos ou processos. No caso em questão, tal técnica possibilita que seja possível captar as prováveis motivações dos jovens entrevistados e que tenham o hábito constante de compartilhar seu cotidiano no Facebook.

4. Resultados e discussões

4.1. Etnografia virtual

A etnografia virtual foi realizada entre os dias 31 de outubro a 6 de novembro de 2016 e foram observadas as publicações de dez jovens estudantes da Universidade de Brasília- UnB,

entre 18 a 25 anos, realizadas durante todo mês de outubro. A imersão foi na rede social Facebook e teve o intuito de analisar quais são as publicações mais constantes dos jovens na referida rede social. Esta técnica foi realizada através do perfil do Facebook da própria pesquisadora.

Ao analisar um mês de publicação, foi possível observar certa semelhança e constância nas publicações entre os dez jovens escolhidos. Tanto os homens quanto as mulheres postam fotos constantemente. Essas fotos, além de serem tiradas predominantemente no turno noturno em detrimento do diurno, podem ser divididas em algumas categorias, tais como: fotos com amigos, *selfies*, fotos com animais de estimação, fotos com familiares e com parceiros.

Fotos com os amigos é o tipo de publicação mais comum e ocorre principalmente quando o dono do perfil está em algum lugar movimentado (festa, restaurante, festivais, parques, etc). Além disso, essas fotos com os amigos costumam ser tiradas no período da noite. Geralmente as pessoas nas fotos estão bem próximas da câmera, em forma de fileira e sempre sorrindo. Há também o costume de tirarem fotos com copos de bebidas alcoólicas em mãos.

O outro tipo de foto encontrado é a *selfie*. Essas fotos costumam, normalmente, ter apenas o rosto ou corpo da dona ou dono do perfil. Todavia, às vezes há fotos *selfies* com duas pessoas ou grupo de amigos. Nesse tipo de fotografia, há sempre uma superprodução do sujeito. Entre as mulheres, foi possível observar a utilização de maquiagem, produção no cabelo (alissamento de cabelo, chapinha, *babyliss* etc) e roupas mais elaboradas. Além disso, pôde-se observar que essas fotos têm algum teor de sexualidade, na medida em que as mulheres costumam fazer expressões consideradas *sexy*, como fazer “biquinho”. Quando a foto *selfie* inclui todo o corpo, as mulheres fotografadas tentam realçar algumas partes do corpo, tais como a barriga, os glúteos e o busto.

Entre os homens, ocorreram igualmente certas semelhanças. Quando eles focam no rosto, este traz sempre uma expressão de conotação *sexy* que realce a masculinidade. Já quando a parte principal da foto é o corpo, eles tendem a destacar os músculos do braço e barriga, frutos da prática de algum esporte, resultando em um corpo saudável. Entretanto, há também *selfies* constantes dos homens com copos de bebida alcoólica nas mãos e com uma expressão de satisfação no rosto. Entre as mulheres, a constatação de fotos delas com copos de bebidas alcoólicas foi menos frequente se comparadas com os homens. Muitas vezes, mais para as mulheres do que para os homens, essas fotos costumam ter uma legenda com frases motivacionais (A vida é uma estrada sem fim), poemas (O amor é fogo que arde sem arder), frases de pensadores (Penso, logo, existo) e letras de música.

Outras categorias encontradas foram fotos dos animais de estimação e fotos com a família. Entre as mulheres que são mães, há uma constante publicação de fotos de seus filhos e filhas, principalmente em momentos mais marcantes (nascimento, primeira palavra, formatura etc). Há também presença constante de fotos de casais com legendas românticas. Esses casais sempre estão se beijando ou se olhando mutuamente nas fotos, além de ser comum o homem abraçar a mulher por trás e ambos estarem sorrindo em tais fotografias.

Publicações em forma de texto, geralmente com um teor positivo, também foram observadas. Tais textos são muito usados para anunciar algo de bom que aconteceu na vida do usuário (pedido de casamento, aprovação em concurso público, aquisição de algum objeto, etc.). Todavia, essas postagens também têm um teor de reclamação ou mesmo de prevenção (reclamar de algo ruim que aconteceu na vida do usuário, avisar sobre regiões em que estão ocorrendo muitos assaltos, reclamar de mau atendimento em algum estabelecimento, etc.). Outra função desse tipo de postagem é anunciar alguma marca da sua própria empresa ou o negócio de algum amigo conectado ao seu perfil no Facebook.

As publicações de vídeos costumam ser constantes nos dez perfis analisados. Esses vídeos costumam ser de músicas do gênero que agrada ao usuário. Há a presença também de vídeos caseiros, feitos pelos próprios usuários, principalmente pelo aparelho celular, e costumam mostrar partes do seu dia a dia, normalmente partes em que o dono do perfil está em algum momento de descontração. Entre esses tipos de postagens, é comum que os amigos do usuário façam a indicação de outras músicas ou filmes relacionados aos comentários da publicação.

Reportagens e notícias são outras categorias fortemente presentes no Facebook desses jovens. Todavia, durante o período de observação, foi encontrado um maior número de postagens sobre política. Tal fato pode se justificar pelo momento político turbulento que o Brasil vive. Esta turbulência inicia-se com a disputa eleitoral ocorrida em 2014 que ocasionou na reeleição da presidente Dilma Rousseff e se intensifica com o processo de *impeachment* aberto em dezembro de 2015 e finalizado em agosto de 2016 pelo Congresso Nacional contra a então presidente em exercício na chefia do poder executivo naquele período.

Ao analisar os dados da etnografia virtual, pode-se inferir que existe uma preferência entre os jovens analisados de compartilhar momentos que ocorrem no turno noturno em detrimento do período diurno. Isso pode ser considerado como um indício de que os jovens gostam de compartilhar momentos de diversão e informalidade do que situações que tenham teor de responsabilidade ou seriedade. Isso porque o dia, normalmente, está ligado à rotina, ao trabalho, ao cansaço, etc. Já a noite é normalmente relacionada à diversão e à informalidade. Ao mesmo tempo, existe a presença de bebidas alcoólicas, que pode ser um elemento cênico que amplie a diversão e a sociabilidade. Além disso, nas fotos noturnas há a predominância do indivíduo com os amigos. Tal fato pode ser compreendido como um indício de que o grupo de amigos seja de grande importância entre os jovens. Segundo Martins (2010), os jovens não se contentam mais apenas com a rede da família; eles também buscam fora da família outras referências para se formar como sujeito. Por meio dos grupos de amigos, o jovem exercita papéis sociais, se identifica com comportamentos e valores e busca segurança para lutar contra a angústia da solidão.

A presença expressiva de fotos do tipo *selfie* também pode indicar que, além dos grupos de amigos, o corpo é extremamente valorizado pelos jovens. Para eles, o corpo é muito mais do que apenas um aparato biológico. David Le Breton (2007) afirma que o corpo é um vetor semântico, ou seja, o corpo pulsa cultura e transmite informações. Dessa maneira, esse corpo exteriori-

zado pelas fotos postadas no Facebook pode dar alguns indícios e caminhos de análise sobre a corporeidade juvenil.

Francisco Ortega (2006) disserta que nas sociedades contemporâneas o corpo bem cuidado e saudável acaba sendo a base para a construção e a descrição de si. Além disso, ele argumenta que o desarraigamento social e a ausência de vínculos simbólicos e rituais coletivos levam o indivíduo a se retrair e a fazer de seu corpo um universo em miniatura, uma verdade sobre si e um sentimento de realidade que a sociedade não consegue mais lhe fornecer. Assim, as sociedades modernas enfatizam os processos de cuidados corporais, médicos, higiênicos, estéticos na construção das identidades pessoais.

Toda essa discussão é bem visível na etnografia realizada. Tanto homens quanto mulheres postam fotos quando se sentem bem e bonitos nas fotos. Esse “estar bem” e o sentimento de “estar bonito” geralmente estão relacionados com corpos magros (para as mulheres) e musculosos (para homens). Além disso, há o interesse das mulheres em destacar os seios e os glúteos, procurando sempre aparentar um tamanho maior do que o real. É como se o corpo magro e malhado fosse o padrão considerado bonito e é esse o padrão que os jovens querem almejar e exibir nas redes sociais.

Le Breton (2007) cita a socióloga M. Pagès–Delon, a qual defende que as aparências corporais se tornam uma espécie de “capital” para os atores sociais. É o que ela define como “capital-aparência”, cujas fontes devem ser gerenciadas da melhor maneira possível para que o melhor rendimento possa ser alcançado (LE BRETON, 2007, p. 78). O bom “lucro” desse “capital-aparência” é postar apenas fotos que se adequem ao padrão exigido e excluir ou evitar que outros vejam as fotos que fogem desse padrão imposto pela sociedade contemporânea. O corpo ganha importância na apresentação do jovem no dia a dia e nas redes sociais. Porém, é como se a imagem não passasse informação suficiente para o seu público, podendo este não interpretar a foto ou o momento de forma correta. Dessa maneira, as fotos normalmente vêm acompanhadas de alguma legenda que consiga contextualizar as conexões da rede social sobre aquele momento registrado.

As postagens em forma de vídeo ou texto também fomentam discussões interessantes. O advento da Internet trouxe a possibilidade de expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador (RECUERO, 2009, p. 24). Assim, tais ferramentas proporcionaram que atores pudessem construir-se, interagir e comunicar com outros atores. A interação seria a matéria prima das relações e dos laços sociais. Parsons e Shill, segundo Recuero (2009), explicam que a interação compreende sempre o alter e o ego como elementos fundamentais, onde um constitui-se em elemento de orientação para o outro.

Dessa maneira, quando o indivíduo posta uma música ou uma matéria sobre algum tema de que gosta na rede social, é provável que este ato vá além da intenção de mostrar seu dia a dia, pois se trata de uma forma de encontrar pessoas que tenham gostos ou opiniões semelhantes para poder se sentir parte de uma relação, para sentir que não é o único com aqueles gostos. Não é por acaso que nesses tipos de postagens há maior interação entre o dono do perfil da rede social e suas conexões. Portanto, em decorrência dessas interações, os jovens podem vir a en-

contrar certo sentimento de pertencimento, conforto e passar a criar laços sociais no mundo solúvel que são as redes sociais. Trata-se de uma forma importante de sociabilidade digital.

Bauman (2003) ressalta que a insegurança é um sentimento comum nas sociedades modernas; isso porque o mundo moderno é desregulamentado, flexível, plural, competitivo e repleto de incertezas, onde cada um está deixado por conta própria. Assim, a busca de pertencimento é uma forma de se sentir seguro contra os infortúnios individuais.

Os principais meios de comunicação, de modo geral, têm uma conta no Facebook e compartilham diversos tipos de notícias. E, a partir dessas páginas, os jovens postam notícias na sua rede social. Eles fazem essas postagens através da ação de compartilhar (se alguma reportagem interessa ao usuário, ele clica no botão “compartilhar” e a reportagem que estava em alguma página de notícia também aparece no perfil de quem compartilhou). Essas reportagens são de teor muito diversificado. Porém, como já dito, pelo momento político que o país vive, foram encontradas muitas notícias sobre política. Nessas postagens, observou-se a ocorrência de uma interação mais violenta, com pessoas discutindo e argumentando muitas vezes de maneira enfática e agressiva. A partir dessa perspectiva, pode-se especular que postagens sobre política são o tipo de publicação com maior probabilidade de encontrar resistência dos seus laços sociais, dependendo da posição política do dono do perfil e das suas conexões.

4.2. As entrevistas semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas no dia primeiro de novembro de 2016 na Universidade de Brasília. A amostra resultou em vinte entrevistas, sendo dez mulheres e dez homens. Para este artigo, foram levados em consideração os dados de dez entrevistados, sendo cinco homens e cinco mulheres, conforme o quadro abaixo. Os vinte entrevistados têm de 18 a 25 anos e possuem uma conta no Facebook. Além disso, todos são alunos da Universidade de Brasília, residem em diversas localidades do Distrito Federal e cursam diferentes cursos dentro da Universidade.

DADOS DOS ENTREVISTADOS			
IDENTIFICAÇÃO	SEXO	IDADE	CURSO
E1	F	20 anos	Letras – Português
E2	F	19 anos	Agronomia
E3	F	21 anos	Ciências Sociais
E4	F	20 anos	Turismo
E5	F	21 anos	Letras
E6	M	20 anos	Agronomia

E7	M	20 anos	Arquitetura
E8	M	19 anos	Audiovisual
E9	M	22 anos	Engenharia da Computação
E10	M	18 anos	História

A primeira pergunta da entrevista foi sobre quais dados pessoais os entrevistados costumam disponibilizar no seu perfil do seu Facebook. Os vinte entrevistados disponibilizam, primeiramente, o local de estudo, no caso a Universidade de Brasília. Em alguns casos, os entrevistados também disponibilizam os seus cursos de graduação. Em segundo lugar, há a disponibilização da data de nascimento. Essas datas, às vezes, vêm completa (dia, mês e ano) ou incompleta, só com o dia e o mês, por exemplo. Em terceiro lugar, os entrevistados compartilham a cidade onde moram. Os outros dados, com menos frequência, que apareceram nas entrevistas foram: local de trabalho, *status* de relacionamento (solteiro (a), casado (a) etc.), número de telefone e *e-mail*.

Na segunda pergunta, os entrevistados foram solicitados a responderem sobre qual ou quais são os tipos de postagens mais comuns no seu perfil e, conseqüentemente, na sua *timeline*. A maioria das respostas se concentrou em três categorias: fotos do tipo *selfie*, fotos com os amigos e vídeos de músicas. Alguns responderam que postam fotos com o namorado e fotos com os animais de estimação. Em outras publicações recorrentes, segundo os entrevistados, estão notícias (política, cultura pop ou qualquer outra notícia que interesse ao entrevistado). Uma categoria encontrada foi a publicação de “memes” (fotos, *links* de notícias ou qualquer publicação na Internet que contenha humor e que se espalha rapidamente pelo ciberespaço). Uma das entrevistadas narrou que publica “como se sente” (mecanismo que o Facebook disponibiliza para o usuário poder mostrar como se sente em determinado momento ou o que está fazendo naquele instante).

A terceira pergunta foi: “Em sua opinião, quais são os motivos que levam você a compartilhar um lugar maneira que você foi, uma foto de um lugar badalado com os amigos, tirar uma *selfie* e colocar na rede social?”. Nessa questão houve três eixos de respostas. O primeiro mostrou que uma das motivações de compartilhar parte do cotidiano no Facebook é a vontade que o entrevistado tem de mostrar o que está fazendo e como está se sentindo para as demais pessoas ou conexões que estão conectadas ao seu perfil no Facebook.

A entrevistada E1 disse: “Gosto de compartilhar meus momentos com meus amigos do Facebook. Quero que minha família veja o que eu estou fazendo. Posto algumas fotos para mostrar que estou linda também”. A entrevistada E2 também respondeu na mesma linha: “Eu gosto de mostrar para as pessoas onde eu fui e os lugares que eu frequento. Passar raiva nas inimigas”.

Entre os respondentes homens, também foi possível registrar respostas semelhantes. O entrevistado E7 afirmou: “Basicamente posto foto quando acho que estou bonito”. O entrevistado E8 ressaltou: “Não tenho dinheiro para fazer muita coisa. Uma hora, quando tenho dinheiro, é hora de curtir e de compartilhar com os amigos do Face”.

Um segundo eixo de respostas mostra que outra motivação dos jovens em postar parte do seu cotidiano no Facebook é a vontade de registrar e guardar determinados momentos que o marcou e compartilhar esses momentos com suas conexões. A entrevistada E3 comentou que: “Uma maneira de registrar um momento e de fazer homenagens aos amigos”. A entrevistada E4 respondeu que: “O motivo principal é compartilhar minhas vivências com meus amigos”. Igualmente, o entrevistado E6 respondeu: “Tirar foto para recordação e lembrar dos amigos”.

O último eixo de resposta mostra que uma terceira motivação seria compartilhar acontecimentos para encontrar outras pessoas, principalmente as de suas conexões que curtem ou frequentam os mesmos temas e lugares. A entrevistada E5 respondeu: “A interação que isso causa. Colocar lá (na rede social) como forma de guardar as lembranças. Gosto de colocar lugares que vou para as pessoas acharem legal e assim que elas tenham vontade de conhecer”. O entrevistado E7 comentou: “Um gosto de nostalgia, relembrar o momento. Saber quem interage comigo, quem curte as mesmas coisas que eu curto”. O entrevistado E8 resalta que: “O que me leva a compartilhar é que minha postagem pode ter identificação com as outras pessoas. Ao postar algo, posso perceber quais outras pessoas também curtem aquilo”.

A quarta pergunta da entrevista foi: “Você se sente bem compartilhando seus afazeres, compras recentes, lugares que você visitou, ou seja, parte do seu cotidiano no Facebook? Em sua opinião, o que faz você se sentir tão bem ao compartilhar esses momentos?”. A maioria dos entrevistados sentia-se bem ao publicar algo no seu perfil das redes sociais. Ao serem indagados sobre o porquê desse sentimento, partes das respostas mostraram que os entrevistados se sentem bem porque compartilham momentos de felicidade com suas conexões.

A entrevistada E4 respondeu: “É legal divulgar partes do seu cotidiano. Sendo bem honesta, é uma forma de chamar a atenção”. A entrevistada E1 respondeu: “Me sinto bem. Quero mostrar às pessoas que eu estou feliz”. Igualmente, a entrevistada E2 também teve uma resposta semelhante: “Eu me sinto bem. Estou em um momento bom e gosto de compartilhar. E, de fato, ninguém posta uma foto feia”. A entrevistada E5 disse que: “Gosto de mostrar um lugar que eu fui. Posto tudo mesmo”. O entrevistado E9 também citou essa questão sobre se sentir bem: “Me sinto bem porque compartilho coisas da minha vida com a minha família. Para eles saberem que eu estou bem. E é legal também ver a reação das pessoas sobre o que você tá fazendo”.

Outro motivo que traz bem-estar ao jovem, quando da publicação de parte da sua intimidade, é que ele consegue ver quais pessoas vão aos mesmos lugares que ele e quais de seus amigos na rede social possuem gostos parecidos com o dele. A entrevistada E4 respondeu: “Me sinto bem quando um *post* ajuda as pessoas. Fazer amizade com pessoas que têm interesse parecido”. O entrevistado E6 cita que: “Gosto de zoar os meus amigos. Curtir da cara deles”. O entrevistado E10 comentou também: “Me sinto bem porque os momentos que compartilho sei que podem atingir as pessoas de forma positiva, de alguma maneira”.

A quinta pergunta foi: "Quando você olha para suas publicações passadas, já sentiu mal ao postar algo e não ter alguma curtida ou comentário? Poderia explicar como foi esse mal estar?". Essa pergunta teve o intuito de notar se, ao postar algo na sua rede social e não ter resposta das suas conexões, isso afetaria o entrevistado de alguma forma. A entrevistada E2 relatou ter ficado triste quando determinada publicação do seu Facebook não conseguiu audiência. Em suas próprias palavras: "Eu excluí tudo que não tem audiência. Me senti mal de as pessoas não notarem uma foto que postei e coisas do tipo". A entrevistada E5 respondeu: "Hoje em dia não muito. Mas antigamente isso me incomodava mais. É ruim não ser notada". O entrevistado E7 declara ter sentido a mesma insatisfação: "Sim. Quando não tenho muitas curtidas, sinto que minhas publicações não atingiram as pessoas. Elas não veem minhas coisas".

As duas últimas perguntas se relacionam. Foi perguntado aos entrevistados se eles estavam seguros de publicar informações pessoais e partes do seu cotidiano. Se respondessem negativamente, era perguntado por que, mesmo com o sentimento de insegurança, eles continuavam a publicar na rede social. Nessas questões, as respostas ficaram bem divididas. Alguns se declararam seguros, porém outros não. Todavia, as justificativas para essas respostas foram semelhantes. Os que se sentiam seguros disseram acreditar que conseguem controlar os mecanismos que o Facebook oferece para proteger as informações pessoais e postagens. Os que não se encontraram seguros disseram que continuavam a postar porque também achavam que conseguiam controlar as informações que postavam, na medida em que acreditavam que estavam disponibilizando dados que não colocariam suas vidas em risco.

As entrevistas coincidiram em parte com os dados obtidos na etnografia virtual, como a preferência por postar fotos, vídeos e notícias, e agregando novos dados. Uma das novidades trazidas pelas entrevistas mostra que os jovens disponibilizam seus dados por acreditarem que conseguem controlar as informações que são publicadas. Esse resultado coincide com o resultado obtido em uma pesquisa realizada em julho de 2012 pela Hi Mídia em parceria com a M.Sense, em que se constatou que os usuários demonstram algum tipo de cuidado com a privacidade nas redes sociais. Quarenta e cinco por cento dos entrevistados brasileiros possuem perfil privado no Facebook, visível somente por amigos – número menor que os apontados em pesquisas de comportamento nos Estados Unidos, onde 59% dos usuários têm perfis privados. No entanto, os cuidados são negligenciados com os elevados percentuais de compartilhamento de fotos (63%), vídeos (29%), informações pessoais (35%) e de localização (14%). Dessa maneira, pode-se notar que, por mais que os usuários utilizem as ferramentas do Facebook para controlar quem vê seus conteúdos, a vontade de compartilhar ou de mostrar a sua rotina acaba pondo em risco essas informações.

Em relação às motivações e sobre os porquês de compartilhar momentos com suas conexões, fica claro que não são todos os momentos que os jovens compartilham. Eles têm preferência em postar momentos de felicidade ou momentos em que consideram que estão bonitos ou algum momento que possa transmitir mensagens de sucesso, beleza, riqueza, popularidade, etc. É como se quisessem mostrar que têm uma vida agitada e divertida.

Segundo Castro (2010), não é difícil detectar que a felicidade tornou-se atributo central no discurso moderno. Nesta época, o “eu” é produto no competitivo mercado das subjetividades, projetar-se como pessoa “dinâmica” e “de bem com a vida” tornou-se um *must*, uma obrigação. Independentemente de faixa etária, gênero ou classe socioeconômica, as regras do bem viver devem ser seguidas à risca para que não se sofra os horrores da rejeição. Castro ainda cita que:

Na draconiana dialética social prescrita para se atingir a felicidade almejada universalmente, “pecados imperdoáveis”, como excesso de peso, sinais de envelhecimento, fadiga, fraqueza, hesitações, inseguranças e incertezas, o tédio, os diversos tipos de padecimento e, sobretudo, a dor de existir que nos fazem humanos, quicá demasiadamente humanos, devem ser evitados a todo xeque nessa era “da felicidade compulsiva e compulsória” (CASTRO, 2010).

E isso fica mais claro quando a maioria dos entrevistados fica triste quando determinada publicação não recebe muitas curtidas, ou seja, não tem muita visibilidade ou a visibilidade esperada. Assim, há uma seleção de momentos para postar no Facebook, normalmente postagens em que o indivíduo tem certeza que irão o destacar. Nesse caso, como já comentado antes, momentos de felicidade e de sucesso são o tipo de publicação que mais dão audiência positiva para os jovens no Facebook.

Contudo, seria muito limitado afirmar que só passar a mensagem de uma vida perfeita é a principal motivação que os jovens têm ao postar algo na rede social. Pelas entrevistas, é possível observar que as postagens também possuem o intuito dos atores de interagir com suas conexões sociais. Os jovens postam conteúdos, principalmente assuntos relacionados aos seus gostos, para encontrar pessoas que curtam ou tenham gostos parecidos e, com isso, iniciar uma sociabilidade *on-line*.

Rogério da Costa (2011) defende que estar inserido em uma rede social pode significar uma nova forma de relacionamento entre os indivíduos, mas não o garante. É preciso mais do que estar conectado à rede para criar uma coletividade, ou seja, uma conexão real. É necessário que haja interesses em comum. O filósofo americano Eugene Thacker (2010) afirma que o que dá sentido a um coletivo são os propósitos que os unem e orientam, e não um padrão de comportamento. E é por isso que o processo de criação de expectativas de comportamento entre as conexões *on-line* é importante para compreender como funciona a sociabilidade no mundo digital.

5. Considerações finais

Este trabalho teve o intuito de compreender, em uma visão mais exploratória, o que motiva os jovens a compartilharem partes da sua vida no Facebook. Por mais que a visibilidade seja um dos motivos, mostrou-se que a busca de pertencimento e de laços sociais também é uma questão importante e que de fato são motivadores para que os jovens compartilhem momentos de seu dia a dia nas redes sociais.

É curioso notar como a manutenção de laços sociais e de pertencimento é um tema antigo nas ciências sociais. Émile Durkheim, através de várias obras, principalmente “Da divisão social do trabalho” (1978), já se preocupava em definir como fomentar novos mecanismos soci-

ais para a manutenção da solidariedade entre as pessoas. No caso dele, as cooperativas profissionais e suas éticas iriam ser a base para uma nova ligação na sociedade, na medida em que o trabalho ganhava centralidade na vida moderna.

Se no século XIX era o trabalho, atualmente podemos dizer que as redes sociais são novos fenômenos de análise. Portanto, as redes sociais trouxeram aspectos riquíssimos para a sociologia em suas diferentes áreas do conhecimento, aspectos que não podem ser negligenciados pela importância que as mídias sociais ganharam na atualidade. 🌐

NOTA

* Luiza Roure, à época da submissão do artigo, cursava o 9º período do curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Este artigo foi baseado em sua monografia, que foi defendida em julho de 2017. E-mail: luizarouer@gmail.com

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado. O Espelho e outros contos machadianos. São Paulo: Editora Scipione, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013.
- CASTRO, Gisele. Para repensar a felicidade nos dias atuais. In: Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade. FREIRE FILHO, João (org.). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- COSTA, Jurandir. Perspectivas da Juventude na Sociedade de Mercado. In: Novaes, Regina & Vannuchi, Paulo (Org.). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- COSTA, Rogério. Os afetos de Rede: Individualismo conectado ou interconexão do coletivo? Disponível em: <http://www.iararevista.sp.senac.br/arquivos/noticias/arquivos/178/anexos/pdf.pdf>. Acessado em 16 de maio de 2017.
- DAQUINO, Fernando. A história das redes sociais: como tudo começou. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/33036-a-historia-das-redes-sociais-como-tudo-comecou.htm>. Acessado em: 31/05/2016.
- DEBORD, Guy. Sociedade do Espetáculo. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>. Acessado em 31 de maio de 2016.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOMES, Rafael. Do mIRC ao Twitter: O que mudou nas redes sociais? Disponível em: <http://www.midiatismo.com.br/do-mirc-ao-twitter-o-que-mudou-nas-redes-sociais>. Acessado em 25 de outubro de 2017.
- HEITLINGER, Paulo. Rede nacional francesa de acesso a informações, existentes na França, que forneceu serviços a milhões de utilizadores. Disponível em: <http://www.tipografos.net/internet/minitel.html>. Acessado em 25 de outubro de 2017.
- LE BRETON, David. Sociologia do Corpo. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MARTINS, Ana Rita. A importância do grupo para os jovens. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1862/a-importancia-do-grupo-para-os-jovens>. Acessado em 19 de maio de 2017.

MELLO, Daniel. Pesquisa: 80% da população brasileira entre 15 e 22 anos usam a internet. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2016-10/pesquisa-80-da-populacao-brasileira-entre-15-e-22-anos-usam>. Acessado em 11 de novembro de 2017.

ORLANDO, Marcelo. Privacidade e Segurança: Hi Mídia e M. Sense. Disponível em: <https://pt./Hi-Midia/m-sense-himidiaseguranaeprivacidade>. Acessado em 12 de outubro de 2017.

ORTEGA, Francisco. Das utopias sociais às utopias corporais: identidades somáticas e marcas corporais. In: ALMEIDA, Maria; EUGENIO, Fernanda (Orgs). Culturas Jovens. Novos Mapas do Afeto. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.

POLIVANOV, Beatriz. Etnografia Virtual, Netnografia ou Apenas Etnografia? Implicações dos Termos em Pesquisas Qualitativas na Internet. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/4621>. Acessado em 4 de janeiro de 2017.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público. São Paulo: Editora Record, 2014.

SIBILIA, Paula. O Show do Espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio G. (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

THACKER, E. "Networks, Swarms, Multitudes". Disponível em: www.ctheory.net/articles.aspx?id=422. Acessado em 18 de maio de 2017.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida. In: VELHO, Otávio G. (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

Recebido em 21/06/2017

Aprovado em 28/11/2017

ATENÇÃO E ENGAJAMENTO DISCENTE EM SITUAÇÕES DE SALA DE AULA

ATTENTION AND STUDENT ENGAGEMENT IN THE CLASSROOM

Ailton Gualande Júnior*

Cite este artigo: GUALANDE JÚNIOR, Ailton. Atenção e engajamento discente em situações de sala de aula. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.46-62, maio. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Maio. 2018.

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar a coordenação entre professores e alunos em sala de aula e seus engajamentos em uma situação de aprendizagem. Para tanto, foco nas qualificações da atenção dos alunos elaborada pelos professores, retomando a perspectiva de William James. Minha análise ainda foi fortemente influenciada pelas contribuições de Erving Goffman e do *situacionismo metodológico* (JOSEPH, 2000). Descrevo os momentos em que os alunos se envolvem na situação da aula e apresento as competências que os professores acionam para captar suas atenções. As observações foram realizadas em três contextos escolares na cidade de Campos dos Goytacazes, região Norte-fluminense, a partir de minha condição de estagiário do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense.

Palavras-chave: Atenção; Engajamento; Sala de aula; Ensino de sociologia; Performance professoral.

Abstract: This research aims to analyze the coordination between teachers and students in the classroom and their engagement in a learning situation. To do this, I focus on the qualifications of the students prepared by teachers, taking William James' perspective. My analysis was still strongly influenced by the contributions of Erving Goffman and *methodological situationism* (JOSEPH, 2000). I describe the moments in which students get involved in the situation, and present the skills teachers employ to capture their attention. The observations were carried out in three school contexts in the city of Campos dos Goytacazes, northern area of Rio de Janeiro state, based on my position as a trainee in the Social Sciences degree of the Fluminense Federal University.

Key words: Attention; Engagement; Classroom; Sociology teaching; Professorial performance.

1. Introdução

A sala estava cheia. Naquela quinta-feira quente, por volta das treze horas, a maioria da turma compareceu à aula. As carteiras estavam espalhadas pela sala, algumas muito próximas, organizadas de acordo com a sociabilidade da turma, tendo em vista que os alunos escolhiam seus assentos em função de seus círculos de amizade. A aula do dia tratava do tema da “participação política e exercício da cidadania”, conforme consta no Currículo Mínimo de Sociologia para o Ensino Médio [1] (RIO DE JANEIRO, 2012). Sofia [2] - professora desta disciplina - escreveu no quadro branco as palavras Legislativo e Executivo. A partir destes termos, a aula foi desenvolvida. Em seguida, dirigindo-se aos alunos, indagou-os sobre o significado desses conceitos. Alguns, timidamente, arriscaram uma resposta. Desde o início da aula, a *conversa paralela* [3] acontecia no fundo da sala. Sofia decidiu discutir as representações políticas das duas instituições destacadas. Repentinamente, um dos alunos sentado no fundo da sala gritou: “Rosinha!” [4]. O riso foi generalizado e, associado às “conversas paralelas”, a agitação coletiva ameaçava dominar a situação. No entanto, a professora imediatamente procurou reverter a dispersão da turma. Decidiu perguntar ao aluno que havia formulado o comentário jocoso se ele poderia definir e identificar as atribuições de um prefeito. O aluno respondeu embaraçado e a professora suspendeu com esta intervenção a multiplicação de fluxos *atencionais* e paralelos à aula. Certamente surpresos por esta reação, os alunos propuseram várias respostas, demonstrando novo engajamento no foco principal da aula. Neste instante, as conversas paralelas cessaram e muitos alunos participaram da discussão seguinte. Sem perceberem, suas atenções haviam sido redirecionadas e novamente o foco da turma estava na professora, ao passo que ela pôde rápida e naturalmente construir uma discussão sobre política. O que poderia ter se tornado um incidente na ordem da situação de aula foi rapidamente convertido em atenção e engajamento dos alunos com o tema proposto para a discussão.

Esse caso explicita o movimento de focalização e desfocalização *atencional* dos alunos, o que aponta para um conjunto de dimensões relacionais a partir das quais a aula se apresenta como um *jogo absorvente* (GEERTZ, 2008), seja por parte dos alunos, seja por parte dos professores, algo constatado em todos os campos escolares observados nesta pesquisa. Quando a absorção não orientava mais a situação de aula, as desatenções dos alunos se multiplicavam. Em suma, os professores procuravam capturar a atenção de seus alunos e administrar constantemente a distração, disputando com os elementos dispersivos a produção de “estímulos fortes” (JAMES, [2015]) que convidavam a plateia a distribuir seus interesses em diferentes focos da aula. Procurarei problematizar neste artigo o movimento de (des)focalização da atenção, partindo do caso dos alunos de Sofia para compará-lo com outros dois contextos escolares.

2. A problemática da pesquisa e a construção do objeto

Esta pesquisa foi elaborada a partir de observações em três escolas localizadas no município de Campos dos Goytacazes, cidade de porte médio situada na região Norte-Fluminense. Minha inserção nesses diferentes espaços escolares decorreu de uma experiência de estágio supervisionado obrigatório em três escolas de Campos - Instituto Educacional Campista (segundo semestre de 2015), Colégio Santa Maria (primeiro semestre de 2015), Colégio 28 de Março (todo

o ano letivo de 2014) - no âmbito do curso de licenciatura [5] em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Articulei essa experiência com interesses de uma pesquisa de iniciação científica sobre conflitos nos terminais rodoviários de Campos dos Goytacazes (FREIRE e GUALANDE, 2014). Tomei os estágios nessas escolas e seus respectivos relatórios elaborados entre 2014 e 2015 como uma experiência de observação participante retrospectiva. Minha presença na escola não foi inicialmente planejada como uma pesquisa, o que incide na dificuldade de explorar mais densamente algumas das considerações apresentadas neste trabalho. No entanto, esforcei-me em aprofundar as observações que eu havia então realizado a partir de um trabalho de rememoração e reconstituição de cenas das aulas que presenciei e das conversas que estabeleci com os professores, ciente das limitações geradas por minha escolha metodológica. Vale ainda destacar que, em função dos objetivos do estágio supervisionado no curso de licenciatura, presenciei apenas aulas da disciplina de sociologia. Imerso neste contexto, conheci os professores Sofia, Marcos e João, que se mostraram receptivos, o que propiciou que os laços com esses profissionais se estreitassem ao longo do tempo, tornando nossos diálogos e trocas cada vez mais marcados por uma empatia recíproca. Sofia foi certamente uma das professoras com quem tive maior aproximação, em grande parte por conta do período de um ano em que estagiei na escola onde ela lecionava (enquanto esse tempo foi de seis meses nas outras duas).

O retorno à dinâmica escolar após três anos de encerramento dos meus estudos na Educação Básica foi desafiador. Não sabia exatamente como me comportar naquele ambiente, principalmente por conta da dubiedade de meu papel naquele espaço. A figura do estagiário é vista de forma híbrida, tanto para aqueles que o são como para alunos e professores das escolas. Esta personagem é alvo de distintas representações. Suas funções e as motivações para estarem no espaço da sala de aula não são claramente publicizadas. De um lado, não desempenha o papel de aluno do ensino básico. Por outro, também não representa a figura do magistério, mesmo que possa ser entendido como alguém que exerce as funções de um professor. Essa condição inicia-se, muitas vezes, na forma como o estagiário é apresentado: *“pessoal, esse é (fulano tal), estagiário da disciplina. Ele vai acompanhar a gente nesse bimestre. Vai ser um futuro colega de profissão”*. É por meio de conversas informais que a dúvida inicial se encerra. Essa relação, de forma geral, é permeada por uma fluidez e proximidade. Assuntos como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e as incertezas quanto ao futuro profissional e acadêmico costumam ser o fio condutor dos diálogos com os alunos. Em todas as turmas em que estagiei, uma questão específica causava enorme estranhamento. Frequentemente, o seguinte questionamento era formulado: *“Você vai ser professor de sociologia?”*. Certa vez, ao responder positivamente, ouvi a seguinte expressão: *“Você é doído?! Sai disso!”*. A principal argumentação que justifica essa reação se encontra no público conhecimento da baixa remuneração salarial desta profissão. Há ainda a percepção de que a sociologia não é interessante e se apresenta sem um sentido definido para sua existência na grade curricular. Ser professor dessa disciplina se tornaria uma *“perda de tempo”*.

O estranhamento em relação à figura do estagiário é compreensível, uma vez que essa personagem incorpora ao mesmo tempo a condição de discente (graduando em ciências sociais) e de docente (está imerso em um processo de preparação para a carreira do magistério).

A imersão nos mundos de discentes e docentes foi realizada por meio de um processo de *observação participante*, inspirando-me nas contribuições de Foote White (2005). Originariamente, essa abordagem metodológica foi utilizada tendo em mente a pesquisa e o relatório de estágio supervisionado que eu deveria produzir. Apenas no primeiro semestre de 2015 – um ano após o início dos estágios – ficou claro para mim e minha orientadora de monografia que a atenção e as coordenações entre atores em uma sala de aula seriam objeto de pesquisa de conclusão da graduação. Desse modo, estar em contato com o grupo analisado, participando de suas dinâmicas e inserindo-me nos seus círculos de sociabilidade, era fundamental para compreender os modos como esses indivíduos se coordenavam na situação específica da sala de aula. Um dos aspectos que mais me causavam estranhamento referia-se aos momentos em que a atenção dos alunos direcionada ao professor durante a aula oscilava, diluindo-se em direção aos aparelhos celulares e às conversas paralelas, ou mesmo ao sono. Paralelamente, dependendo das táticas do professor, a maioria da turma podia também demonstrar profundo interesse na explanação dos conteúdos, participando intensamente dos debates propostos, como no caso relatado no início do artigo. Nessas ocasiões, alguns recursos pareciam incidir visivelmente sobre o interesse dos alunos. Algumas vezes, quando o professor recorria a dispositivos eletrônicos (*data show*, computador, TV), os alunos podiam demonstrar maior interesse. Aproveitando a maior atenção, os professores convidavam os estudantes a participar de debates, ocasionando um intenso engajamento. O sucesso do uso dos dispositivos de mídias e/ou tecnológicos relacionava-se fortemente com os modos pelos quais eram acionados pelos docentes e agenciados com a cultura informacional-tecnológica juvenil e contemporânea. O uso de recursos tecnológicos não bastava se o docente demonstrasse pouca familiaridade com um projetor, com redes sociais ou ainda com a noção de temporalidade do ponto de vista do aluno. Por exemplo, um documentário longo e antigo não produzia efeitos *atencionais* semelhantes aos que ocorriam com a exibição de vídeos com linguagem mais próxima do cotidiano dos jovens. Assim, com ou sem objetos tecnológicos, é importante frisar que a atenção discente respondia fortemente ao carisma do professor e o modo como o utilizava para exercer autoridade (MAIA, 2014), mantendo o foco dos alunos sobre si e sobre sua atuação em cena.

Dessa forma, procurei analisar os modos pelos quais os atores se coordenam nas situações escolares de aula. Uma das discussões paralelas surgidas desta abordagem refere-se ao modo como os professores qualificam as atenções dos alunos. A perspectiva situacional ofereceu a possibilidade de reconstituir as gramáticas [6] escolares e compreender quais eram os referenciais a partir dos quais professores poderiam julgar um aluno como atento ou “desatento”.

3. Os contextos escolares da pesquisa

3.1. O Colégio 28 de Março

No 28 de Março (instituição pública), a professora de sociologia, Sofia, mantinha boa comunicação com seus alunos. Atualmente está cursando doutorado em Ciência Política. Atenta e atualizada sobre assuntos do mundo juvenil, conseguia realizar conexões entre conteúdos sociológicos e temas presentes na experiência dos alunos fora dos muros escolares. Utilizava de forma recorrente sua página no *Facebook* como ferramenta de ensino, onde criou um grupo

para publicar textos referentes às aulas, bem como reportagens e outros tipos de documentos que na sua concepção eram importantes para a formação de seus alunos. Ao manter esse tipo de atitude, a professora mobilizava uma ferramenta muito presente no cotidiano dos adolescentes. Durante as aulas, sempre que possível fazia conexões com suas publicações no grupo da turma. Frequentemente, utilizava outros recursos didáticos, dentre eles, vídeos com letras de músicas ou curtas-metragens que retratavam situações cotidianas e ordinárias da vida dos alunos. Essa estratégia contribuía para a fixação da atenção, pois se mostrava como algo *novo* que possibilitava o desencadeamento de conexões com os gostos musicais desses jovens, além de ser um recurso visual que possui um forte apelo *atencional*. Ao engajar os alunos nas situações virtuais comunicantes, Sofia mantinha boa parte da turma envolvida na discussão do tema da aula. Certa vez, planejou a exibição de um videoclipe, que de forma sucinta narrava todas as formas de governo que já existiram no Brasil. O vídeo continha uma compilação de imagens que se seguiam em alternância ao som de um *rap*. Foi possível observar durante a aula grande interesse mobilizador da atenção dos estudantes ao conteúdo do clipe. Passado o vídeo, Sofia iniciou uma exposição do tema curricular *poder, política e Estado*. Nesse segundo momento, o número de alunos engajados foi menor, porém Sofia teve um embasamento concreto para exemplificar sua discussão, remetendo-se ao vídeo sempre que possível.

Nas aulas expositivas, Sofia recorria constantemente a *slides* com textos e imagens. Em alguns momentos, escrevia tópicos no quadro branco quando percebia que um conceito pertinente à discussão não aparecia na projeção. A cada instante procurava manter diálogo com os alunos. Buscava desconstruir e provocar estranhamento, principalmente quando se deparava com discursos reproduzidos em sala de aula e que não eram devidamente problematizados sociologicamente. Nestes momentos de aula expositiva, a atenção era difusa. Uma parte dos alunos mantinha-se atenta, mesmo que de forma calada. Outros, no entanto, preferiam manusear seus celulares, alimentar “conversas paralelas” ou dormir. Pontualmente, os alunos atentos à aula mantinham diálogos com a professora. Quando uma imagem (foto ou charge, por exemplo) aparecia nos *slides*, era possível observar que aqueles alunos desatentos reorientavam sua atenção e procuravam compreender as conexões entre a aula e as imagens.

É relevante ressaltar que o colégio 28 de março é uma instituição estadual localizada no Centro de Campos, fazendo com que receba estudantes de muitas e diversas regiões da cidade.

3.2. A Escola Santa Maria

João, professor na Escola Santa Maria (instituição privada) possui formação acadêmica em filosofia, mas também lecionava sociologia e ensino religioso. Quando lhe pedi para descrever o significado da sua circulação em disciplinas diferentes, respondeu-me que, por vezes, causava confusão entre os alunos, principalmente no início do ano letivo. Estes apresentavam dificuldades para distinguir os conteúdos e tarefas das diversas disciplinas ministradas por um mesmo professor. João ainda compartilhou que sentia certo desconforto em ocupar a vaga de ensino religioso. Não se considerava o profissional mais adequado ao cargo. Contou-me que havia solicitado à direção um professor com perfil mais apropriado, o que sempre foi negado, pois acarretaria o aumento de despesas para a instituição.

João apresenta uma “fachada pessoal” (profissional) contrastante com a de Sofia. Diante de seus alunos, comportava-se de forma mais contida. Não extrapolava suas atividades para fora dos limites da sala de aula. A escola era o único espaço possível de interlocução com seus alunos. Priorizava a aula expositiva e utilizava o quadro branco para anotar os tópicos e/ou conceitos centrais que ordenavam a sua fala. Raramente recorria a *slides* com imagens e vídeos. A tela interativa disponível foi pouco utilizada.

Durante a exposição dos conteúdos, João não permitia “conversas paralelas”, o que não as impedia de surgirem mesmo que esparsamente. Alguns dormiam e outros utilizavam seus celulares de forma discreta. A forma encontrada por João para dialogar com os alunos era perguntando diretamente a alguém em específico sua opinião acerca de um assunto. Certa vez, ao falar sobre cultura, uma aluna fez o seguinte questionamento: “*os cachorros têm cultura?*”. João, então, respondeu perguntando a um outro aluno o que ele pensava a respeito. Após a resposta negativa, reviu com a aluna os aspectos que compõem o conceito de cultura para explicá-la que os cachorros não a possuem. Diferente de Sofia, utilizava com maior frequência os exercícios em sala de aula. Nesses momentos era possível observar que grande parte dos alunos se engajava na tarefa.

3.3. O Instituto Educacional Campista

O último contexto escolar apresentado refere-se àquele em que observei a atuação de Marcos, profissional formado em Ciências Sociais, tendo cursado mestrado em Sociologia. As interações entre o docente e suas turmas era fluida. Sua postura diante dos alunos transmitia uma empatia que o aproximava daqueles jovens. Comumente fazia piadas jocosas com o intuito de transformar o ambiente da aula mais “agradável”. Quando julgava pertinente, passava filmes ou vídeos para os alunos. Certa vez, ao tratar do tema Estado e suas formas de governo, enfatizando contextos autoritários e ditatoriais, Marcos fez com que os alunos assistissem ao filme *A onda* [7]. Dos cerca de 25 alunos, apenas dois ou três não focalizaram sua atenção no televisor. O filme gerou, portanto, forte absorção. Marcos fez algumas intervenções com a intenção de situá-los sobre o contexto histórico em que a história se desenvolvia. Salientava aspectos que julgava fundamentais para a análise dos alunos com o intuito de que eles fizessem conexões com o tema. Além disso, a desenvoltura do professor facilitava essa interação. Falava em tom de voz grave e alto, o que assegurava a focalização da atenção de grande parte da turma na sua fala, já que acabava por abafar vozes paralelas. Nesses termos, Marcos conseguia criar um ambiente de envolvimento da plateia, ao mesmo tempo em que mantinha o “controle” sobre ela.

O Instituto Educacional Campista é uma instituição federal, que oferta o curso de ensino médio atrelado a um curso profissionalizante técnico. De maneira geral, conta com boa infraestrutura tanto quando falamos de espaços de convívio quanto de equipamentos de multimídia que auxiliam os docentes.

A descrição das performances destes três professores apresenta questões importantes. Em todos os contextos, o material didático raramente foi utilizado em sala de aula (no Colégio 28 de Março e no Campista, os livros didáticos utilizados foram escolhidos pelos docentes e fornecidos à escola no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educa-

ção - PNLD; já no Colégio Santa Maria, havia material próprio). Os alunos frequentemente não levavam os livros e apostilas para a escola. Geralmente, o professor pedia que a leitura fosse feita em casa para que em aula, de posse deste material, fosse discutido o tema. Frequentemente, essa solicitação não era atendida. Antecipando a concretização desse fato, as chamadas “folhinhas” (folhas avulsas com conteúdo da disciplina) eram distribuídas pelos professores em aula. Como observado por Maia (2014) em sua pesquisa, percebi a preponderância na valorização do caderno em detrimento do livro didático ou apostila. O caderno funcionava como “filtro” do que o professor falava em sala de aula. O livro era desqualificado como fonte de aprendizagem. A “explicação” docente era considerada mais importante. A *oralidade* e a *escrita* (MAIA, 2014) eram vistas como símbolos da atividade docente, seja por esses profissionais, seja pelos alunos, que priorizavam a explicação do professor – por meio de sua fala e da escrita no quadro branco ou por meio de *slides* – como fonte de aprendizagem mais “legítima” do que aquela advinda dos textos presentes nos livros. Se a “explicação” fosse considerada boa, o professor conseguia envolver mais eficazmente aos alunos com o conteúdo de sua fala. O “estímulo forte” que se originava dessa performance bem-sucedida mostrava-se capaz de competir e superar os demais estímulos presentes no cenário da sala de aula. O livro se apresentava como um objeto que possuía reduzida capacidade de fixação da atenção discente.

Outro aspecto muito presente ao longo de minhas observações foi o uso de objetos de mídias digitais como ferramentas auxiliadoras do professor. Pequenos vídeos, filmes, clipes de música obtinham um grande poder de fixação da atenção dos alunos. Em todas as situações que esses dispositivos foram utilizados, o engajamento dos alunos mostrou-se mais denso. A partir deles, o professor conseguia fazer conexões nas problematizações das discussões teóricas que a sociologia provoca.

4. A atenção nas situações de sala de aula

“Mais um dia de aula” – deviam estar pensando os alunos da turma que observei – naquela manhã semelhante a qualquer outra no Colégio 28 de Março. Para a turma 3006, o tema da aula versava sobre “direitos do cidadão” e sua relação com “a criminalização da pobreza”. A Professora Sofia havia problematizado um ponto básico do currículo mínimo: “*Distinguir as diferentes formas em que se manifesta a violência no meio rural e urbano e identificar o processo de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais*” (RIO DE JANEIRO, 2012:8). Ciente da importância dos recursos didáticos no ensino médio e cansada de solicitar o único projetor e computador da escola – muitas vezes indisponível no seu horário –, Sofia acabou comprando com recursos próprios esses dispositivos, que faziam, segundo ela, grande diferença na sua atuação profissional. Naquele dia, Sofia chegou com o projetor para conduzir esse debate, lançando imagens no quadro para explicar o conteúdo da aula. No entanto, mesmo o equipamento de *data show* sendo articulado com toda a criatividade dessa professora, nada era consensual entre os alunos, pois criava uma situação turva: alguns alunos definiam-na como repouso, outros como recreio e outros como recurso estimulante da atenção. Em determinado momento da aula, um exemplo apresentado pela docente provocou, repentinamente, uma modificação no comportamento da maior parte daqueles alunos que dormiam e estavam digitando nos

seus aparelhos de celulares. Os chamados *rolezinhos* [9] foram usados como exemplificação e os estudantes foram convidados a expressarem opiniões acerca desse movimento. Diversos jovens compartilharam seus pontos de vista. Rapidamente instalou-se uma discussão que dividiu a turma. De um lado, uma minoria que defendia como legítimo o direito do movimento, e de outro, um grupo maior enxergava os *rolezinhos* como algo extremamente negativo e perturbador do espaço social (os *shoppings centers*), onde deveria imperar a tranquilidade. Esse segundo grupo reproduzia o discurso veiculado pelas grandes mídias que fizeram a cobertura jornalística do evento. A professora sentiu-se impelida a problematizar esse pensamento, provocando os alunos a refletirem sobre quem eram aqueles jovens dos *rolezinhos* e por qual motivo eram reprimidos pela polícia. Em certo momento, um dos alunos formulou o seguinte questionamento: “*vai dizer que você (professora) gosta de estar junto de um monte de favelado?*”. A pergunta gerou a exposição de novos pontos de vista, até mesmo entre aqueles que permaneciam calados. A partir desse ponto, a professora teve argumentos para problematizar a questão da garantia e efetivação dos “direitos dos cidadãos”. Lembrou que os jovens que promoviam os *rolezinhos* estavam sendo proibidos de se manifestar livremente. A livre expressão é uma garantia expressa na Constituição Federal como um dos direitos civis de todo cidadão. Desta forma, Sofia entremeou uma problematização sociológica com um exemplo familiar ao mundo dos jovens naquele momento.

A descrição dessa situação é relevante para a discussão desenvolvida neste artigo. O engajamento é mobilizado neste trabalho como uma forma de participação cooperativa, uma absorção perceptível a partir das coordenações entre o professor e os alunos. Nos termos de Goffman (2010:46, grifo meu), “engajar-se em uma atividade ocasionada significa manter algum tipo de absorção cognitiva e afetiva por ela... resumindo, significa estar envolvido com ela”. Ainda segundo Goffman, é possível compreender as relações entre diferentes personagens como engajamentos de face a face. Em uma aula, pressupõe-se que o foco principal seja a figura do professor.

No exemplo dos *rolezinhos*, percebe-se que, em determinado momento, a professora conseguiu fixar a atenção de quase todos os alunos em torno de sua fala. Essa atitude acarretou, inclusive, em um engajamento discursivo na situação, que se deu por meio das opiniões emitidas e pela defesa dessas quando confrontadas pelos demais. Nesse sentido, pode-se dizer que os alunos estabeleceram um foco de atenção ao discurso da professora em detrimento de outros objetos como os celulares ou o sono. WILLIAM JAMES [2015], filósofo norte-americano, desenvolveu um extenso trabalho sobre as faculdades da mente, dentre elas o fenômeno da atenção. Mobilizo as contribuições desse autor no meu trabalho com o objetivo de analisar modalidades de coordenação entre alunos e professores em sala de aula. Procurei retomar esse conceito problematizando especificamente as interações face a face. Por esse motivo, descreverei e interpretarei momentos em que a fixação da atenção em um objeto (a aula) é condicionada pela cooperação entre os atores presentes na situação.

Para James, a atenção é o processo de fixação, focalização, ou ainda concentração sobre um objeto ou pensamento. O caso dos *rolezinhos* apresentado pela professora Sofia demonstra

que, por parte dos alunos, despertou o engajamento da turma para o tema da aula. Esse caso foi mobilizado pela professora como forma de problematizar os conteúdos curriculares a partir de uma interpretação segundo seus princípios de justiça. Os alunos fixaram, então, sua atenção ao objeto de discussão trazido na situação, invertendo o *foco* e a *margem* (FERRAZ e KASTRUP, 2007). Os celulares e o sono eram para alguns o foco da atenção, enquanto que a aula ministrada pela professora se apresentava como marginal. A partir do momento em que um assunto com grande repercussão midiática - e que tocava o mundo juvenil - foi colocado como questão a ser discutida, houve uma inversão desse quadro.

Esse caso evidencia outro aspecto da atenção proposta por James. A todo momento operamos com uma seletividade do pensamento. Esse autor enfatiza, inclusive, o aspecto essencial dessa seletividade como uma forma de evitar que a nossa experiência e nossa consciência se transformem em um caos, uma vez que entramos em contato com uma infinidade de estímulos cotidianamente. Nesse ponto, James é enfático ao afirmar que, seletivamente, a experiência dos indivíduos é composta por aqueles itens que lhes são interessantes e, de alguma forma, úteis. Dessa forma, lembra que não somos criaturas passivas que incorporam externamente a experiência. Pelo contrário, somos agentes ativos nessa construção. Sendo assim, ao se concentrarem na discussão dos *rolezinhos*, os alunos operaram com a seletividade em meio ao que James denomina de *fluxo de pensamentos*, característica da mente humana. Quando nos atemos a um objeto, estamos focando nossa atenção em algum ponto desse fluxo. Desse fato, conclui-se que a oscilação dos momentos de atenção em uma ação coordenada é um aspecto “natural”. De acordo com James, é impossível nos atermos a todos os estímulos que recebemos do ambiente em que estamos. Se o aluno não se envolve em um “estímulo forte” durante a aula, sua atenção tenderá a flutuar em busca de outros focos suscitados e por muitos dos dispositivos disponíveis na situação: o uso dos celulares e *tablets*, as conversas paralelas, o sono, o ato de circular pelo pátio da escola (no Colégio 28 de Março e no Instituto Campista, o aluno não precisa pedir permissão para se ausentar da sala). Flutuando de forma despreziosa, a atenção se fixará no objeto que despertar maior interesse.

O estímulo forte ao qual se refere James está intimamente ligado ao fato de que a atenção tende a se focar em uma sucessão de objetos. Isso se demonstra a partir de uma articulação entre o *novo* e o *velho*: “*O máximo da atenção será logrado quando se obtiver uma harmoniosa sistemática ou unificação entre o novo e o velho*” (JAMES *apud* FERRAZ e KASTRUP, 2007, p:8). Nesse sentido, quando o aluno percebe que não há nada de *novo* na abordagem do professor, tende a voltar sua atenção para outros objetos “mais estimulantes”. Durante as várias aulas que acompanhei, quando o professor mantinha uma postura já conhecida, entendida pela plateia como a mais “confortável” e, por vezes, monótona, poucos eram os que se engajavam no discurso do docente. Entregavam-se aos fluxos sem a obrigação de priorizar um ponto, ou selecionando aqueles fora do quadro da aula. Se, durante essa situação, o professor decide contar uma piada, anedota ou um caso pessoal sobre qualquer assunto que tenha ou não afinidade com o tema da aula, os alunos expressam outro interesse. Esse exemplo pode ser tido como uma “*ruptura das definições projetadas*” (GOFFMAN, 2014, p:26). Nesse caso, a interrupção inesperada despertava uma mudança de comportamento do grupo – como quando o professor narrava

uma viagem ou reclamava das condições de trabalho. A partir do pensamento de James, pode-se afirmar que a aula expositiva que transcorria não apresentava conexão com experiências prévias vivenciadas pelos alunos. Os conceitos e a problematização teórica do conteúdo não estavam sendo articulados com experiências concretas já vivenciadas por aqueles jovens. A partir do momento que o professor narra experiências pessoais, os alunos despertam pensamentos antigos que possuem conexão com o fato narrado. Nesse sentido, há conjugação entre um fato *velho* e algo *novo*, o que permite uma interrupção na flutuação da atenção, a partir de um estímulo forte capaz de ocasionar o engajamento. Outro aspecto que contribui para estes momentos de focalização é a capacidade que a emotividade possui de envolver os alunos, provocando uma empatia pela figura do professor. Essa empatia permite uma cooperação entre os participantes da situação. Em outros termos, esse sentimento de afetação exercia grande influência sobre o engajamento dos alunos. Esses momentos refletem como a atenção tende a repousar na alternância de objetos, não se resumindo a um ato estático da consciência. A flutuação entre diferentes estímulos é sua característica principal.

Mesmo o desenvolvimento da *atenção voluntária*, baseada no esforço da fixação em um objeto em detrimento de outra atenção, não se sustentava por muito tempo. Nas turmas que acompanhei, raramente todo o grupo de alunos engajava-se na situação. O que se constituía como arranjo frequente era a oscilação desses momentos, algo que foi motivo de estranhamento de minha parte. Certas performances técnicas e táticas contribuía para tornar a atenção dos alunos mais duradoura.

5. O pragmatismo como ferramenta analítica

As contribuições de William James sobre a atenção estão inseridas em uma abordagem do pensamento social que surgiu nos Estados Unidos no fim do século XIX, a saber, o pragmatismo. Em sua origem, esse campo teórico tinha como objetivo “*determinar os significados de palavras difíceis e conceitos abstratos*” (PEIRCE *apud* POGREBINSCHI, 2005, p:12), propondo-se a tornar claros e concretos termos ou conceitos abstratos e gerais. Charles Peirce, em um clássico texto intitulado *Como tornar as nossas ideias claras* [2015], salienta o fato de que o pensamento exerce função principal na tarefa de construir crenças e hábitos a partir das incessantes dúvidas que surgem no dia a dia. Esses hábitos são, portanto, a concretização prática de significados que se apresentam para nós como abstratos, metafísicos. William James caracteriza a ideia pragmatista como “[...] *interpretar cada um dos conceitos metafísicos traçando suas respectivas consequências práticas*” (JAMES *apud* POGREBINSCHI, 2005:31). Nesse sentido, para esse autor, o significado de um conceito, como a atenção, somente pode ser constatado por meio de suas consequências. Essas consequências estão intimamente relacionadas com a noção de experiência. O engajamento dos alunos na aula é resultado de um processo mental que se inicia com a seleção do que esses atores consideram interessante ou desinteressante. Essa seletividade gera ou não a fixação da atenção à explicação do professor. Dessa forma, esse esquema exemplifica uma consequência prática possível a partir da problematização de conceitos abstratos como o interesse e a atenção. A atenção se apresenta, de fato, como um engajamento na situação. É o ato de focar suas faculdades mentais e corporais na direção de um objeto e, a partir

disso, deixar-se envolver. No caso da sala de aula, esse engajamento manifesta-se por meio de diferentes gradações. Há momentos em que o aluno encontra-se calado, mas seu olhar demonstra atenção intensa com a fala do professor e, rotineiramente, faz anotações no caderno.

Desse fato, evidencia-se a ênfase construída pelo pragmatismo em torno da questão da experiência, sendo possível introduzir um de seus principais fundamentos: o antifundacionalismo, o qual se caracteriza por uma aversão a qualquer tipo de verdade única e inabalável. Nas palavras de Pogrebinski *“Negar que o pensamento seja passível de uma fundação estática, perpétua, imutável”* (2005, p:26). Na abordagem pragmatista, o que se entende como verdade é passível de ser revisto constantemente. Na medida em que nos deparamos continuamente com experiências novas e diferentes consequências práticas, somos estimulados ao exercício do pensar e refletir, reforçando o caráter autocorretivo da experiência.

Seja considerando as consequências concretas de conceitos metafísicos, seja a dimensão de revisão destes conceitos, em ambos há um entrelaçamento com o contexto nos quais estão inseridos. Dessa forma, no pragmatismo, o contextualismo busca demonstrar como as relações sociais e as práticas vivenciadas pelos indivíduos estão intimamente ligadas ao conjunto de crenças da qual fazem parte e, dessa forma, como influenciam suas ações.

Nessa pesquisa, o contexto das interações é priorizado para compreender como interfere no engajamento dos alunos e do professor em sala de aula. Apresento observações realizadas em três escolas distintas. De um lado, uma escola particular (Colégio Santa Maria), que possui como ancoragem de seus regimentos internos os preceitos do cristianismo católico. As gramáticas mobilizadas nesse contexto (a partir de um documento interno denominado *manual da família e do aluno*) conferem ênfase a “valores” cristãos e da boa cidadania como pilares do projeto pedagógico, sintetizado nos termos “evangelização”, “educação” e “assistência social”. A existência de uma infinidade de equipamentos tecnológicos nessa escola se destacava em relação às demais instituições pesquisadas, pois contava com *data shows*, quadro interativo e sensível ao toque, conectado à internet, caixas de som em todas as salas, o que permitia explorar diferentes formas de envolver o aluno na aula. Os dispositivos desempenhavam um papel fundamental para o engajamento discente. Havia, por parte do professor, a possibilidade de diversificar os modos pelos quais ministraria sua aula. O quadro interativo, por exemplo, permitia trabalhar com esquemas diferenciados, gerando uma diversidade de estímulos *atencionais* mais eficazes em fixar a atenção. Esse panorama, no entanto, não se convertia sempre em resultados positivos. O sucesso no uso dessa ferramenta dependia de como a associação humanos/não humanos (LATOIR, 2000) era mobilizada.

Nas duas escolas públicas – “laicas” – a realidade era diversa. No Instituto Campista, instituição da rede federal de ensino médio e profissionalizante, os jovens não demonstravam grande interesse pelas disciplinas do curso técnico. Priorizavam conteúdos do ensino médio, uma vez que eram objetos de avaliações nos vestibulares e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). De outra maneira, nas conversas com o professor que ministrava o conteúdo de sociologia, este relatou-me a diferença na relação que os alunos dos diferentes cursos técnicos mantinham com a disciplina. Essa diferença, segundo ele, se manifestava por meio de um movimento

de maior ou menor resistência dos discentes sobre os conteúdos sociológicos. Esse fato estaria ligado ao perfil dos alunos nos diferentes cursos, como aqueles considerados de núcleo mais duro, como mecânica, em que havia maior apreço pelos conteúdos da área das ciências exatas. Nesse sentido, as expectativas dos alunos em relação à adequação entre suas formações e as disciplinas ofertadas contribuía para definir prioridades *atencionais* sobre certas disciplinas. Isso afetava a relação desses jovens com os mestres que ministravam aulas consideradas menos relevantes, o que tornava o desengajamento nessas ocasiões mais perceptivo. Quanto ao aparato tecnológico, o Instituto Campista contava com boa estrutura, possuindo *data shows*, televisores e sistema de refrigeração em quase todas as salas. Todavia, a manutenção deficiente desses equipamentos gerava frequentemente tensões nos momentos em que o professor não conseguia utilizá-los, justamente nos momentos em que apresentavam falhas.

No Colégio 28 de Março, o contexto se diferenciava fortemente das duas outras instituições. Certa vez, a professora de sociologia compartilhou comigo sua queixa em relação ao excesso de centralização na gestão das escolas estaduais, o que dificultaria mudanças necessárias na relação professor-aluno. Além disso, o 28 de Março sofria escassez de verbas, dificultando recursos orçamentários para a compra de dispositivos tecnológicos. A existência de um único aparelho de *data show* exemplifica as limitações desse contexto.

6. O engajamento em sala de aula como um “jogo absorvente”

A discussão sobre a atenção discente no espaço da sala de aula é problematizada neste trabalho como uma forma de engajamento. Assim, articulo as contribuições de James sobre a atenção com a ideia de “jogo absorvente” elaborada por Clifford Geertz em seu texto *Um jogo absorvente: Notas sobre a Briga de Galos Balinesa* [10]. Pode-se, apesar das óbvias diferenças entre meu objeto e aquele de Geertz, e das emoções em jogo nestas situações, estabelecer uma analogia entre a rinha de galos e a sala de aula, no sentido de demonstrar a capacidade que a afetação despertada pela emoção possui em promover um “engajamento absorvente” nessas situações.

Geertz define a briga de galos a partir do conceito de “reunião concentrada” de Goffman: “um conjunto de pessoas absorvidas em um fluxo de atividade comum e se relacionando umas com as outras em termos desse fluxo. Essas reuniões ocorrem e se dispersam, seus participantes são flutuantes” (2008, p: 193). Em uma sala de aula, alunos e professor se enquadram em fluxos ou roteiros antecipáveis, porém cada aula possui um arranjo próprio, altamente situado, e um participante, em específico, é flutuante, o professor. Essa personagem circula por turmas distintas, e cada uma delas torna-se particular.

É um encontro que agrupa atores distribuídos em um cenário em torno de um bem comum: o ensino-aprendizagem. Assim como na briga de galos (especificamente nas lutas menores, não absorventes), o não engajamento pode surgir a partir do desinteresse provocado pela menor frequência de oscilações. Como já salientou James, ao congregar o *novo* com o *velho*, há uma tendência de fixação da atenção, pois esse processo é capaz de gerar o interesse a partir de uma sucessão de objetos, tornando-a mais empolgante. Nas brigas de galos menores, muitas

vezes os participantes sentiam-se frustrados pela forma monótona com que o embate se desenrolava, sem grandes golpes ou ação.

É a partir de um contraponto com as lutas desinteressantes que Geertz apresenta os embates “absorventes”. Esses são aqueles em que a “aposta central” [11] é a maior possível, fazendo com que os galos que se enfrentam sejam equânimes a fim de provocar uma imprevisibilidade em relação ao resultado da disputa. Uma aula pode ser considerada “absorvente” quando há um envolvimento por parte dos alunos em torno de um assunto. Em analogia à “aposta central”, o professor representa uma dimensão semelhante. É a personagem que deve envolver os alunos neste processo lúdico. Os três professores que acompanhei mobilizam diferentes perspectivas para envolver os discentes. Dois deles procuram afastar a monotonia, abordando os conteúdos por meio de músicas, vídeos, filmes, imagens. Certamente, quando esses recursos e técnicas eram acionados por meio de dispositivos, proporcionavam uma maior aproximação entre os atores.

7. Dramaturgia e a sala de aula

A atenção é analisada nesse artigo como uma manifestação do engajamento dos alunos, no sentido de cooperarem com o professor para manter uma dada ordem interacional. O engajamento discente em sala de aula depende fortemente da performance dramatúrgica do professor, ou que se expresse ainda através de sua aptidão para manejar equipamentos tecnológicos. No caso de uma aula, o profundo envolvimento dos alunos se reflete por uma disposição em ouvir o professor. Ele fala e tem como expectativa observar olhares fixos na sua direção. Outras provas de atenção são frequentes: indagar o professor sobre alguma questão (“tirar uma dúvida”, “participar”, “anotar no caderno...”)

Considerando a centralidade do professor no processo de manutenção da atenção, descrevo encenações performáticas. Nesse sentido, utilizando a metáfora teatral de GOFFMAN (2014), o professor se coloca como personagem principal durante as cenas que se desenvolvem na sala de aula. Esse ambiente físico compõe o cenário: “[...] *compreendendo a mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos do pano de fundo que vão constituir o cenário e os suportes do palco para o desenrolar da ação humana executada diante, dentro ou acima dele.*” (2014, p:34). Essa encenação é voltada para a plateia de alunos.

Na definição dessa situação, todas as informações a respeito dessa personagem principal são essenciais para antecipar o modo de ação dos demais participantes. O que se tem em mente nesse esquema é o ajustar-se da maneira esperada para esse enquadramento cognitivo. Reciprocamente, os alunos analisam a performance do professor com a finalidade de entender o modo como devem comportar-se durante sua encenação. Esperam que ele utilize a *oralidade* e a *escrita* no quadro branco.

O termo “consenso operacional” de Goffman ilustra a colaboração entre os atores no sentido de definir uma situação, ao mesmo tempo em que decidem quais questões e qual pessoa ou pessoas serão acatadas de forma temporária. Esse movimento de busca por um consenso em situação tem a finalidade de evitar possíveis conflitos decorrentes de um não ajustamento recí-

proco. Nesse sentido, quando o professor entra em sala de aula, há um entendimento definido de qual representação cabe a essa personagem, assim como aos alunos. Espera-se que o ator professoral assuma seu posto central no palco da sala, ocupando a cadeira que lhe é destinada e que se dispõe de forma privilegiada na direção dos alunos. É possível também que permaneça de pé. Dessa forma, poderá deslocar-se livremente entre sua plateia, bem como disporá de uma visão ampla de todos os indivíduos que a compõem.

8. A performance do professor diante de seu público

Nesse item, apresentarei as competências e estratégias mobilizadas pelos três professores que acompanhei com a finalidade de envolver os alunos na aula.

Essas três personagens apresentam diferenças marcantes quanto a suas performances. Cada uma delas carrega consigo uma “fachada pessoal” distinta: “*os distintivos da função ou da categoria, vestuário, sexo, idade e características raciais, altura e aparência; altitude, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais e coisas semelhantes.*” (GOFFMAN, 2014, p:36).

Nesse sentido, deve ser levado em consideração o lugar que certos atributos pessoais ocupam nesse processo de engajamento da plateia. Refiro-me especificamente ao carisma e sua relação com o exercício da autoridade (MAIA, 2014) em sala de aula. Além dos equipamentos tecnológicos, nos momentos em que o professor procura criar um ambiente “agradável” e propício para a aprendizagem, ao formular comentários jocosos ou realizar conexões com aspectos da realidade vivida pelo mundo juvenil. Transmite, assim, a imagem de que não é, nos termos dos alunos, “carrasco”, que pode ser lido como um profissional pouco flexível nas negociações com os alunos, ou mesmo, que exigiria um esforço intelectual extremado desse grupo de indivíduos. Afastando-se dessa caracterização, transforma a aula em uma situação instigante, que passa a ter grande capacidade de envolvimento. Em suma, é alguém que cativa, apontando para uma característica eloquente no exercício da autoridade.

O trabalho de Maia (op. cit) parte de uma abordagem weberiana, focando-se nos modos pelos quais o carisma contribui para a construção da autoridade em sala de aula. O professor pode, portanto, ser uma liderança carismática. Em minhas análises, retomo essa perspectiva para compreender como o carisma regula o engajamento da plateia discente na interação com o ator que ocupa o palco.

No campo analisado por mim e por tudo o que foi exposto neste artigo, Marcos (Instituto Campista) era o professor que mais encarnava as características de uma liderança carismática, revertendo essa aptidão a favor da efetividade de uma autoridade diante da plateia de alunos nos momentos em que a situação de engajamento na sala de aula se encontrava desconfigurada. Sofia (Colégio 28 de Março), apesar de ser muito popular entre os discentes, justamente por estar muito conectada às redes sociais que são muito difundidas no mundo juvenil, não exerce autoridade nos momentos em que as “conversas paralelas” e a ausência de foco atencional em direção à sua fala são as coordenadas da turma. Por fim, a liderança era exercida por João (Colégio Santa Maria) de maneira oposta. Orientava suas aulas a partir de valores diferenciados em

relação aos outros dois professores. Sua apresentação em público parecia partir de seus valores e conhecimento acadêmicos, bem como de sua área de formação (filosofia). Dessa forma, a fixação da atenção dos alunos sobre sua fala desviava constantemente, ao passo que o controle exercido sobre esse comportamento se realizava por meio do *carisma negociado* (MAIA, op. cit.), estabelecendo-se por meio de acordos verbais entre as partes para que o andamento da aula não fosse prejudicado.

9. Considerações finais

Na aula, o professor competente (GARFINKEL, 1996) é aquele que consegue provocar “estímulos fortes” para concorrerem com os outros focos *atencionais*, em específico, aqueles provocados pelos celulares e *tablets*. Pode-se acrescentar que na *era da informação* (CASTELLS, 1999) e, principalmente, da celeridade do processo resultante do que esse autor denominou de revolução da tecnologia da informação, o informacionalismo constitui-se em um dos fundamentos da “nova sociedade”.

Observa-se neste trabalho que o professor que se adequa mais às lógicas tecnológicas e de redes sociais é também aquele que tem mais êxito quanto à expectativa de cooperação de alunos. Destaca-se que, para ser bem-sucedido, ele mobiliza dispositivos (*data show*, TV) que podem também competir com aqueles que tiram os alunos do foco central. Se de um lado o *professor como vocação* é um valor que orienta a sua conduta no ensino médio – e logo outra de sua competência é mobilizar a forma adequada de autoridade para garantir a ordem e o aprendizado –, esta não se dá sem certa tensão interna na atividade cotidiana do docente. A evitação em explicitar conflitos podia ser problematizada a partir do intenso esforço de conter o “desânimo” (o do profissional) e provocar um desgaste na temporalidade da carreira docente.

Em síntese, a discussão desenvolvida neste artigo procurou evidenciar que, assim como DEWEY (2010) afirmou, a educação pode ser encarada como uma arena de controvérsias. A pluralidade de mundos possíveis presentes na escola pressupõe o contato entre moralidades conflitantes. Logicamente, a sala de aula é um dos lugares onde essas controvérsias se expressam e se potencializam. Dessa forma, priorizei neste artigo a análise das modalidades de experimentação no espaço escolar, focalizando-me na atenção. 🌀

NOTAS

* O autor, à época da submissão, cursava o 8º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Este artigo é resultado de sua participação no grupo de pesquisas intitulado Cidades, Espaços Públicos e Periferias – CEP28 (Diretório CNPq), coordenado por Jussara Freire, a quem agradece pela preciosa revisão e orientação do trabalho. E-mail: jrgualande@hotmail.com.

[1] [...] “Documento que serve como referência a todas as escolas, apresentando as competências e habilidades que devem estar nos planos de curso e nas aulas. Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre” [...] (Ibid, 2012, p. 2). Esse documento foi elaborado por uma equipe de educadores e pesquisadores, a partir de uma

iniciativa da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Essas diretrizes curriculares são utilizadas em toda a rede de ensino básico do estado fluminense.

[2] Esta personagem e outros dois professores, apresentados adiante, foram meus interlocutores privilegiados nesta pesquisa. Procurando preservar o seu anonimato, alterei os nomes dos professores e das escolas nas quais trabalham em função de exigências éticas.

[3] Categoria do docente que remete aos diálogos travados entre os alunos nos momentos em que o professor está “explicando” os conteúdos.

[4] Nome público utilizado pela prefeita de Campos dos Goytacazes, à época, Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira.

[5] Título que permite exercer o magistério no Ensino Médio. No caso em questão, a licenciatura em Ciências Sociais forma docentes para atuarem na disciplina de sociologia.

[6] “O termo **gramática** se refere ao conjunto de regras a serem seguidas para agir de forma ajustada diante das outras pessoas que compartilham a mesma situação [...]”. (FREIRE, 2005, p. 94, grifo meu).

[7] Filme lançado no ano de 2009 na Alemanha. Conta a direção de Dennis Gansel.

[8] Encontros marcados pela internet com a finalidade de reunir adolescentes. Em sua maioria, esses jovens eram negros e pobres, que marcavam encontros em *shopping centers* com objetivos recreativos. Esse fenômeno gerou inúmeras controvérsias, uma vez que esses jovens reuniam grandes multidões no espaço dos *shoppings*. Foram acusados de promover baderna e depredação de lojas. Alguns estabelecimentos conseguiram liminares na justiça que proibiam esses eventos. A partir desse momento, começaram a ser realizadas triagens dos clientes. Essa atitude gerou, imediatamente, críticas de setores da sociedade civil, que enxergavam nesse ato uma forma de segregação e preconceito contra os jovens da periferia participantes dos *rolezinhos*.

[9] Título de um dos capítulos do livro: “A interpretação das culturas” (2008). Conferir nas referências bibliográficas.

[10] Esse termo refere-se às apostas conduzidas pelos chefes das tribos, como se fossem as jogadas oficiais da rinha. O valor dessas apostas é parâmetro para as que são feitas de forma marginal e não oficial entre os espectadores das brigas.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. vol. 3, São Paulo: Paz e terra, p. 411-439, (1999).

DEWEY, J. **Experiência e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, (2010).

FERRAZ, G. C.; KASTRUP, V. **Movimentos da atenção: um diálogo com William James**. *Memorandum*, Belo Horizonte, MG, v. 13, p. 61-72, ISSN 16761669, (2007).

FREIRE, J. **Problemas públicos mobilizações coletivas em Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Garamond, (2016).

FREIRE, J. GUALANDE JUNIOR, A. **Tensões e conflitos no transporte coletivo de Campos dos Goytacazes: Uma sociologia das filas de espera**. *RBSE: Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 15, n. 45, p. 52-65, (2016).

GARFINKEL, H. **O que é etnometodologia?** In: _____ (1967), **Studies in ethno-methodology**. Cambridge: Polity Press, p. 1-34, (1996).

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ. 1ª ed. 13ª reimp: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., (2008).

GOFFMAN, E. **Comportamento em lugares públicos: Notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, (2010).

_____ **A representação do eu na vida cotidiana.** 20^a ed., Petrópolis, RJ: Vozes, (2014).

JAMES, W. **The Principles of Psychology.** The University of Adelaide Library, [2015]. Disponível em: <<https://ebooks.adelaide.edu.au/j/james/william/principles>>.

JOSEPH, I. **Erving Goffman e a Microsociologia.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, (2000).

KANT DE LIMA, R. **Polícia, justiça e sociedade no Brasil: Uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público.** Revista de Sociologia e Política, n^o 13, p. 23-38, (1999).

LATOURETTE, B. **Ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo: Fundação Editora da Unesp, (2000).

MAIA, B. **Vida de escola: Autoridade, carisma e performance em uma escola pública.** Dissertação de mestrado. PPGA/UFF, (2014).

PEIRCE, C.S. **Como tornar as nossas ideias claras.** Tradução: Charles de António Fidalgo. [2015]. Disponível em: <www.lusosofia.net/textos/peirce_como_tornar_as_nossas_ideias_claras.pdf>.

POGREBINSCHI, T. **Pragmatismo: Teoria social e Política.** Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, (2005).

RIO DE JANEIRO. **Currículo Mínimo.** Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. 2^a edição, (2012).

Recebido: 06/11/2016

Aprovado: 25/03/2018

O CONFLITO NAS OBRAS DE MAQUIAVEL E MARX: UMA TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO

THE CONFLICT IN THE WORKS OF MACHIAVELLI AND MARX: AN ATTEMPT OF INTERPRETATION

*Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves**

Cite este artigo: GONÇALVES, Carolina Stéphanie Rodrigues. O conflito nas obras de maquiavel e marx: uma tentativa de interpretação. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.63-74, maio. 2018. Semestral. Disponível em: <revistas.ufrj.br/index.php/habitus>. Acesso em: maio, 2018.

Resumo: Este artigo trata da concepção de conflito, isto é, o lugar ocupado pelo conflito civil, em duas propostas: a maquiaveliana e a marxiana, e sua relação com a liberdade política. Dentro desse quadro autoral, quanto à Maquiavel, veremos que o conflito aflorará não como uma força negativa a ser anulada, mas antes, como a condição mesma da liberdade - desde que racionalmente regulado pelos quadros institucionais e legais. Já para Marx, mediante sua visão dialética de conflito - que o vê, ao mesmo tempo, como negativo e positivo -, a luta de classes entre burguesia e proletariado conduziria, no limite, à extinção do conflito e à instauração da liberdade. Somente aí, com o desaparecimento dos antagonismos de classes e resolvida essa contradição, proviria a "libertação real". Por fim, concluo o artigo com uma breve análise das principais diferenças e semelhanças que poderiam ser aferidas entre Maquiavel e Marx no que se refere ao tema acima esposado, qual seja, a relação entre o conflito e a liberdade política.

Palavras-chave: Maquiavel; Marx; Conflito civil; Liberdade.

Abstract: This article deals with the conception of conflict, that is, the place occupied by civil conflict, in two proposals: the Machiavellian and the Marxian, and its relation to political freedom. Within this author's framework, as for Machiavelli, we will see that conflict will emerge not as a negative force, to be annulled, but rather as the very condition of freedom - as long as it is rationally regulated by institutional and legal frameworks. For Marx, through his dialectical view of conflict, which sees it both as negative and positive, the class struggle between the bourgeoisie and the proletariat would, in the limit, lead to the extinction of conflict and the establishment of freedom. Only then, with the disappearance of the antagonisms of classes and, resolved this contradiction, would the "real liberation" exist. Finally, I conclude the article with a brief analysis of the main differences and similarities that could be gauged between Machiavelli and Marx in regard to the subject exposed above, that is, the relationship between conflict and political freedom.

Keywords: Machiavelli; Marx; Civil conflict; Freedom.

No presente artigo, busco oferecer uma análise interpretativa do conflito (o lugar que o conflito entre os grupos sociais assume) nas obras maquiaveliana e marxiana. Para tanto, demonstro, sucintamente, como o conflito entre os grandes e o povo aparece em Maquiavel e a relação desse com a liberdade política (I), a partir da priorização das seguintes questões: i) conflito entre quem; ii) qual a causa deste conflito; iii) como o autor o vê, se de forma negativa ou positiva, e em que circunstâncias ele é visto como positivo ou negativo; e iv) qual a relação entre conflito e liberdade política. Irei analisá-las a partir das aparições do conflito na sua própria obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, bem como em dois de seus comentadores: Lairton Moacir Winter e Maria Aparecida Azevedo Abreu. Em seguida, passo a examinar como o conflito entre as classes sociais (burguesia e proletariado) aparece nas obras *A ideologia alemã* (1845-1846) e *Manifesto do Partido Comunista* (1848), de Marx, e qual seria a sua relação com a liberdade política e a Revolução Social (II), visando mostrá-la sob as seguintes questões: i) qual a causa deste conflito; ii) conflito entre quem; e iii) qual a relação entre conflito e liberdade política. Concluo o artigo com uma breve análise das principais diferenças e semelhanças que poderiam ser aferidas entre Maquiavel e Marx no que se refere ao tema acima apresentado, qual seja, o conflito e a liberdade política.

1. Elogio à normalização da desunião e da discórdia: o acordo via desacordo

É por demais conhecida a passagem decisiva do capítulo quatro "A desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana", do Livro I, dos *Discorsi*, em que Maquiavel apresenta sua concepção de conflito, isto é, o lugar ocupado pelo conflito civil em seu pensamento político realista (*verità effettuale delle cose*) - pensamento esse circunscrito pela sua teoria dos humores -, lançando, o autor em comentário, um novo olhar sobre aquele (o conflito).

Essa gente não quer notar que existe em cada governo duas fontes de oposição: os interesses do povo e os interesses dos grandes; que todas as leis que se fazem a favor da liberdade nascem dessa desunião, como o prova tudo quanto se passou em Roma [...]. Não se pode, pois, julgar essas dissensões como funestas, nem o Estado como inteiramente dividido, quando, durante um tão longo decorrer de anos, essas dissensões não causaram exílio senão de oito ou dez indivíduos, condenações à multa de poucos cidadãos e à morte dum número menor ainda. Não se pode, de modo algum, chamar de desordenada uma república onde brilharam tantos exemplos de virtude; pois os bons exemplos nascem de boa educação, a boa educação das boas leis, e as boas leis dessas mesmas desordens, que a maior parte condena inconsideradamente. Na verdade, se examinarmos com a maneira pela qual terminaram, ver-se-á que nunca produziram nem exílios, nem violências funestas ao bem público, mas, pelo contrário, essas desordens fizeram nascer leis e regras favoráveis à liberdade de todos [...] (MAQUIAVEL, 2007, p. 22).

Aqui emergiria a dimensão conflitiva não mais como força negativa, nem como uma ameaça a ser anulada e extirpada, tal como via o pensamento tradicional clássico, medieval e humanista, que vislumbrava a construção da ordem estatal a partir da concórdia e do apelo à paz. Antes, e, paradoxalmente, o secretário florentino subverte-a e, à longa tradição que o precedera, vendo exatamente naquela não apenas uma salutaridade, mas, mais precisamente, a fonte fundadora da liberdade - desde que racionalmente regulada e atualizada pelos quadros

institucionais e legais -, campo fundador este permanente e invariável. Onde amor à paz, à concórdia e à harmonia, onde, em suma-síntese, negatividade, o conflito seria visto como sendo constitutivo, incólume e inextirpável, "[...] afirma[ndo] que [ele] é condição e não causa de destruição da liberdade [...] [e] defende[ndo] que [a] coesão resulta[ria] do conflito e não de sua neutralização [...]" (WINTER, 2011, p. 48).

Isso nos permite chegar a uma primeira tônica: ter-se-ia o *conflito entre quem?* A análise dessas relações dos dois grupos sociais, os grandes e o povo, requer a consideração da natureza humana e suas características, em que aquelas serão percebidas e circunscritas. Essas características e, na sua esteira, seu traço característico, o desejo, podem ser um ponto de partida para perceber a *causa deste conflito*, tal como fora para Winter (2011) em seu artigo *A teoria dos humores de Maquiavel: a relação entre o conflito e a liberdade*, constituindo-se necessário compulsá-la. "Devemos nos lembrar, como ensina o florentino, que os homens '(...) são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos de ganhar (...)'" (WINTER, 2011, p. 49). A dinâmica do corpo político, em todo seu movimento, iria se radicar, assim, em um terreno de inconstância, desmedida, imoderação, insaciabilidade, variabilidade e ambição - o desejo, ou melhor dito, os humores, pulsões viscerais e motores, estes, de toda e qualquer ação humana, e que a todo custo tentariam levar a cabo e impô-los sobre os de seus opositores. Basta, aqui, pensarmos nas pulsões dos grandes, a saber, desejo de domínio, de exclusividade (exercício exclusivo do poder), e, noutra ponta, o desejo do povo, um desejo de não-dominação ("[...] desejo entendido como força de resistência ao exercício exclusivo do poder dos grandes via participação nas magistraturas ou a rebelião" (WINTER, 2011, p. 58)).

Nesse sentido, uma vez compreendido o fundamento do conflito civil maquiaveliano, há que se compreender adequadamente sua dinâmica: em uma perspectiva afetiva do termo, o humor não poderia ser redutível à mera oposição de classes ou de interesses, não se definindo por aspectos econômicos. Enquanto desejos, e não interesses, isto é, enquanto heterogeneidade e dissimetria, e não homogeneidade, não nos espanta ser o conflito sempre irremovível, inesgotável, infundável e inextinguível, e a unidade inalcançável, nem mesmo não pode nos espantar que o florentino "[...] não [tenha feito] nenhum julgamento moral acerca dos dois desejos, como se um [pudesse ser] bom - o povo - e [o] outro [pudesse ser] mau - os grandes [...]" (WINTER, 2011, p. 51).

[...] [O] desejo de não ser dominado est[aria] [assim] longe de poder ser reduzido ao negativo do desejo de dominar, como se se tratasse de A e não-A. Caso se tratasse de uma contrariedade absoluta, uma contradição, a dinâmica política se encerraria uma vez afirmado um dos desejos. [...]. É porque não há contrariedade absoluta que os dois desejos pode[riam] então se afirmar e os conflitos manterem vigorosa a vida política. Mas isto não significa[ria] que um desejo po[deria] se afirmar independentemente um do outro: eles remete[riam] um ao outro indefinidamente. A relação entre esses desejos [pode ser] esclarecida quando pensamos que a unidade a que eles remetem não é anterior à sua oposição: eles não fazem parte de um todo. Antes, constitu[iriam] uma diferença (WINTER, 2011, p. 52).

E finaliza:

[Logo], [d]escortina[r-se-iam] dois desejos de natureza diferente que não são nem o desejo das mesmas coisas nem o desejo de coisas diferentes, mais dois desejos cujo ato de desejar é diferente [...] (WINTER, 2011, p. 58).

Dada a inseparabilidade conflituosa de um Estado real, estar-se-ia obrigado, por essa ser a marca distintiva do caráter desejoso da natureza humana, a lidar-se com ela, o que implicará em importantes consequências para o significado da liberdade política nas cidades maquiavelianas, em tudo propulsionada pelo conflito. Contudo, antes de me dirigir para *a relação entre conflito e liberdade política*, última tônica florentina a que nos dedicaremos, indiquemos outra: *em que circunstâncias ele, o conflito, seria positivo ou negativo?* Ames, citado por Winter, discutindo os limites do que pareceria, em um primeiro momento, ser uma irrestrita ode à dimensão conflitiva, é-nos indeclinável para que possamos brevemente estudar esta terceira tônica, visto que a extensão dos limites para que os tumultos, dissensões, oposições e inimizades convirjam para o bem comum, a ordem social e a liberdade no corpo político estatal não pode ser ignorada. "[...] [D]e acordo com Ames, '(...) muito embora Maquiavel faça nascer dúvidas sobre a concórdia como ligação necessária da política, nem por isso faz um elogio sem limites ao conflito civil' (AMES, p. 183 apud WINTER, 2011, p. 48). Abreu (2013), em seu *A densidade conflitiva da república nos Discorsi de Maquiavel*, chama-nos a atenção para o que estaria a permitir a positividade do conflito (para a sua defesa) - seu poder de coesão sobre as divergências antagônicas, seu papel unificador e integrador no seio político e social. Isto é, para que o conflito devidamente importasse em uma unificação e permanência e pudesse justamente calibrar-se e qualificar-se positivamente, tal como desdobrara-se em Roma - e não como se passara em Florença, na qual, a partir do conflito, emergiram não bons efeitos e leis favoráveis ao bem comum, mas sim interesses facciosos, dos quais nos fala Maquiavel -, seria necessário que os conflitos de interesses atendessem a três requisitos concomitantemente: fossem *públicos, comuns e coletivos*, sendo o primeiro requisito seu fio unificador.

Sob o primeiro, os interesses conflituosos deveriam se utilizar para se tornarem aptos aos mecanismos institucionais de solução e para que abrissem caminho à garantia da liberdade política, de expedientes transparentes e públicos, acessíveis a todos, e não de manifestações secretas e ardilosas, como nos adverte Abreu (2013). Segundo, para pensar o *conflito de interesses maquiavelianos que se pretendem comuns* - com todas as dificuldades que essa proposição conteria, na medida em que se reconheceria que os interesses sempre se mostrariam parciais - seria necessário, para que os conflitos recebessem a tratativa positiva em Maquiavel, que deles se extraíssem sua pretensão e vocação para se tornarem interesses de toda comunidade.

[o]s interesses conflitantes vocacionados a serem alvos de soluções institucionais não são nunca aqueles de pequenos grupos, que pretendam, de alguma forma, obter algum tipo de distinção ou privilégio. Ao contrário, os interesses passíveis de serem expressos institucionalmente são aqueles que, ainda que sejam defendidos por um grupo - e isso sempre ocorre, porque os interesses são sempre parciais, tenham a pretensão de se tornarem interesse de toda comunidade. Apenas para dar um exemplo, não teria cabimento que um dos segmentos (povo ou aristocracia), interessado em obter benefícios na nomeação de determinados cargos públicos, pretendesse ver o seu desejo atendido por meio das instituições. Essa pretensão não tem vocação de se tornar comum, pois ela

é, em sua essência, particularista, na medida em que visa o privilégio de uma parte dos cidadãos sobre os demais (ABREU, 2013, p. 93).

A partir da reflexão de Abreu (2013), finalmente, um último suposto pode ser estabelecido quando se trata do conflito: a *coletividade*. Aqui entramos numa distinção cara à autora, e de todo diferente do que, intuitivamente, poder-se-ia supor, como ela própria sinaliza.

Quando dizemos coletivo, nesse caso, não estamos querendo dizer não individual [...], mas não faccioso. [...] Interesse faccioso é todo aquele que, individual ou não, tem índole facciosa, ou seja, a de produzir na comunidade política uma separação ou cisão. Nesse sentido é que Maquiavel afirma que 'os partidos criam as facções que dividem as cidades, e originam a ruína dos Estados' (MAQUIAVEL, 2007a, p. 34). Como se vê, o partido é uma coletividade, mas produz facções (ABREU, 2013, p. 94).

E continua:

Julgamos ser necessária para deixar claro que não é suficiente que os interesses, para integrarem o conflito tal como defendido por Maquiavel, sejam não individuais. Interesses não individuais podem ser facciosos e, nessa medida, particulares, como qualquer outro interesse individual. [Portanto,] [o] conflito de interesses de que fala Maquiavel é, portanto, aquele que se d[aria] a partir de interesses coletivos e comuns [...] (ABREU, 2013, p. 94).

Por fim, *qual seria a relação entre conflito e liberdade política?* Ou, articulando melhor essa indagação, tal como o fez nosso interlocutor principal, Winter, "*Como, então, compreender que a liberdade seja possível se o conflito está sempre presente?*" (WINTER, 2011, p. 59, grifo do autor). A partir das reflexões acima - de descoberta de uma sociedade conflituosa pelo secretário florentino, que teria como pano de fundo o desejo, e se desenvolveria no campo do poder -, algumas pistas se abrem para o desatamento de tal nó político e, por conseguinte, para a percepção da liberdade.

A origem da liberdade, em si, residiria, ela mesma, em toda essa densidade social de que viemos falando, pois ela seria contingencial e política, e da própria grandeza dos conflitos sociais, portanto, dependeria a liberdade (conclusão, essa, escandalosa e aberrante para seus contemporâneos). Dela nasceriam, para o florentino, as boas leis. Por si só, todavia, como Abreu (2013) nos deixa claro, elas não poderiam ser pensadas como a origem da liberdade. "[...] [N]ão [sendo] 'em si a origem da liberdade'" (ABREU, 2013, p. 91), não poderiam também ser pensadas como "os únicos elementos constitutivos da comunidade política e de sua liberdade" (ABREU, 2013, p. 92), porém como meras fontes desta, na medida em que expressariam, catalisariam e extravasariam (ainda que precária e temporariamente) os conflitos binários de interesses. Como Maquiavel não definira textualmente e com precisão esta acepção, qual seja, a de liberdade, a prática acadêmica constante lançou-se em tentativas de conceituação que mais adequadamente poderiam ser próximas da que o florentino teria em mente.

Para finalizarmos essa primeira seção, a de *como o conflito entre os grandes e o povo aparecera em Maquiavel e qual a sua relação com a liberdade política*, esboçaremos, então, a acepção que, em nossa modesta apreensão, parece-nos a mais adequada:

[...] convém recordar que, desde o século XIII, *liberdade* indica, na linguagem dos políticos, a possibilidade de atuar na direção do Estado [...]. Gennaro Sasso insiste nesta última, para quem, de fato, o sujeito e protagonista da liberdade, para Maquiavel, [seria] sobretudo o Estado: "Aquilo que enfim conta[ria], para Maquiavel, não [seria] que os cidadãos [fossem] 'livres', mas que o estado [fosse] efetivamente 'senhor' de seu conteúdo, e para isso dur[aria], - por isto, e neste sentido, os cidadãos deve[riam] ser livres [...]. A liberdade não [seria], pois, senão o termo que compreende[ria] em si os atributos específicos do estado 'bem ordenado', na sua forma régia, e sobretudo, na 'republicana'" (SASSO, 1980, p. 470-471 apud WINTER, 2011, P. 61).

2. Qual o lugar que o conflito assume na proposta marxiana e qual a sua relação com a liberdade?

Mundo real. Meios reais. Relações reais. Atividade sensível humana. História real. A tendência a uma espécie de historicismo, expressa no texto *A ideologia Alemã* (1845-1846), nesse dado momento do pensamento de Marx, pretende-se liberta dos limites de "[...] pomposas ações dos príncipes e dos Estados" (MARX; ENGELS, 2007, p. 39). Na concepção idealista da história, o raciocínio às avessas - que partia das formações ideais para explicar a práxis material, e não explicando aquelas a partir destas - descuidara dessa base real da história ou ao menos acessorizá-la, dando azo "[...] às rédeas de seu corcel especulativo" (MARX; ENGELS, 2007, p. 50) e vendo, assim, apenas ações políticas dos príncipes e dos Estados e circunscrevendo-se a elas.

Desfazendo-se de toda essa concepção anterior e dissolvendo tudo o que considerava como "todo esse lixo", fraseológico e abstrato, nos fatos empíricos e na sua base correspondente - as atividades sensíveis humanas - em conexão com a história da indústria e das trocas, visa Marx, antes, a chegar aos e reconhecer os homens realmente existentes, e apreendê-los ativamente, o que coloca em pauta suas condições de vida e as conexões sociais, dadas que os fariam serem como são e os contaminariam. Tomando convergentemente materialismo e história, o que se definiria como *causa do conflito* sê-lo-ia a divisão do trabalho, que "[...] só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual" (MARX; ENGELS, 2007, p. 35), e cuja maior divisão seria, para Marx, a separação entre cidade e campo. Com ela (a *divisão do trabalho*), as determinações econômicas, políticas e ideológicas (força de produção, estado social e a consciência), nos dirão Marx e Engels, não só se encontrarão em contradição, como somente poderiam se encontrar de tal modo, pois é com ela que todas essas contradições estarão dadas, na medida em que

[...] com a *divisão do trabalho* está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material - de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo - caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente suprassumida [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 36, grifo do autor).

Discutindo a divisão do trabalho como um problema crucial em sua teoria das classes sociais, por sua vez circunscrita à concepção marxista da história das sociedades, explicita que não só com ela estariam dadas as contradições, mas que, simultaneamente, ela implicaria em

diferenças e, mais do que isso, desigualdades, quantitativas e qualitativas, da distribuição do trabalho e de seus produtos. Cuidando de explicitar com mais clareza, uma expressão importante é, aqui, introduzida pelo autor em sua discussão: a *propriedade*. Para ele, esse termo significa "[...] o poder de dispor da força de trabalho alheia" (MARX; ENGELS, 2007, p. 37), correspondendo identicamente essa expressão à própria, de divisão do trabalho.

Além de a divisão do trabalho condicionar as classes e a dominância de uma classe sobre as demais, outra decorrência levantada é a separação/contradição entre os reais interesses particulares e o interesse coletivo, sem dúvida, pertinente, na medida em que o desenvolvimento da luta entre as classes assumiria não mais do que formas ilusórias (como as lutas no interior do Estado), autonomizando-se e se separando, ainda que sempre permaneçam descansadas sobre as lutas reais entre as diferentes classes - sua base real.

Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar [...]. Por meio da divisão do trabalho, já está dada desde o princípio a divisão das *condições* de trabalho, das ferramentas e dos materiais, o que gera a fragmentação do capital acumulado em diversos proprietários e, com isso, a fragmentação entre capital e trabalho, assim como as diferentes formas de propriedade. Quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho e a acumulação aumenta, tanto mais aguda se torna essa fragmentação. O próprio trabalho só pode subsistir sob o pressuposto dessa fragmentação (MARX; ENGELS, 2007, p. 37-38; 72, grifo do autor).

Transitemos, agora, dessa que se constituíra como uma das principais forças da história que se manifestara até aqui e se impusera não voluntariamente aos indivíduos - a divisão do trabalho -, para uma segunda tônica marxiana: *conflito entre quem?* Essa fixação da atividade social, esse campo de atividade exclusivo, em suma, essa exploração estrutural e objetiva é que Marx chamará de luta de classes - de luta entre classes exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas, opressoras e oprimidas -, independentemente das diferentes formas pelas quais tenham sido revestidas ao longo da história.

A estruturação em classes distintas e que poderia ser concebida em constante oposição (ainda que mais ou menos oculta) permite-lhe afirmar ser, em nossa época atual, entre burguesia e proletariado, uma guerra civil entre este e aquela que começaria mesmo com a existência do segundo. A primeira, "[...] a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado" (MARX, 2010, p. 40, grifo do autor); a segunda "[...] a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver" (MARX, 2010, p. 40, grifo do autor), assim deveriam permanecer - os que "[...] trabalham não lucram e os que lucram não trabalham" (MARX, 2010, p. 54) - caso não quisessem ser destituídas e privadas de seu meio de vida, como nos advertem Marx e Engels (2007).

Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontra[riam] suas condições de vida predestinadas e recebem já pron-

ta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela (MARX; ENGELS, 2007, p. 63).

Lê-se mais adiante, já no *Manifesto do Partido Comunista* (1848), que o autor procura colocar a noção de liberdade atual no seu devido lugar, apontando o fato de que esta não passaria de uma liberdade burguesa: "[p]or liberdade, nas atuais relações burguesas de produção, compreende-se a liberdade de comércio, a liberdade de comprar e vender" (MARX, 2010, p. 53); e que, portanto, na medida em que o capital avançara - revolucionando continuamente os instrumentos de produção, as relações de produção e as relações sociais -, impusera e imprimira uma "única liberdade", apoteosando-a e venerando-a, em detrimento das "[...] numerosas liberdades conquistadas duramente" (MARX, 2010, p. 42).

Neste sentido, a liberdade real não se reduziria a esta concepção interesseira - mero preconceito burguês - erigida à imagem e semelhança dos interesses do modo de produção burguês, esclarecendo, ademais, ser a "libertação" real não fruto de um ato de pensamento, mas sim de um ato histórico. Trata-se, assim, portanto, de uma erradicação, de qualquer modo, da liberdade, porque tratar-se-ia aqui de uma liberdade fidelizada à individualidade e à independência burguesas. Uma liberdade aprisionada por uma base proprietária privada (repise-se, uma liberdade burguesa). Dessa forma, Marx sacode o uso e a semântica acomodada de determinados termos, como cultura e direito, mas, principalmente, o de liberdade - determinados pelas relações de produção e de propriedade burguesas. "É a supressão dessa situação que a burguesia chama de supressão da individualidade e da liberdade. E com razão. Porque se trata efetivamente de abolir a individualidade burguesa, a independência burguesa, a liberdade burguesa" (MARX, 2010, p. 53).

Uma vez explicada como a sociedade capitalista se constituía, bem como suas concepções e ideias dominantes, Marx identifica como elas poderiam deixar de existir e serem dissolvidas - uma derrubada que, para ele, seria inevitável, à qual se seguiria a vitória do proletariado e a regulação comunista da produção (caracterizando-se pela abolição das relações de propriedade privada burguesas; supressão do *trabalho abstrato*; e pela supressão dos antagonismos e da dominação de todas as classes ao serem superadas as próprias classes).

Em seu objetivo de dominação, Marx precisa os "preâmbulos" revolucionários necessários à superação da antiga forma de sociedade e à superação da dominação em geral pelo proletariado. Ou seja, em um primeiro "momento" (na primeira fase da revolução operária), era exigido do proletariado (tal como seria exigido de qualquer classe que almejasse à dominação) "[...] primeiramente conquistar o poder político, para apresentar seu interesse como o interesse geral [...]" (MARX; ENGELS, 2007, p. 37). A consequência mais flagrante dessa obrigação e de sua fase - de elevação do proletariado à classe dominante - é-nos indicada no *Manifesto*: a conquista da democracia.

Como apontado pelos próprios Marx e Engels, as inferências de que o comunismo seria "[...] um *estado de coisas* [...] que deve ser instaurado, um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar" (MARX; ENGELS, 2007, p. 38, grifo do autor) seriam, em verdade, falaciosas, pois eles o consideraram um movimento *real*, adotando como coordenadas necessárias desse

movimento prático a própria realidade efetiva e os próprios pressupostos atualmente existentes - aqui, por exemplo, as forças produtivas não seriam mais forças de produção, mas forças de destruição. Nesse ponto, para que a Revolução Social irrompa e, com ela, a libertação de cada indivíduo singular de diversas limitações, dois pressupostos *práticos* seriam absolutamente necessários: "[...] o desenvolvimento universal das forças produtivas e o intercâmbio mundial associado a esse desenvolvimento" (MARX; ENGELS, 2007, p. 39).

Enfrentando algumas questões que relacionariam, por fim, o conflito, a Revolução Social e a real liberdade (pública)[1], voltemo-nos, para finalizar, a contribuições dos próprios:

A classe revolucionária, por já se defrontar desde o início com uma *classe*, surge não como classe, mas sim como representante de toda a sociedade; ela aparece como a massa inteira da sociedade diante da única classe dominante. Ela pode fazer isso porque no início seu interesse realmente ainda coincide com o interesse coletivo de todas as demais classes não-dominantes e porque, sob a pressão das condições até então existentes, seu interesse ainda não pôde se desenvolver como interesse particular de uma classe particular (MARX; ENGELS, 2007, p. 48-49, grifo do autor).

E continuam:

[...] a revolução, portanto, é necessária não apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de nenhuma outra forma, mas também porque somente com uma revolução a classe que *derruba* detém o poder de desembaraçar-se de toda a antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade" (MARX; ENGELS, 2007, p. 42, grifo do autor).

E finalizemos:

É somente na comunidade [com outros que cada] indivíduo tem os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos; somente na comunidade, portanto, a *liberdade* pessoal torna-se possível. Nos sucedâneos da comunidade existentes até aqui, no Estado etc., a liberdade pessoal existia apenas para os indivíduos desenvolvidos nas condições da classe dominante e somente na medida em que eram indivíduos dessa classe. [...] Na comunidade real, os indivíduos obtêm simultaneamente sua *liberdade* na e por meio de sua associação (MARX; ENGELS, 2007, p. 64, grifo nosso).

Considerações finais

Dois "pensadores malditos". Dois "realistas". Mas, em uma ponta, o pessimismo, noutra, o otimismo. Em uma, uma "filosofia política". Noutra, uma "filosofia econômica da história". A hipótese? É com Ames (2008) que se encontra, a nosso ver, o argumento que, respondendo à hipótese erigida, seria responsável por explicar o afastamento da análise maquiaveliana da interpretação marxiana.

A hipótese que nos parece oferecer uma possibilidade de resposta é a diferente interpretação do conflito: ambos entendem que o real social não é um todo homogêneo, e sim cindido em duas forças principais; no entanto, enquanto para Maquiavel o dissenso é motivado por desejos ou por humores inconciliáveis entre si, para Marx a oposição entre as duas forças em conflito é provoca-

da pela distinta posição de cada uma delas em relação à posse dos meios de produção (AMES, 2008, p. 56).

Dessa descrição de uma diversa compreensão daquilo que é causa mesma da fratura fundamental e principal da sociedade - dois grupos antagônicos -, do lado de Maquiavel, decorreria a impossibilidade de se esperar, em uma sociedade, a revogação da dominação, já que o mundo seria, pois, sempre o mesmo (inobstante as variações entre bom e mau). O conflito não é visto por ele, assim, como uma excrescência, como um problema, como um defeito. Seria, desde a ótica do secretário florentino, permanente, irreduzível e eterno, e exatamente desta fermentação constitutiva - os homens se oporem entre si e não se encontrarem em harmonia - é que tender-se-ia à maximização da liberdade e a um engendramento jurídico garantidor, "[...] não faz[endo] [assim] mais sentido falar, [em Maquiavel], de solução definitiva do problema político" (AMES, 2008, p. 57), nem de culminância do processo. A liberdade nasceria precisamente do processo institucional da desunião (seria o conflito civil regulado o lugar de emergência da liberdade), colocando em pauta, para escândalo de seus contemporâneos (e ainda para alguns analistas políticos de nosso tempo), a necessidade da manutenção da heterogeneidade das relações políticas.

Para o florentino, numa sociedade sem contradições não haverá lugar para a contestação e a divergência. Consequentemente, a verdade e a justiça estarão congeladas para sempre. Por isso, ele não se interessa em saber como os homens deveriam viver, mas como eles efetivamente podem viver. Não sonha com o melhor dos mundos, mas limita-se a buscar o menos ruim dos regimes (AMES, 2008, p. 59).

Porém, repise-se: essa liberdade não passa, em Maquiavel, conscientemente, de uma liberdade precária, efêmera, instável e não-integral, pois "[a] liberdade absoluta coincid[iria] [...] com a eliminação de toda diferença: restaria unicamente o povo" (WINTER, 2011, p. 70). É, assim,

[m]ais do que um triunfo final, [...] apenas uma trégua, um momento de perfeição. [...] Uma sociedade absolutamente livre, em vez [portanto] de ser a realização da perfeição humana, é a concretização de uma vida política degradada ao máximo (AMES, 2008, p. 57).

O que não se dá como possibilidade em Maquiavel (de supressão da dominação e da exploração), dá-se para Marx, que, embora tenha reconhecido que "[a]té hoje, fez-se da violência, da guerra, do saque, do latrocínio e assim por diante as forças motrizes da história" (MARX; ENGELS, p. 69), entrevê, no vir a ser, mas a partir do que é, a revolução como a força motriz da história. Mediante sua visão dialética de conflito - que o vê, ao mesmo tempo, como negativo e positivo -, a luta de classe entre burguesia e proletariado conduziria, necessariamente, à ditadura do proletariado e, por conseguinte, à extinção do conflito (na medida em que essa ditadura nada mais seria do que a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes) e à instauração da liberdade.

Dada a incompatibilidade de existência da burguesia com a sociedade, e o esgotamento, para esta, de existir sob a dominação e jugo daquela, de maneira inelutável, assim, o tumulto -

revolucionário - a arrastaria para a emancipação, "[...] [n]uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos" (MARX, 2010, p. 59). Somente aí, findada o que seria a última forma contraditória do processo de produção (com o desaparecimento dos antagonismos de classes e resolvida essa contradição) - onde a "libertação real" -, haveria o começo da liberdade (que, até hoje, não passara, para Marx, de mais uma bravata burguesa - tal como todo "vosso direito" -, atrás da qual se ocultaria meros interesses burgueses).

Assim, a crítica ao que seriam "meros preconceitos burgueses" - as noções burguesas de direito e lei, por exemplo - evidencia-se como em absoluta dessemelhança com Maquiavel, que prefere, por conveniência política, o reino da lei, os princípios jurídicos instituídos - em suma: a solução institucional pela via legal, constituindo-se como "[...] afirmação de um modo de coexistência, em certas fronteiras, de tal sorte que [...] [a] coisa pública não pode ser a coisa de um só ou de uma minoria" (LEFORT, 199, p. 170 apud AMES, 2008, p. 64).

Finalmente, contatados em suas principais diferenças, façamos, enfim, nosso fecho, ficando com uma lição de nosso último comentador, trazido, por nós, à colação: José Luiz Ames (2008):

O mais prudente, parece, é manter o diálogo entre o observador sem ilusões e o profeta. O primeiro nos ajuda a desconfiar das formas políticas, como, por exemplo, a democracia à moda norte-americana ou os comunismos, hoje um tanto desacreditados, apresentados como perfeitos. Auxilia-nos igualmente a acreditar na possibilidade da restauração da liberdade, por pior que seja a tirania: os Estados são construções da vontade humana. Enfim, a acreditar que todos os impérios um dia se arruinarão. O segundo nos permite descobrir que a economia capitalista globalizada não é o fim da história, como querem nos fazer crer; também nos incentiva a buscar ideias de perfeição como possibilidades intra-históricas. Enfim, ambos nos ensinam que a política é a fecundação recíproca de rei e profeta, de ação cotidiana, contingente e utopia, de uma justiça e solidariedade plenas (AMES, 2008, p. 65). 

NOTAS

* A autora, à época da submissão, cursava o 6º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: crln.stephanie@gmail.com

[1] Se assim pudermos adequadamente adjetivá-la, uma vez que o poder público, sob essa concepção, perderia seu caráter político no curso do desenvolvimento da revolução proletária, na medida em que os poderes de uma classe para a opressão de outra seriam destruídos pela destruição das classes em geral e pela própria destruição da dominação do proletariado como classe.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. A. A densidade conflitiva da república nos *Discorsi* de Maquiavel. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 12, 2013.

AMES, J. L. Uma teoria do conflito: Maquiavel e Marx. **Educere et educare**, v. 3, n. 6, 2008.

MAQUIAVEL, N. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

WINTER, L. M. A teoria dos humores de Maquiavel: a relação entre o conflito e a liberdade. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 19, 2011.

Recebido em 23/10/2017

Aprovado em 21/11/2017

PARA ALÉM DO PARENTESCO: PAIS PROTETORES E AFINS PREDADORES NA AMAZÔNIA INDÍGENA

BEYOND KINSHIP: PROTECTIVE FATHERS AND PREDATORY AFFINES IN INDIGENOUS AMAZON

*João Kelmer**

Cite este artigo: ANDRADA, João Kelmer Caldeira de. Para Além do Parentesco: pais protetores e afins predadores na Amazônia Indígena. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.75-92, maio. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Maio. 2018.

Resumo: O presente artigo visa, a partir de uma revisão bibliográfica, a apresentar e comparar dois modelos etnológicos propostos por Eduardo Viveiros de Castro (2002a) e Carlos Fausto (2008) para a Amazônia indígena: o modelo da meta-afinidade ou afinidade potencial e o da metafiliação ou maestria. Esses são modelos que apontam para a generalização do idioma do parentesco em dois de seus eixos relacionais, a afinidade e a filiação. A partir da reconstrução dos problemas etnológicos que estão na origem desses modelos, esse texto visa apresentá-los e compará-los para em seguida apontar o caráter complementar e assimétrico da relação entre eles.

Palavras-chave: Antropologia; Etnologia indígena; Parentesco; Afinidade potencial; Maestria.

Abstract: This article aims, starting from a literature review, to present and compare two ethnological models proposed by Eduardo Viveiros de Castro (2002a) and Carlos Fausto (2008) for the indigenous Amazon: the model called meta-affinity or potential affinity and that called metafiliation or mastery. Those are models that point to the generalization of the kinship language in two of its relational axis, the affinity and the filiation. Starting from the reconstruction of the ethnological problems that are in the origins of these models, this text aims to present and compare them to point after the complementarity and asymmetry of the relation between them.

Keywords: Anthropology; Indigenous ethnology; Kinship; Potential affinity; Mastery.

O problema do parentesco e seus eixos constitutivos, a saber, a consanguinidade e a afinidade, remete às primeiras formulações de problemas antropológicos gerais e à constituição de um objeto próprio à antropologia enquanto área do conhecimento. Desde Morgan e seu tratado sobre o parentesco humano e suas terminologias (MORGAN, 1870), esse se tornou um tema privilegiado da reflexão antropológica (ALMEIDA, 2010). As elaborações teóricas que fundaram as maiores tradições da antropologia se desenvolveram em grande medida voltando-se ao problema do parentesco, seja no evolucionismo de Morgan, no estrutural-funcionalismo de Radcliffe-Brown ou no estruturalismo de Lévi-Strauss.

O parentesco, portanto, tornou-se a esfera privilegiada de análise quando tratava-se de sociedades “primitivas”. Alguns dos primeiros grandes debates e tensões teóricas da antropologia se deram acerca desse tema, seja como entre Kroeber (1909) e Rivers (1968[1913]) acerca da correspondência entre terminologias e organização social, ou posteriormente entre Radcliffe Brown (1952[1941]) e Fortes (1970 [1943-44], 1970[1953]) e Lévi-Strauss (2012[1949]) acerca da prioridade da descendência unilinear ou da aliança matrimonial como a estrutura fundamental dos sistemas de parentesco, posicionamentos que ficaram conhecidos como teoria da descendência e teoria da aliança (DUMONT, 1971). Essas implicações teóricas que derivaram do tema do parentesco, principalmente no âmbito do debate entre teoria da descendência e teoria da aliança, atestaram a concepção de que o parentesco é o domínio onde se encontraria a totalização, a ordem e a estrutura social na ausência do Estado e do território. Nesse contexto, os debates teóricos voltados para o tema do parentesco fomentaram diferentes projetos de antropologia: se para o estrutural-funcionalismo britânico “a antropologia social tornou-se a ciência dos grupos de descendência” (WAGNER, 1974, p. 239), para o estruturalismo francês o parentesco, ou, mais precisamente, a troca matrimonial, era o primeiro e mais fundamental resultado da passagem da natureza à cultura, sendo conseqüentemente objeto privilegiado de uma ciência que visava a ir ao encontro das estruturas mais fundamentais da condição humana.

Durante esse período de intenso debate acerca do tema do parentesco, as Terras Baixas da América do Sul ainda permaneciam uma região pouco conhecida pela literatura antropológica, já que “antes da década de 70, contavam-se nos dedos de uma só mão as sociedades que haviam sido objeto de pesquisa intensiva” (VIVEIROS DE CASTRO, 1995, p. 7). Em seguida, no momento em que as pesquisas etnográficas na América do Sul começam a crescer, os estudos de parentesco adentram um período de hibernação devido às críticas enfáticas de Schneider (1984) e Needham (1971), as quais buscavam afastar o parentesco da condição de objeto de estudo possível. Houve, portanto, “um desencontro histórico entre as trajetórias da etnologia indígena sul-americana e da teoria antropológica geral” (VIVEIROS DE CASTRO, 1995, p. 7).

Desse modo, os modelos que foram desenvolvidos para dar conta do parentesco ameríndio nascem em um momento de reconstrução da teoria antropológica acerca do tema, possibilitando análises que aliam “o rigor formal a uma sensibilidade frente à dimensão simbólica e à complexidade empírica de seu objeto”, ao mesmo tempo que se veem livres “da ideia de que ele é uma ordem eminente capaz de nos introduzir diretamente ao universal, ou de

que ‘sociedades primitivas’ encontram *a priori* ali seu nível estratégico de descrição e seu plano empírico de totalização” (Ibdem, p. 9).

Essa revisão se propõe a apresentar e comparar dois modelos das ‘sociocosmologias’ indígenas que, em diferentes níveis, se fundam no idioma do parentesco entre esses povos. Esses, no entanto, não trabalham com a totalização *a priori* da socialidade através do parentesco, tratando, ao contrário, as relações cognáticas efetivas como casos particulares de estruturas mais amplas. O primeiro modelo a ser tratado aqui será o da afinidade potencial ou meta-afinidade, elaborado por Eduardo Viveiros de Castro ao tratar do problema do valor da afinidade nos sistemas de parentesco de terminologia de tipo “dravidiana” na Amazônia indígena (1996, 2002a; 2002b). Em seguida, será apresentado o modelo da predação familiarizante (FAUSTO, 2001), recuperando sua construção etnográfica e passando, então, a tratar de seu desenvolvimento posterior em uma teoria da metafiliação, ou maestria, como é apresentada por Carlos Fausto (2008). Ao longo desse artigo, pretendo apresentar e fazer uma breve comparação entre esses dois modelos, os quais, pensando em termos transcontextuais, formam dois eixos complementares – porém não simétricos – a partir dos valores da afinidade, por um lado, e da filiação, por outro, contidos nos sistemas de parentesco indígenas. Mas antes de apresentar os modelos, retornemos às origens dos problemas enfrentados pelos autores em questão, fazendo um pequeno sobrevoo pelos desenvolvimentos da etnologia que culminaram nas questões que esses modelos se propõem a lidar.

1. A etnologia indígena e o problema das sociedades fluidas

Sobre os povos Karib do nordeste amazônico e sua terminologia de parentesco, um dos primeiros etnógrafos das terras baixas da América do Sul, Peter Rivière, afirmava que:

Dada a fluidez dos relacionamentos na região, não é de surpreender que a terminologia do relacionamento apresente uma qualidade semelhante. Uma vantagem particular que essa flexibilidade apresenta é o alargamento das possibilidades matrimoniais por meio da reclassificação, que diz quem pode casar com quem. (RIVIÈRE, 2001, p. 74)

Esse tipo de descrição atesta a dificuldade do aparato conceitual da antropologia vigente em lidar com a imaginação sociológica e com a natureza do sistema de parentesco dessas sociedades, sempre caracterizadas como ‘fluidas’ e ‘flexíveis’. Esses grupos não eram marcados pelos tipos de organização social que a antropologia britânica, que formou o etnógrafo em questão, estava acostumada a lidar [1]. Sob o olhar desses antropólogos, essas sociedades de parentesco cognático e organização social amorfa eram um desafio descritivo e conceitual quando comparadas com os modelos africanos. Esses grupos amazônicos, contudo, não se opunham somente ao que se via no além-mar: os povos centro-brasileiros, que foram objeto de um esforço mais amplo de descrição etnográfica e comparação etnológica nos anos 60, apresentavam também formas sociais à primeira vista muito distintas das observadas na floresta amazônica.

O projeto Harvard-Central Brazil (HCB), coordenado pelo antropólogo americano David Maybury-Lewis na década de 60 e composto por antropólogos brasileiros e estadunidenses, como Roberto DaMatta, Julio César Melatti, Jon Crocker e Terence Turner, foi, nas palavras de

Coelho de Souza, o “mais importante evento etnográfico na história do ‘americanismo tropical’” (2002, p. 178) desde o enorme esforço solitário do alemão Curt Nimuendajú. O foco desse projeto eram os grupos indígenas centro-brasileiros, majoritariamente falantes de línguas da família Jê e marcados por morfologias sociais onde predominam aldeias circulares e divisões dualistas, as quais atravessam a aldeia, as pessoas e, em alguns casos, todo o cosmos. Esse esforço etnográfico conjunto resultou em uma profunda transformação na imagem que havia dos povos do Brasil Central, que desde o *Handbook of South American Indians* (STEWART, 1948) eram descritos como povos marginais, isto é, simples e pouco evoluídos em comparação com o resto da América do Sul indígena.

Majoritariamente habitantes da floresta amazônica, os povos mais ao norte das “sociedades dialéticas” Jê que interessavam ao projeto HCB, falantes de línguas dos troncos Karib, Arawak e Tupi, entre outras línguas isoladas, não foram, por muito tempo, objeto de um esforço etnográfico mais abrangente. A etnologia ficou sem modelos gerais que dessem conta da natureza das formas sociais encontradas nessa região. Esses eram grupos de morfologias sociais “fluidas”, sistemas de parentesco cognáticos, extremamente igualitários e sem quase nenhuma segmentação interna [2].

A partir dos anos de 1980, alguns antropólogos passaram a se voltar com mais atenção para esses povos. Começaram a tentar encontrar uma maneira de se livrar de todos os “sem(s)” que orbitavam as descrições desses grupos: sem linhagens, sem segmentação, sem hierarquia; ou então, os outros tipos de descrições negativas já mencionadas, como “sociedades fluidas” e “individualistas”. Esse esforço de se livrar da bagagem conceitual importada de outras regiões do mundo já estava presente no projeto de Maybury-Lewis (COELHO DE SOUZA, 2002, p. 178). Já em 1979, esse esforço é retomado de forma mais geral e sintética no artigo escrito por Roberto DaMatta, Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro chamado *A Construção da Pessoa nas Sociedades Indígenas Brasileiras* (1979). Nesse trabalho, os autores propõem que a etnologia deve voltar seu olhar para o corpo como índice da socialidade indígena. Seria no corpo onde estaria a chave para os aspectos positivos da sociocosmologia desses povos: o corpo seria, nesse sentido, “uma matriz de símbolos e um objeto de pensamento” (SEEGER, DAMATTA, VIVEIROS DE CASTRO, 1979, p. 11) fundamental na construção da pessoa e da sociedade indígena nas Terras Baixas. Após esse passo na direção de uma descrição menos negativa desses povos, a “tentativa mais sistemática de comparação das estruturas sociais do continente” (VIVEIROS DE CASTRO, 1986a, p. 266), que incluísse as sociedades “fluidas” ao norte, está no livro de Peter Rivière (2001) sobre os povos Karib das Guianas. Nesse livro, o autor enfatiza vários elementos importantes da ‘ideologia’ dessas populações, atestando a existência simultânea de uma ficção consanguínea, uma preferência endogâmica e uma constante relação intergrupos. Desenhando, portanto, uma paisagem povoada por um caleidoscópio de mônadas endogâmicas indiferenciadas em mútua dependência.

Porém, é principalmente a partir da monografia de Eduardo Viveiros de Castro sobre os Araweté, povo tupi-guarani do médio rio Xingú, que esse quadro começa a ensaiar suas soluções futuras. O autor de *Araweté: os deuses canibais* (1986b) teve de propor uma alternativa ao

problema da fluidez desse grupo, que, ao contrário das estruturadas e rígidas aldeias do Brasil Central, deixava crescer o mato ao redor das casas informalmente assentadas. A solução encontrada foi parar de buscar os aspectos positivos dessas formas sociais na estrutura social e no parentesco, passando, então, a procurá-los na cosmologia, na noção de pessoa e no exterior do *socius*. Os Araweté, como outros povos amazônicos, seriam “sociedades metonímicas”, grupos indiferenciados internamente que constroem sua instável identidade a partir da relação com o exterior, cuja esfera, no caso específico desse grupo, seria marcada pela figura dos deuses canibais que ocupam o panteão araweté. Em oposição a essas, estariam as sociedades Jê, que introjetam as diferenças no interior do *socius*, produzindo sociedades introvertidas e segmentadas internamente.

É nesse contexto que, após a defesa de sua tese de doutorado, o autor de *Araweté* vai se voltar para a questão do parentesco na Amazônia e, mais particularmente, para a aproximação feita por Rivière e Overing entre as terminologias dravidianas do sul da Índia e as que se apresentavam entre os povos amazônicos, buscando aí um caminho para a passagem entre o problema do parentesco e o das relações com o exterior. É a partir dessa aproximação e dos desvios recorrentes entre a forma clássica dravidiana sul-indiana e suas versões indígenas sul-americanas que Viveiros de Castro vai se perguntar se as anomalias e desvios nas terminologias amazônicas não derivariam de uma torção simétrica e inversa àquela descrita por Dumont na Índia mais ao norte, na qual este aplica seu modelo de hierarquia e englobamento do contrário para dar conta de certas inflexões que essas terminologias sofrem na região. Ou seja, se Dumont (1975[1953]) descreve uma terminologia sul-indiana dividida entre dois valores simétricos e equitativos, a afinidade e a consanguinidade, e uma torção mais ao norte onde a consanguinidade passa a englobar seu contrário, em um raciocínio de inspiração estruturalista Viveiros de Castro vai se perguntar se não existiria uma terceira possibilidade lógica: o englobamento da consanguinidade pela afinidade (VIVEIROS DE CASTRO, 1996; 2002a; ver também FAUSTO & VIVEIROS DE CASTRO, 1993).

2. Uma economia simbólica da alteridade

Na década de 1940, um célebre americanista já havia apontado para o fato do idioma da afinidade transcender com frequência a esfera do parentesco (LÉVI-STRAUSS, 1943). No entanto, em 1984, Peter Rivière professou algo aparentemente contraditório à tese lévi-straussiana: os povos das Guianas seriam extremamente avessos à afinidade no interior do grupo local, pois manipulam sua terminologia de parentesco no sentido de escamotear a existência de qualquer tipo de parente ligado por laços de afinidade.

Em 1993, muito influenciado por etnografias e trabalhos de antropólogos(as) como Joanna Overing, Peter Rivière, Aparecida Vilaça e Bruce Albert, Eduardo Viveiros de Castro (2002a) publicou um artigo onde apresentava sua proposta de solução para o que ele vai chamar de “o problema da afinidade” na Amazônia. Nesse texto, o autor parte de uma análise formal minuciosa das terminologias de tipo dravidiano encontradas entre os povos da Amazônia e, a partir dos desvios que essas terminologias expressam em relação à matriz indiana, passa a

propor que o parentesco na Amazônia é concebido como um caso particular de uma ordem sociocosmológica mais ampla.

As terminologias dravidianas, modelo extraído dos povos dravidianos do sul da Índia, são, em sua forma clássica apresentada por Dumont (1975[1953]), uma terminologia de “duas seções” na qual as gerações centrais expressam uma divisão clara entre consanguíneos e afins. Ou seja, é um sistema de parentesco onde a figura do sogro, sogra, cunhado e cunhada já estão presentes desde o nascimento da pessoa. Sendo que essa terminologia indica o cômputo ideal na posição dos primos cruzados bilaterais, pode-se argumentar que se trata de um sistema que contém em si - a nível terminológico - uma expressão do casamento na forma de uma “estrutura elementar de troca restrita” (LÉVI-STRAUSS, 1949).

No âmbito dessas terminologias, onde mecanicamente os afins de afins seriam consanguíneos, qualquer relação pode ser determinada a partir de um cálculo de alianças, definindo se alter se trata de um afim ou um consanguíneo e se é casável ou não. No entanto, Viveiros de Castro (2002a) nota que, quando se trata do uso amazônico das terminologias dravidianas de duas seções, esse dualismo diametral é sobreposto e infletido por um triadismo concêntrico [3]. Essa inflexão concêntrica se expressa a partir da distância, seja ela genealógica ou geográfica, e se utiliza dos valores de consanguinidade e afinidade codificados na terminologia para significar essas distâncias. Ou seja, quanto mais *próxima* é a relação, mais ela vai assumindo uma feição consanguínea, e quanto mais *distante*, mais ela passa a ser expressa pelo idioma ou pelo comportamento marcado pela afinidade. Agora, afins de afins podem ser também afins (FAUSTO & VIVEIROS DE CASTRO, 1993). Sendo assim, os elementos apontados por Lévi-Strauss e Rivière não são mais tão paradoxais, já que realmente a afinidade transcende o parentesco cognático e, ao mesmo tempo, no interior do grupo local ela é englobada pela consanguinidade.

Viveiros de Castro passa a descrever, nessa primeira apresentação de sua teoria, a estrutura dravidiana amazônica como um englobamento hierárquico (DUMONT, 1978[1992]) da consanguinidade interior pela afinidade exterior. Desse modo, no interior do grupo local a consanguinidade engloba a afinidade, e, no exterior, se dá o contrário, sem, entretanto, a afinidade perder seu posto de termo não marcado, sua condição de valor fundamental. Assim, passamos a ter uma afinidade triádica: a afinidade efetiva, criada a partir da troca matrimonial real e repetida; a afinidade virtual ou terminológica, expressa nos cognatos genealógicamente afins; e a afinidade potencial, condição pura da afinidade da qual as outras duas formas derivam, que se expressa na relação com subjetividades distantes e potencialmente inimigas. O movimento dessa estrutura concêntrica é de fora para dentro. As relações próximas à identidade, como as expressas pelo idioma da consanguinidade, seriam pouco férteis, casos enfraquecidos da potência pura da alteridade expressa pelo idioma da afinidade potencial. Isto é, a afinidade é dada e a consanguinidade construída, mas sempre a partir da afinidade (Viveiros de Castro, 2002b).

Partindo dessas conclusões acerca do englobamento do parentesco cognático, Viveiros de Castro passa a propor a natureza dessa sociocosmologia concêntrica que o inflete, chamando-

a de “economia simbólica da predação” (Viveiros de Castro, 2002a, p. 163). Os povos amazônicos operariam a partir de um gradiente de relações que iria da identidade (impossível) à máxima alteridade, que é representada pela figura do inimigo. Esse gradiente se expressa a partir do signo da predação, onde a troca matrimonial se encontra no limite inferior do espectro de relações, ou seja, mais próxima do interior da estrutura concêntrica, e vai tendendo à predação na medida em que se distancia e torna-se afinidade potencial. Desse modo, a condição de afins potenciais, sendo essa uma relação concebida como predação (ou guerra), tende ao signo do canibalismo, ou seja, à predação entre sujeitos.

O interior do *socius* consanguíneo é estéril, não autossuficiente, e, portanto, depende da predação do exterior para a construção de si mesmo. A matéria com a qual se fabrica a socialidade consanguínea, isto é, não-predatória, é a afinidade exterior. A apropriação de nomes, cantos e elementos significantes em geral só pode ser feita no exterior. Nesse sentido, a “construção bem-sucedida da vida diária” (OVERING, 1999, p. 87) é feita a partir e contra um fundo de perigo e predação que é o próprio material da realidade tranquila da consanguinidade. Essa construção deve ser feita a todo instante. O fundo de predação no qual se extrai a figura da sociabilidade pode facilmente irromper em meio à vida cotidiana, e, quando esse rompimento ocorre, muitas vezes a afinidade englobada no interior do grupo local pode ser a instância na qual a potência e a predação irão se manifestar. Ou seja, a (quase) identidade é um esforço constante de extração da alteridade anterior e exterior: toda consanguinidade é antes uma não-afinidade.

Assim, Viveiros de Castro passa da análise formal das terminologias dravidianas para a descrição de uma sociocosmologia ampla que engloba e define as torções que essas terminologias sofrem. Os valores da afinidade e da consanguinidade que produzem os contrastes entre os termos de parentescos na terminologia dravidiana perdem seus valores simétricos e descontínuos. Passam, então, a significar uma sociocosmologia concêntrica, contínua e assimétrica, onde a afinidade-predação engloba a cognação e o parentesco em geral, que é construído contra e a partir desse fundo de afinidade potencial e inimizade. O valor da afinidade das terminologias, em sua relação com a noção de *diferença*, em oposição à *semelhança* consanguínea torna-se, portanto, o idioma ótimo para tratar da alteridade-inimizade exterior.

3. Predação e familiarização

Em 1988, orientado por Eduardo Viveiros de Castro, Carlos Fausto vai a campo estudar um grupo tupi-guarani do interflúvio Xingú-Tocantins no estado do Pará, os Parakanã. Esse trabalho tomou posteriormente a forma de uma tese de doutorado e um livro, cuja segunda parte é voltada para a guerra e o xamanismo - planos pensados como formas de relação com o exterior. *Inimigos Fiéis* (FAUSTO, 2001) é um livro que trata dos problemas teóricos colocados pelos Parakanã a partir de (e em complemento a) os modelos que estavam sendo construídos naquele momento pela corrente da etnologia indígena, da qual seu orientador era um dos principais representantes. No entanto, esse trabalho traz também seus posicionamentos

próprios e é marcado por uma espécie de esforço de conciliação entre as diferentes perspectivas teóricas que marcavam o momento.

Em 1996, Viveiros de Castro (2002c) publica um artigo onde faz um apanhado dos diferentes posicionamentos teóricos da história, arqueologia e etnologia sobre os povos indígenas amazônicos. Ao tratar das correntes etnológicas contemporâneas à redação do texto, o autor descreve uma tripartição teórica. Haveria, portanto, três grandes correntes ou ‘estilos analíticos’ na etnologia amazônica: uma *economia política do controle* expressa nos trabalhos de Peter Rivière e Terence Turner, na qual uma análise de inspiração marxista entende o controle de homens por outros homens através das mulheres como a forma ‘infraestrutural’ e, portanto, fundamental da ‘sociologia’ indígena. A segunda corrente, centrada no trabalho de Joana Overing e seus ex-alunos, é descrita como uma *economia moral da intimidade*. Esse seria um estilo analítico preocupado principalmente com as relações intersubjetivas internas ao grupo local e valorizaria, portanto, “a ética da consanguinidade sobre a simbólica da afinidade” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002c, p. 335). Por último, é descrita a corrente com a qual o autor do ensaio se identifica: a *economia simbólica da alteridade*. Essa corrente de inspiração marcadamente estruturalista estaria preocupada com as estruturas de articulação interlocal e sua dinâmica de troca simbólica enquanto aspecto definidor da socialidade interna e da identidade coletiva.

O modelo que Carlos Fausto vai construir a partir de seu trabalho entre os Parakanã vai ser marcado - mesmo que implicitamente - por uma espécie de tentativa de conciliação desses três focos analíticos que definiam as três correntes descritas por Viveiros de Castro. Sendo assim, o modelo em questão, que foi chamado de *predação familiarizante*, trata do tema do “controle”, da fabricação do interior do grupo e da predação de elementos exteriores concomitantemente. Porém, o modelo não se afasta da tese que funda a corrente em que se insere: as relações com o exterior são anteriores, mais fundamentais e, portanto, definidoras da sociabilidade interior. Esse esforço de modelização parte, no entanto, de casos etnográficos particulares que se expressam no xamanismo e na guerra parakanã.

A guerra é um elemento fundamental da reprodução simbólica da sociabilidade entre os Parakanã ocidentais. Lá fora, no mundo dos afins, esse grupo busca os meios para a fabricação da identidade por meio do homicídio, o qual potencializa a capacidade onírica - sendo nos sonhos que se obtém os cantos, os nomes e as curas, ou seja, a matéria que dá forma à “sociedade” Parakanã. O esforço bélico tem como objetivo principal a apropriação da potência canibal que é produzida pelo contato com o sangue, visto sob o signo da hematofagia.

Para dar forma a sua teoria da guerra, Fausto se afasta da identificação entre guerra e reciprocidade. O posicionamento de Lévi-Strauss (1976) sobre a questão busca dar um valor positivo para a guerra associando-a à troca e, conseqüentemente, tornando-a uma relação e não a negação de uma relação. Para Fausto, esse é um avanço importante; no entanto, trabalhar com essa categoria que sintetiza o movimento da guerra nos faz perder de vista todo o processo que existe entre um homicídio e o pagamento deste em outro. Nessa realidade fenomenológica da

assimetria predatória - em oposição a uma realidade estrutural da troca simétrica - é que mora a proposta de uma teoria da guerra apresentada em *Inimigos Fíéis*.

Abandonando, portanto, a forma sintética da reciprocidade, Fausto propõe que a guerra seja vista como um processo de consumo produtivo, ou seja, como a destruição e o consumo de elementos no exterior para a fabricação de pessoas no interior [4]. A guerra ameríndia, portanto, seria em certa medida oposta à guerra ocidental moderna. A guerra ocidental investe em uma tecnologia da destruição em massa de sujeitos e a obtenção de matéria para a fabricação de objetos: é uma guerra quantitativa. A guerra ameríndia, por sua vez, estaria preocupada com a obtenção de subjetividades a partir de uma tecnologia de ampliação, qualificação e socialização do ato homicida com o objetivo de capturar potências subjetivas para a fabricação de pessoas. Seria, assim, uma guerra qualitativa. No caso Parakanã, especificamente, essa apropriação de qualidades exteriores opera através de um mediador: o xamanismo se coloca como mecanismo de captura, sendo, porém, dependente da guerra.

Os Parakanã são um grupo onde o xamanismo assume um papel importante na reprodução da “sociedade”. No entanto, falta-lhes o papel do xamã, ou seja, o fundamental é o xamanismo enquanto prática, não o xamã enquanto especialista. A capacidade de sonhar está à disposição de qualquer um; no entanto, o homicídio é fundamental para a potência onírica, e é por meio do mundo dos sonhos que se interage com as figuras da alteridade (inimigos e animais) de uma maneira produtiva, ou seja, mantendo-as sob controle.

Os sonhos Parakanã são caracterizados pela relação com um inimigo onírico que é pensado como um xerimbabo [5], isto é, um animal doméstico. A relação entre o sonhador e o inimigo onírico é comumente expressa por meio de um idioma da filiação: o sonhador costuma chamar seu xerimbabo de avô [6]. Isto é, eles se encontram em uma relação de dependência e consanguinidade. O xamã, ao ir à aldeia do inimigo durante o “sonho”, torna-se momentaneamente um inimigo ele mesmo, estabelecendo com o xerimbabo uma relação de controle e dependência.

Da relação com os inimigos oníricos derivam os cantos. Apesar de também curarem e darem nomes, o elemento mais fundamental apropriado no mundo dos inimigos através do xamanismo é a música. O verdadeiro sonho é o sonho do qual derivam novos cantos a serem doados no processo ritual Parakanã. Esses cantos são chamados de jaguares, símbolo por excelência da alteridade e da predação na Amazônia, e são também xerimbabos do xamã. Esses jaguares serão reinimizados e doados a jovens que irão matá-los ritualmente, potencializando os sonhos e realimentando a máquina predatória Parakanã.

A relação entre xamãs e xerimbabos é, para Fausto, uma etapa fundamental do processo de predação e familiarização dos elementos capturados no exterior em diversas cosmologias amazônicas. A própria aquisição de poder xamânico é concebida “como um processo de familiarização de entes extra-humanos, com frequência associados à predação e ao canibalismo” (FAUSTO, 2001, p. 415), ou seja, trazendo novamente para o caso Parakanã, a aquisição de poder xamânico se dá em um processo onde a predação de inimigos (afins potenciais) na guerra torna-se uma familiarização de inimigos (filhos adotivos) no xamanismo. Fausto vai chamar isso

de *predação familiarizante*, propondo-a como modelo amazônico da guerra. Esse modelo aponta para a extrapolação do idioma da filiação para além do parentesco cognático, assim como a afinidade potencial faz com o idioma da afinidade. Portanto, se há uma meta-afinidade na Amazônia (VIVEIROS DE CASTRO, 2002b), existiria também uma filiação adotiva que media o processo de atualização do *mesmo* a partir do *outro*.

Sendo assim, a predação familiarizante entre os Parakanã opera em uma estrutura em movimento circular e dialético, onde a predação guerreira implica a guerra e torna-se familiarização onírica, que por sua vez implica o xamanismo e torna-se a reinimização dos jaguares-cantos, que implica a transmissão destes e torna-se nova predação, que, por último, implica o ritual. Essa nova predação ritual alimenta os sonhos e, conseqüentemente, todo esse movimento distribui também nomes e curas, tornando possível a sociabilidade consanguínea Parakanã.

4. A filiação como operador sociocsmológico geral

O modelo da predação familiarizante, tal como apresentado por Fausto (2001; 1999), foi elaborado principalmente a partir dos dados etnográficos sobre os Parakanã, focando na articulação entre guerra e xamanismo. A relação assimétrica de tipo mestre-xerimbabo, que aparece como fundamental para esse movimento de produção de pessoas, se expressa no caso Parakanã fundamentalmente na relação entre xamã e inimigo onírico familiarizado. No entanto, com o crescimento do material etnográfico disponível sobre o tema das relações assimétricas a partir dos anos 2000, tanto o modelo relacional - fundado na noção de assimetria, proteção e cuidado - quanto os planos de atualização particular desse esquema - centrado inicialmente no xamanismo entre os Parakanã e articulado com a guerra nesse e em outros casos etnográficos levantados por Fausto (2001) - passam por uma elaboração posterior que vai culminar no texto *Donos Demais*, no qual Fausto (2008) passa a descrever essa relação assimétrica como um operador sociocsmológico geral na Amazônia indígena. Esse esquema relacional da maestria ou metafiliação seria complementar à afinidade potencial, atravessando diversas relações, sejam elas entre humanos, entre humanos e não-humanos ou internas ao mundo não-humano.

Um dos trabalhos fundamentais para o aperfeiçoamento do modelo foi o de Luiz Costa (2007; 2013) sobre os Kanamari, povo falante de uma língua katukina que habita a região do Juruá-Purus na Amazônia ocidental. Nesses trabalhos, o tratamento dado ao termo *-warah*, que significa ao mesmo tempo ‘corpo’, ‘dono’ e ‘chefe’, associa a relação de chefia com o idioma da maestria e o fornece uma nova topologia relacional, onde esse esquema assume uma forma de continente-conteúdo complexa à maneira da garrafa de Klein [7] (LÉVI-STRAUSS, 2006) e se distribui sem solução de totalidade, dada sua forma fractal (WAGNER, 1991). Além disso, o trabalho de Costa (2013) mostra que a relação efetiva entre, nesse caso, mãe e filho não se opõe à relação de filiação adotiva: toda filiação entre os Kanamari é concebida como adotiva. Abre-se, portanto, outro plano de relação possível para a atualização da metafiliação: a relação entre pais e filhos.

Partindo desses desenvolvimentos posteriores, Fausto, em seu artigo *Donos Demais*, propõe uma síntese mais sofisticada do modelo, apontando para uma nova forma relacional e

novos planos de atualização da relação partindo dos desenvolvimentos etnográficos mais recentes [8]. Sendo assim, Fausto indica que a maestria como operador geral costuma se expressar nas seguintes relações particulares:

a) aplica-se freqüentemente à posse de certos bens materiais (principalmente cerimoniais) e imateriais (em especial conhecimentos rituais); b) não designa em todos os casos a relação pais-filhos, embora quase sempre se aplique à relação entre pais e filhos adotivos estrangeiros, em particular os cativos de guerra; c) jamais se aplica aos inimigos vivos autônomos, mas pode designar a relação entre o matador e sua vítima após o homicídio; d) tampouco se aplica aos animais de caça, embora designe a relação com os animais de estimação e, muito freqüentemente, a relação do pajé com os espíritos auxiliares; e) aplica-se não poucas vezes à relação entre chefes e seguidores [...] e foi utilizado para designar novas relações no contexto da conquista e da colonização; f) não se aplica apenas à relação entre humanos (ou humanos e não-humanos), mas designa relações internas ao mundo não-humano. (FAUSTO, 2008, p. 333)

A natureza formal da relação de metafiliação passa a ser concebida como uma relação de continente-conteúdo de dupla-face. O dono contém em si seus ‘xerimbabos’, no entanto estes não são uma simples extensão de um *self* pré-existente e idêntico a si mesmo. Um exemplo Kanamari ilustra bem a ambiguidade gerada por essa relação continente-conteúdo, onde a ideia de interior e exterior não se aplica substancialmente. A familiarização dos *dyohko* (jaguars familiarizados pelos xamãs e transformados em pequenas pedras) implica um tipo de relação mestre-xerimbabo na qual “se o xamã controla - ou tenta controlar - o *dyohko*, é o Jaguar que acaba fazendo-o xamã. Os Kanamari ressaltam essa ambivalência, dizendo que embora o xamã ‘familiarize’ o *dyohko*, o ‘Jaguar faz o xamã’ (*pidah n-a-baoh-bu*)” (COSTA, 2007, p. 370). O dono é uma pessoa magnificada *constituída* por seus ‘xerimbabos’, que o conferem agência suplementar. O conteúdo é a própria matéria do continente e seu exterior e interior se articulam de forma complexa, coexistindo duas perspectivas: do interior, isto é, do ponto de vista dos ‘xerimbabos’, o chefe é um pai provedor, já quando visto do exterior, isto é, do ponto de vista de seus afins simétricos, ele é um jaguar predador. Há, portanto, uma relação ambivalente entre singularidade e multiplicidade: o dono é a forma singular através da qual se expressa sua multiplicidade constitutiva para outros, isto é, para os afins. Meta-afinidade e metafiliação seriam, portanto, dois eixos complementares na socialidade indígena.

5. Pais protetores e afins predadores

Os modelos aqui discutidos foram elaborados por antropólogos próximos institucionalmente, porém de gerações diferentes. Carlos Fausto foi orientado por Eduardo Viveiros de Castro em sua dissertação de mestrado e tese de doutorado, tendo contribuído nesse período para a construção do modelo da afinidade potencial (ver FAUSTO & VIVEIROS DE CASTRO, 1993; Fausto, 1995). A inspiração estruturalista do esforço de modelagem de ambos fica evidente na maneira como o argumento é construído. Subordinando os termos às relações, ambos apontam para fenômenos (relações) particulares para, em seguida, em um esforço de comparação, reduzi-los a formas mais simples que ganham ao mesmo tempo em abstração e generalidade. Passa-se, assim, do etnográfico ao etnológico, do empírico ao estrutural. O autor do modelo da afinidade potencial utiliza sem problemas o termo “estrutura” para se referir ao

seu modelo; já Fausto aponta para a noção de “esquema relacional”. Porém, ambos descrevem modelos de inspiração estruturalista em seu método e em seu resultado, pois tratam antes de regras formais de transformação do que de similaridades substantivas entre os casos etnográficos.

Quando esses dois modelos são colocados lado a lado, passam a formar um quadro tipicamente levi-straussiano de permutação entre relações [9]. Nessa espécie de átomo do parentesco amazônico teríamos quatro relações possíveis codificadas pelos sistemas de parentesco: afinidade simétrica (relação de cunhadio), afinidade assimétrica (relação sogro-genro), consanguinidade simétrica (germanidade) e consanguinidade assimétrica (filiação). Esses eixos relacionais esgotam as possibilidades lógicas das relações entre as oposições afinidade-consanguinidade e simetria-assimetria. No entanto, os modelos apresentados apontam para apenas duas dessas relações, a afinidade simétrica e a consanguinidade assimétrica. Fausto (2008) argumenta que apenas essas se descolariam das relações efetivas de parentesco e tornar-se-iam idiomas gerais ou operadores sociocosmológicos, já que as outras duas relações “ocupam as posições polares da identidade e da diferença, tendendo a deslizar, de um lado, para a fixidez estéril do mesmo e, de outro, para a potência canibal incontrolável” (FAUSTO, 2008, p. 349) (Fig. 1).

<p>Afinidade simétrica (cunhadio) +</p>	<p>Afinidade assimétrica (sogro-genro) -</p>
<p>Consanguinidade simétrica (germanidade) -</p>	<p>Consanguinidade assimétrica (filiação) +</p>

+ = operador sociocosmológico

- = posições polares de identidade ou diferença

(Fig. 1)

A relação sogro-genro é sempre figurada como uma relação excessivamente predatória: a sobreposição de alteridade e assimetria se sintetizam na figura mítica do sogro canibal, não se generalizando como um operador transcontextual. Sendo assim, nas palavras de Fausto, “é provável que se tivessem que escolher alguma relação de parentesco envolvendo autoridade e controle na Amazônia indígena, nove entre dez especialistas apontariam a relação entre sogro e genro” (, 2008, p. 350). Essa relação, ao contrário da metafiliação, não apresenta uma dupla face. Do ponto de vista de quem ocupa a posição “inferior” da estrutura assimétrica, o sogro é também um jaguar predador.

Viveiros de Castro (2002b) nota que os termos e comportamentos da afinidade tornam-se na Amazônia o idioma ótimo para tratar da alteridade, pois a relação entre afins é sempre de diferença. Os afins são parentes ligados por um termo central que tem valor diferente para cada um: para uns, esse termo representa o cônjuge, para outros representa uma relação de germanidade ou filiação. A relação de afinidade, portanto, é sempre uma relação fundada na diferença. A relação de consanguinidade, ao contrário, como no caso da germanidade, é uma linguagem da identidade (ou quase). A relação entre irmãos é mediada por um termo que tem o mesmo valor para ambos. Esse seria o termo “pai” ou, como aponta Viveiros de Castro, Deus na fraternidade universal cristã. No entanto, a germanidade perfeita é impossível no mundo ameríndio, pois a alteridade, mesmo que momentaneamente englobada, deve estar sempre presente. Como atesta Lévi-Strauss em *História de Lince* (1991), até a gemelaridade é impossível.

Seguindo o argumento de Viveiros de Castro (2002b), a germanidade em seu flerte com a identidade, ao contrário, seria um idioma estéril na medida em que a diferença é sempre o valor não-marcado da socialidade indígena. O esforço de produção de identidade é sempre uma neutralização da afinidade dada, e essa neutralização nunca é absoluta na medida em que toda consanguinidade-identidade contém em si uma afinidade-alteridade em potência, sendo o esforço de produção de identidade um movimento fractal no qual toda consanguinidade pode ser novamente dividida em afinidade e consanguinidade. Além disso, nos próprios sistemas de parentesco a germanidade “é quase sempre marcada por um princípio de idade relativa, sugerindo uma noção de repetição diacrônica e diferencial mais que de identificação sincrônica e total; ela tampouco está livre de uma potencialidade afim residual” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002b, p. 441). Portanto até mesmo a germanidade efetiva é infletida no sentido de inserir diferença no sistema.

O modelo da afinidade potencial apresenta uma sociocosmologia egocêntrica. A natureza das relações que são travadas entre sujeitos sempre são dadas a partir da posição de ego, não havendo princípios sociocêntricos operando para qualificar essas relações. Essas são também marcadamente simétricas. As relações, mesmo de predação, são subsumidas pelo autor à troca, existindo portanto uma “reciprocidade inerente à predação canibal” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002a, p. 166), que, como na caça, “é uma forma de ‘commerce, échange, troc’, não de ‘labeur’”. Diga-se isso de toda forma de predação na Amazônia, e diga-se, sobretudo, que o inverso é ainda mais verdadeiro: que toda troca, a começar pela matrimonial, é uma forma de predação” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002a, p. 167). Essa simetria egocêntrica é também uma sociocosmologia multicentrada, já que no mundo ameríndio não haveria ponto de vista privilegiado tomando a forma de uma síntese transcendente.

Como já ressaltado anteriormente, no desenvolvimento do modelo da predação familiarizante, que veio a se tornar o idioma da maestria, Fausto se afasta da posição de Viveiros de Castro ao se afastar da identificação entre reciprocidade e predação no contexto da guerra ameríndia. O lugar do espectro relacional que Viveiros de Castro identifica como “ali onde estas relações incluem a violência e a ‘reciprocidade negativa’” (2002a, p. 161) é, para Fausto, onde

mora uma realidade fenomenológica importante que, ao ser sintetizada na forma simétrica da troca, perde de vista uma realidade assimétrica que se coloca entre o movimento do dar e do receber. A ênfase de Fausto é menos na reversibilidade das relações de predação do que no consumo produtivo que marca esse processo.

Contudo, a assimetria no modelo de Fausto não se confunde com dominação. Pelo contrário, em um mundo de donos demais não há donos absolutos ou transcendentos. Xerimbabos são sempre ambíguos e contém sempre em si a potência da afinidade. O controle do dono, nesse sentido, nunca é absoluto. Portanto, atestar a existência de um operador assimétrico na Amazônia não significa negar o caráter multicentrado da sociocosmologia desses povos. Significa, antes, que a simetria descrita para eles no esforço de subordinar a consanguinidade, o grupo local e os termos à afinidade, ao supralocal e às relações não deve nos impedir de investigar a constituição desses “termos” e procurar neles um idioma *sui generis* para tratar das assimetrias.

Se Viveiros de Castro defende que a afinidade é um idioma passível de se desprender do parentesco e tornar-se uma meta-afinidade, capaz de dar o tom para relações em um amplo espectro relacional, Fausto defende que também é possível fazer da consanguinidade, ou mais precisamente, da filiação, um operador sociocosmológico complementar à afinidade. No entanto, a consanguinidade que Fausto trata não é marcada pelo flerte com a identidade como no caso da germanidade. Ela é uma consanguinidade assimétrica: a filiação tem no interior de si uma assimetria constitutiva. Se Viveiros de Castro não dá espaço em sua estrutura conceitual para uma meta-consanguinidade é porque se voltou apenas para sua forma simétrica expressa na germanidade. Quando se insere uma assimetria no interior da relação consanguínea, como no caso da filiação, ela torna-se passível de se desprender do parentesco e tornar-se uma metafiliação, idioma presente no movimento de familiarização que advém da predação, mas que, no entanto, não deixa de ser englobado pelo valor da afinidade.

A relação entre os dois modelos é claramente de continuidade e complementaridade, já que a forma assumida pelo modelo da metafiliação é evidentemente inspirada na da meta-afinidade. No entanto, essa similaridade não é uma simetria. A tese da meta-afinidade já contém em si uma hierarquia entre as relações de afinidade e consanguinidade, e a metafiliação não pretende negá-la. A predação familiarizante já contém também em seu próprio nome essa hierarquia, e a predação é anterior lógica e cronologicamente à familiarização assim como a afinidade é à filiação. A forma das duas relações também não é simétrica, pois uma opera em um gradiente concêntrico de distância e a outra, em uma relação de continente-conteúdo de dupla-face.

Contudo, o trabalho de Costa (2007, 2013) aponta para uma simetria interessante. O termo Kanamari *-warah*, que significa ao mesmo tempo corpo, dono e chefe, conceitua uma relação assimétrica que se atualiza em diferentes níveis escalares, assumindo uma forma fractal. Isto é, o termo *-warah* significa ao mesmo tempo o corpo em relação à alma, o tronco em relação aos membros do corpo, o chefe em relação ao grupo local e o chefe de um subgrupo em relação às diferentes aldeias. Essas diferentes instâncias são englobadas umas pelas outras e se

estendem a níveis cada vez mais amplos, supondo chefes/corpos/donos cada vez maiores. Esses “corpos” são condição de possibilidade do parentesco entre os Kanamari: ter um chefe-corpo-dono é afastar a predação e tornar possível a fabricação de corpos aparentados.

Dado esse contexto, o etnógrafo infere uma pergunta: quão grande pode ser um chefe? A resposta remete ao mito. No tempo anterior à queda do céu antigo não havia parentesco, o mundo estava em perpétuo fluxo e era caracterizado por alguns jaguares primordiais que continham a diversidade e a multiplicidade dentro de si. Esse é o caso do jaguar dono dos peixes narrado no mito do ancestral Socó-Boi (COSTA, 2007, p. 218). Esse jaguar do tempo mítico era o corpo-dono (-warah) de todos os peixes, mantendo-os sob seu controle. No entanto, ele é um dono tão colossal que sua maestria se desprende da produção de parentesco, marcada pela alimentação e pela comensalidade, deslizando para a predação. O jaguar se alimenta dos peixes, ele é um dono que se alimenta de seus xerimbabos. Essa contradição ilumina os limites da maestria para os Kanamari: o eixo da maestria-filiação e o eixo da predação-afinidade convergem para um mesmo ponto, concebendo uma figura limite, um mestre canibal. Desse modo, para os Kanamari, um dono demasiado grande é como um afim demasiado distante: um predador. Assim, ambos os eixos relacionais, quando levados às últimas consequências, convergem no valor da predação. A distância faz de um afim potencial um inimigo predador; já a “magnitude” faz de um pai protetor um mestre canibal, sugerindo mais uma vez a posição privilegiada da predação na cosmologia ameríndia. 🌀

NOTAS

* O autor, à época da submissão, cursava o 5º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: jkc.andrada@gmail.com

[1] A organização social por excelência das sociedades não-ocidentais, do ponto de vista da antropologia social britânica, é a que se forma a partir da definição de grupos corporados discretos que utilizam o parentesco e a descendência como critério de filiação (WAGNER, 1974). Esses grupos regulariam a esfera pública da sociedade em oposição à esfera privada, exerceriam o controle jurial e produziram a coesão associada ao Estado em um ambiente em que ele está ausente. Não há, no entanto, esse tipo de organização social entre os povos indígenas da América do Sul (SEEGER, DAMATTA e VIVEIROS DE CASTRO, 1979).

[2] Estou excetuando aqui os sistemas alto xinguanos e rio negrinos, já conhecidos na época e que apresentam formas diferentes das descritas.

[3] Estrutura claramente inspirada no argumento do texto *As organizações dualistas existem?* (LÉVI-STRAUSS, 1996)

[4] A oposição entre interior e exterior, como evidencia Viveiros de Castro em seu texto *Atualização e Contraefetuação do Virtual* (2002b), desenvolvimento posterior da teoria da afinidade potencial, não é pertinente e deriva de uma totalização inerente à linguagem dumontiana utilizada em seu texto original sobre o tema de 1993. Seria, segundo o autor, mais produtivo pensar essa oposição como um “dualismo em perpétuo desequilíbrio”, onde o interior e o exterior, identidade e alteridade, podem se atualizar em qualquer ponto de um *continuum* fractal.

[5] “Xerimbabo” é um termo tupi-guarani para animal doméstico adotado pela etnologia para tratar desses seres no universo indígena.

[6] É mais comum na Amazônia, segundo Fausto (2001), o xamã ser “pai” dos espíritos auxiliares.

[7] Essa é uma figura topológica mobilizada por Lévi-Strauss para tratar de transformações entre mitos. Trata-se, em um de seus aspectos, de um continente onde interior e exterior se confundem.

[8] Esses desenvolvimentos não se limitam ao exemplo do trabalho de Luiz Costa explorado acima, porém esse se mostra de grande importância tanto para a ampliação do modelo quanto para a nova conceituação da relação.

[9] Esse quadro de permutações, o grupo de Klein (LÉVI-STRAUSS, 2006), é peça fundamental do método estrutural desde, ao menos, a obra *Totemismo Hoje* (LÉVI-STRAUSS, 1975).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro. *Lewis Morgan: 140 anos dos Sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana* (1871-2011). Cadernos de campo, São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010.

COELHO DE SOUZA, Marcela. *O Traço e o Circulo: o conceito de parentesco entre os Jê e seus antropólogos*. Tese de Doutorado, PPGAS-Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

COSTA, Luiz. *As faces do jaguar: Parentesco, história e mitologia entre os Kanamari da Amazônia Ocidental*. Tese de Doutorado, PPGAS-Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

_____. *Alimentação e comensalidade entre os Kanamari da Amazônia ocidental*. Mana. Estudos de Antropologia Social 19(3): 473-504, 2013.

DUMONT, Louis. *Le vocabulaire de parenté dravidien comme expression du mariage, in: Dravidien et Kariera: l'alliance de mariage dans l'Inde du sud, et en Austrálie*. Paris: Mouton, p. 85-100, 1975 [1953].

_____. *Introduction a deux theories d'anthropologie sociale*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1971.

_____. *Homo Hierarchicus: O sistema de castas e suas implicações*. Sao Paulo: Edusp, 1978 [1992].

FAUSTO, Carlos & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *La puissance e l'act: la parenté dans les basses terres de l'Amérique du Sud*. L'Homme, avril-décembre, 1993.

FAUSTO, Carlos. *De primos e sobrinhas: terminologia e aliança entre os Parakanã (Tupi) do Pará*. In: Viveiros de Castro, Eduardo. *Antropologia do parentesco: estudos ameríndios* (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 61-120.

_____. 'Of enemies and pets: warfare and shamanism in Amazonia'. *American Ethnologist* 26: 1999, p. 933-956.

_____. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo, Brasil: Edusp. 2001

_____. *Donos demais: maestria e domínio na Amazônia*. Mana. Estudos de Antropologia Social 14(2): 329-366, 2008

FORTES, Meyer. *The significance of descent in Tale social structure*. In: *Time and Social Structure*. London & New York: University of London / The Athlone Press / Humanities Press, 1970 [1943-44], pp. 33-66.

_____. *The structure of unilineal descent groups*. In: *Time and Social Structure*. London & New York: University of London / The Athlone Press / Humanities Press. 1970 [1953], pp. 67-95.

KROEBER, Alfred. *Classificatory systems of relationships*. Journal of the Royal Anthropological Institute, 1909.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *The use of kinship terms among Brazilian indians*. American Anthropologist, 45, 1943.

_____. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 2012 [1949].

- _____. *Totemismo Hoje*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. *Guerra e comércio entre os índios da América do Sul*. Em: Egon Schaden (org.) *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1976, Pp. 325-339
- _____. *História de Lince*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *As organizações dualistas existem?*. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, Pp. 155-189.
- _____. *A origem dos modos a mesa*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- MORGAN, Lewis Henry. *Systems of consanguinity and affinity of the human family*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1870.
- NEEDHAM, Rodney. *Remarks on the analysis of kinship and marriage*. In: NEEDHAM, Rodney. *Rethinking kinship and Marriage*, London: Tavistock Publications, 1971.
- OVERING, Joanna. *Elogio do cotidiano: a confiança e a arte da vida social em uma comunidade amazônica*. *Mana. Estudos de Antropologia Social* 5(1): 1999, p. 81-107.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. *The study of kinship systems*. In: *Structure and function in primitive society*. London/Henley: Routledge & Kegan Paul, 1952 [1941], pp. 49-89.
- RIVERS, William H.R. *Kinship and social organization*. London: The Athlone Press, 1968 [1913].
- RIVIÈRE, Peter. *O Indivíduo e a sociedade na guiana*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SCHNEIDER, David M. *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.
- SEEGER, Anthony; DaMatta, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras*. *Boletim do Museu Nacional (N.S.) antropologia* n. 32, maio, 1979, pp. 2-19.
- STEWART, Julian (org). *Handbook of South American Indians*. Washington : Smithsonian Institution, 1948.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, 1986a. *Sociedades minimalistas: a propósito de um livro de Peter Rivière. Individual and Society in Guiana*. *Anuário Antropológico*, 85. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986a, pp. 265-82.
- _____. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, Anpocs, 1986b.
- _____. *Antropologia do parentesco: estudos ameríndios (org.)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- _____. *Ambos os três: sobre algumas distinções tipológicas e seu significado estrutural na teoria do parentesco*. *Anuário Antropológico*, 95. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- _____. *O problema da afinidade na Amazônia*. In: Eduardo Viveiros de Castro. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002a.
- _____. *Atualização e contraefetuação do virtual: o processo do parentesco*. In: Eduardo Viveiros de Castro. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002b.
- _____. *Imagens da natureza e da cultura*. In: Eduardo Viveiros de Castro, *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002c.
- WAGNER, Roy. *Are There Social Groups in the New Guinea Highlands?*. In: J. M. Leaf (ed.). *Frontiers of Anthropology*. New York: D. van Nostrand, 1974, pp. 95-122.
- _____. *The Fractal Person*. In: Marilyn Strathern e Maurice Godelier (org.). *Big Men and Great Men: Personifications of Power in Melanesia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

Recebido em 10/05/2017

Aprovado em 23/08/2017

PERCEPÇÕES POLÍTICAS DOS DEMOCRATAS BRASILEIROS NOS ANOS DE 2013 E 2015

Political perceptions of brazilian democrats in the years of
2013 and 2015

*Júlia Moreira de Figueiredo**

*Maria Luiza Moreira Duarte**

Cite este artigo: FIGUEIREDO, Júlia Moreira de; DUARTE, Maria Luiza Moreira. Percepções políticas dos democratas brasileiros nos anos de 2013 e 2015. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.93-110, maio. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Maio. 2018.

Resumo: Este artigo investiga, através de dados do Latinobarômetro, como se deram as percepções dos democratas brasileiros em dois momentos importantes da política brasileira – 2013 e 2015 – em torno de variáveis que expressam as dimensões dos apoios específico e difuso. Nossa investigação parte do recente cenário da política brasileira marcado por uma crise política e institucional e da particularidade dos anos de 2013 e 2015 para a queda da confiança em instituições políticas - como sinalizado pelos dados do Índice de Confiança Social (ICS). Mais especificamente, analisamos os dados à luz de uma divisão entre democratas brasileiros satisfeitos e insatisfeitos com o funcionamento da democracia, dadas as possibilidades frutíferas de investigar como se relacionam fenômenos como apoio à democracia, satisfação com a democracia e confiança nas instituições.

Palavras-chave: Desconfiança política; Democracia; Latinobarômetro.

Abstract: This paper investigates, through data from the Latinobarometer, the perceptions of the Brazilian democrats in two important moments of Brazilian politics - 2013 and 2015 - about variables expressing the dimensions of specific and diffuse support. Our reserach is based on the recent scenario of brazilian politics marked by a political and institutional crisis, and the particularity of the years 2013 and 2015 for the decline of trust in political institutions, as shown by the Social Trust Index (ICS). More specifically, we analyze the data in the light of a division between satisfied and dissatisfied Brazilian democrats, given the fruitful possibilities of investigating how phenomena such as support for democracy, satisfaction with democracy and confidence in institutions are related.

Keywords: Political distrust; Democracy; Latinobarometro.

1. Apoio à democracia em um cenário de desconfiança nas instituições, insatisfação com a democracia e crise política e institucional

A adesão à democracia é uma variável de crescente importância para as pesquisas de cultura política, e diversos estudos têm buscado mensurá-la (MOISÉS, 2008; MOISÉS e CARNEIRO, 2008; MENEGUELLO, 2013; FUKS et al, 2016). Uma de suas grandes relevâncias reside na capacidade explicativa que oferece em contextos de crise institucional e instabilidade democrática. Consoante a isso, observa-se no Brasil um cenário de crise política e institucional (AVRITZER, 2016) marcado por baixa confiança nas instituições políticas, como diagnostica uma visão cronológica dos dados do Índice de Confiança Social (ICS). Soma-se a esse cenário a crescente publicização de escândalos de corrupção e ascensão de polarizações radicais no espectro ideológico-político.

Outros estudos demonstram a ambivalência dos brasileiros no apoio à democracia (MOISÉS, 2008), sendo uma tentativa válida de mensuração dessa variável, ainda que estudos mais recentes questionem o olhar centralizado para os ambivalentes e/ou autoritários, buscando enriquecer a mensuração da adesão à democracia mudando o foco para os democratas (FUKS et al, 2016). Ainda que o presente artigo busque seguir essa orientação, não insere o debate de FUKS et al (2016) em torno de uma discussão mais sistêmica da mensuração do apoio ao regime democrático.

Alvo de muita reflexão, também, é o fenômeno da satisfação com a democracia (MOISÉS e CARNEIRO, 2008; DEL PORTO, 2016). Existiria uma lacuna acerca da associação existente entre apoio à democracia, desconfiança nas instituições e insatisfação com a democracia, além de evidente dificuldade de conceitualização e operacionalização dessa relação. Seguimos, assim, as orientações encontradas em MOISÉS e CARNEIRO (2008) a respeito das distintas dimensões supostas pelo fenômeno de apoio ao sistema democrático e, considerando a diferença empírica entre cada um desses fenômenos, investigamos mais de perto a relação entre apoio ao regime e (in)satisfação com a democracia.

Nesse sentido, este artigo é um esforço a ser somado às tentativas interpretativas dos conturbados e imprevisíveis momentos vividos pela política brasileira recentemente. Orientadas pela questão paradoxal trazida por MOISÉS (2005) do apoio dos brasileiros à democracia em consonância com a desconfiança nas instituições democráticas [1] e pela relevância do fenômeno da satisfação com a democracia, investigamos como se deram as percepções dos democratas brasileiros em dois momentos importantes da política brasileira: 2013, no ápice dos protestos massivos de junho de 2013, e no 2015 pós-eleitoral da ex-presidenta Dilma Rousseff. Mais especificamente, analisamos os dados à luz de uma divisão entre democratas brasileiros satisfeitos e insatisfeitos com o funcionamento da democracia em torno de variáveis organizadas em três blocos de análise.

Os blocos de análise são formados por variáveis que expressam: (1) Desempenho dos governos; (2) Percepções relacionadas ao sistema político e (3) Comportamento: engajamento político. Eles foram organizados de modo a cobrir tanto variáveis comportamentais quanto as relacionadas ao apoio difuso e específico. Em estudo clássico, EASTON (1965) apresenta que o

apoio específico remonta a satisfação dos cidadãos com o desempenho, seja de governos ou lideranças, enquanto que o apoio difuso está relacionado às percepções dos cidadãos com o sistema político de um modo geral.

Interessa-nos mais prontamente, portanto, compreender como a satisfação e a insatisfação dos democratas brasileiros com a democracia são afetadas no recente cenário de crise política, a partir de uma leitura comparativa entre os anos de 2013 e 2015, e como essa afetação é revelada em blocos relativos aos apoios específico e difuso.

Para se compreender o cenário de crise que acompanha os anos de 2013 e 2015, é preciso elucidar que o ano de 2013 foi marcado pela expansão de um grande questionamento dos políticos e das instituições políticas brasileiras, que, atrelado à publicização de escândalos de corrupção, se desdobrará em manifestações públicas de grande alcance - como os protestos massivos de junho de 2013 e os protestos ao longo dos anos posteriores (2014 a 2016), contrários à ex-presidenta Dilma Rousseff. Nesse cenário, até janeiro de 2015, data de nossa análise, se dá de forma explícita a polarização do posicionamento político da população, reflexo do momento de instabilidade política pelo qual passava o governo da ex-presidenta.

Essa instabilidade pode ser interpretada, parcialmente, pela mudança de promessas eleitorais em um movimento de adoção de pautas da oposição (PSDB), ocasionando a perda do apoio de tradicionais apoiadores do Partido dos Trabalhadores (PT), que levaram Dilma Rousseff à presidência. Em um quadro de queda do PIB e crescente questionamento da presidenta vindo da direita, sua governabilidade torna-se vulnerável (JINKINGS, 2016). O cenário de instabilidade política, de recusa aos partidos políticos e aos políticos e de polarizações ideológicas torna-se exacerbado, culminando em um golpe parlamentar, sob o véu de impeachment, em outubro de 2015. Dilma Rousseff é afastada de seu cargo, em 2016, sob a alegação de crimes contra a lei orçamentária e de improbidade administrativa.

Além disso, a relevância desses anos é expressa pelos dados do Índice de Confiança Social (ICS), que mostram que os anos de 2013 e 2015 foram demonstrativos das maiores quedas de confiança nas instituições políticas brasileiras desde 2009 [2].

Assim, introduzimos na primeira seção nossos pressupostos teóricos sob a ótica das discussões clássicas em torno da confiança política. Em seguida, apresentamos nossa metodologia de pesquisa para, então, conduzirmos uma análise comparativa dos bancos de dados do Latino-barômetro, nos anos de 2013 - cujos dados foram colhidos em julho, logo após as jornadas de junho - e 2015 - com dados referentes a janeiro, momento pós-eleitoral de uma disputada eleição presidencial [3]. Após fazermos uma discussão dos resultados, encerramos com apontamentos finais.

2. Pressupostos teóricos

Antes de adentrarmos na análise dos dados, é necessário circunstanciar os estudos clássicos da ciência política sobre cultura política e apontar o quanto o estudo do fenômeno e as medidas de confiança política devem a eles. São ALMOND e VERBA (1963), com a obra "The Civic Culture", que irão consolidar o campo de estudos culturalista. Com uma potente leitura

comparativa entre 05 países, os autores buscaram apontar, através do estudo empírico das atitudes políticas dos cidadãos, as condições culturais que seriam favoráveis à democracia e à sua estabilidade. Nesse rumo, a cultura cívica se refletiria numa democracia estável, tendo aquele conceito forte relação com a participação política dos cidadãos, mas também com outros padrões de comportamento dos indivíduos que existiriam em um nível “ideal” em relação à democracia. Ainda, seria possível afirmar que na base da geração de cultura cívica estaria a confiança.

Já PUTNAM (1996) traz uma preocupação central com as instituições políticas para se pensar cultura política e democracia. Em sua obra clássica “Comunidade e Democracia”, aponta que as instituições moldam a política, assim como elas são moldadas pela história. Nessa direção, afirma que o desempenho das instituições se delinea, em grande medida, pelo ambiente cívico. Sua contribuição mais específica em relação à confiança estaria na teoria do capital social. A noção de capital social é parecida com aquela de cultura cívica, e em sua base também está a confiança. Nesse rumo, o autor aponta a importância da confiança interpessoal, que seria geradora de associativismo, que, por sua vez, está relacionado à estabilidade da democracia. Assim, o declínio da confiança política seria consequência da erosão da confiança interpessoal.

INGLEHART e WELZEL (2009), em “Modernização, Mudança Cultural e Democracia”, trarão uma importante teoria quanto à mudança cultural, destacando o cenário pós-moderno da sociedade e a centralidade subjetiva do indivíduo, que, por sua vez, gerariam os valores de auto expressão (DAVID e CORTEZZI, 2013). Nesse rumo, sua análise em torno da (des)confiança política aponta o peso das mudanças culturais sobre a desconfiança, afirmando que os cidadãos em Estados pós-materialistas têm avaliado os políticos e os governos a partir de padrões mais rígidos.

Por fim, em estudos da América Latina, POWER e JAMISON (2005) trazem contribuição singular ao investigarem a desconfiança no continente. Apontando que “(...) a confiança política é importante para a legitimidade, governabilidade e consolidação do regime democrático” (p. 65) e afirmando que estudos em torno das causas da desconfiança política não são consensuais, os autores investigam o contexto, as causas e as consequências da desconfiança política na América Latina. Na conclusão do estudo, afirmam a importância de que novos estudos insiram informações contextuais sobre as regiões estudadas, assim como reforçam o caráter multidimensional do fenômeno da confiança política.

3. Metodologia

O presente estudo se deu a partir de uma análise comparativa entre dados contidos nos bancos do Latinobarômetro em 2013 e 2015. O Latinobarômetro é um estudo de opinião pública aplicado anualmente em 18 países da América Latina. Para este artigo, fez-se uma seleção inicial a partir do banco original dos casos pertencentes ao Brasil, o que resultou numa amostra de 1204 casos em 2013 e de 1250 casos em 2015. Os dados aqui utilizados foram analisados a partir do software IBM Statistics 2 e obtidos através do site do Latinobarômetro.

Ainda em uma seleção dos dados, fizemos um esforço para a escolha de apenas variáveis idênticas em ambos os anos, já que o estudo do Latinobarômetro pode variar de um ano para

outro, acrescentando ou suprimindo algumas questões. Todos os dados, entretanto, foram gerados e analisados a partir dos bancos em separado, tendo sido eles reunidos e sistematizados ao fim do processo através do preenchimento de uma planilha descritiva para os testes estatísticos realizados.

Selecionadas as variáveis idênticas, percebemos que elas eram de dois tipos: escalares (com escalas de 1 a 10) e não-escalares, podendo estas ser binárias ou multivariadas. Dada nossa pergunta de pesquisa, observamos que seria adequada uma análise descritiva comparativa entre os anos para as variáveis escalares. Utilizamos, para isso, um gráfico de barras empilhado que nos permite observar as distribuições por grupos de democratas satisfeitos e insatisfeitos. Ainda, esses grupos foram delimitados através das questões “Apoio à Democracia” e “Satisfação com o funcionamento da democracia”.

A variável de apoio à democracia é desenhada da seguinte maneira: “Com qual das seguintes frases está mais de acordo: ‘A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo’; ‘Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático’ e ‘Tanto faz a pessoas como eu um regime autoritário ou um regime democrático’”. Nesse sentido, consideramos democratas aqueles que responderam a primeira opção. Nossa tipologia difere daquela elaborada em MOISÉS (2008), na medida em que não insere em sua construção o cruzamento com a variável “A democracia pode ter problemas, mas é preferível a qualquer outra forma de governo” [4].

Por sua vez, a variável de satisfação com o funcionamento da democracia é mensurada pelas respostas “Muito satisfeito”; “Satisfeito”; “Insatisfeito” e “Muito insatisfeito”. Transformamos a variável original em uma binária, que recorta as duas primeiras opções como “Satisfeitos” e as duas últimas como “Insatisfeitos”.

Dado nosso interesse em uma análise comparativa não somente entre anos, mas também entre os grupos de democratas satisfeitos e insatisfeitos, foi necessária a aplicação dos testes, para cada banco, em dois momentos diferentes: em um primeiro momento, filtramos o banco para “democratas” e “satisfeitos”; em outro, filtramos o banco para “democratas” e “insatisfeitos”.

Para as variáveis restantes, que compõem grande parte do banco, o método utilizado foi o teste de proporções (teste T de uma amostra) com intervalo de 95% de confiança. Para isso, tivemos que recodificar todas as variáveis em “0” e “1”.

As variáveis analisadas nos bancos foram divididas em três blocos principais de análise: (1) Desempenho dos governos - bloco formado por variáveis que expressam mais diretamente as percepções dos cidadãos com relação ao desempenho dos governos e, portanto, mais relacionadas ao apoio específico; (2) Percepções relacionadas ao sistema político - variáveis que expressam a percepção da (in)coerência entre o funcionamento normativo das instituições e o seu funcionamento na prática, relacionadas ao apoio difuso; e (3) Comportamento: engajamento político - formado por variáveis que expressam o exercício de direitos políticos pelos cidadãos. A rela-

ção de cada variável que compõe os blocos pode ser acessada em documento, disponível nas notas [5]. Assim, nossas hipóteses são as seguintes:

- Satisfeitos possuem percepções mais positivas que insatisfeitos e vice-versa;
- De 2013 para 2015, há uma queda das percepções positivas dos satisfeitos e aumento das percepções negativas dos insatisfeitos.
 - » Exceto no bloco de Comportamento, no qual percepções positivas aumentariam em ambos os grupos e anos;
 - » As quedas e os aumentos são expressos com maior intensidade no bloco 1 e pouco expressivos no bloco 2, já que sustentamos que no período analisado não haveria no país uma crise de legitimidade [6] do sistema, mas sim uma crise política, mais relacionada, portanto, ao apoio específico.

4. Uma leitura comparativa: democratas satisfeitos e insatisfeitos com a democracia entre os anos de 2013 e 2015

O Índice de Confiança Social (ICS) é calculado anualmente pelo IBOPE desde 2009 e mensura níveis de confiança dos cidadãos em 18 instituições brasileiras. Conduzindo uma análise cronológica (de 2009 a 2015) desses dados para as instituições políticas, é perceptível uma queda expressiva na média geral de confiança nessas instituições nos anos de 2013 e 2015 [7]. Esses resultados conversam com o cenário de crise política e institucional no país que brevemente comentamos. Afirmando que contexto político e momento histórico importam, nossas análises de dados do Latinobarômetro também se referem aos anos supracitados. Consideramos de suma importância uma análise comparativa entre esses anos, principalmente em torno das percepções dos brasileiros em torno de questões sensíveis que refletem os apoios difuso e específico, assim como pensando a centralidade do fenômeno da satisfação com o funcionamento da democracia. Nossa análise dos dados inicia-se com um detalhamento dos percentuais dos democratas satisfeitos e insatisfeitos em 2013 e 2015.

4.1. Democratas satisfeitos e insatisfeitos: percentuais em 2013 e 2015

Nesta seção, apresentamos uma breve análise descritiva a partir do levantamento dos percentuais dos democratas satisfeitos e insatisfeitos. Nesse sentido, em 2013 e sem o filtro dos “democratas”, os brasileiros insatisfeitos somam 72,7%, enquanto que os satisfeitos somam 27,3%. Gerando o resultado somente para os democratas brasileiros, a amostra cai praticamente à metade (de 1204 para 584), mas os percentuais permanecem muito semelhantes: 70,36% dos democratas brasileiros estão insatisfeitos com a democracia, enquanto que 29,64% estão satisfeitos.

Já em 2015, observa-se um percentual de 77,5% de brasileiros insatisfeitos se comparado aos 22,5% satisfeitos. Em relação aos democratas brasileiros, a amostra válida cai de 1167 para 671, permanecendo as porcentagens muito semelhantes: insatisfeitos somam 69,90%; já satisfeitos somam 30,10%, grupo que comporta um aumento um pouco maior, de 7,6%, para os democratas.

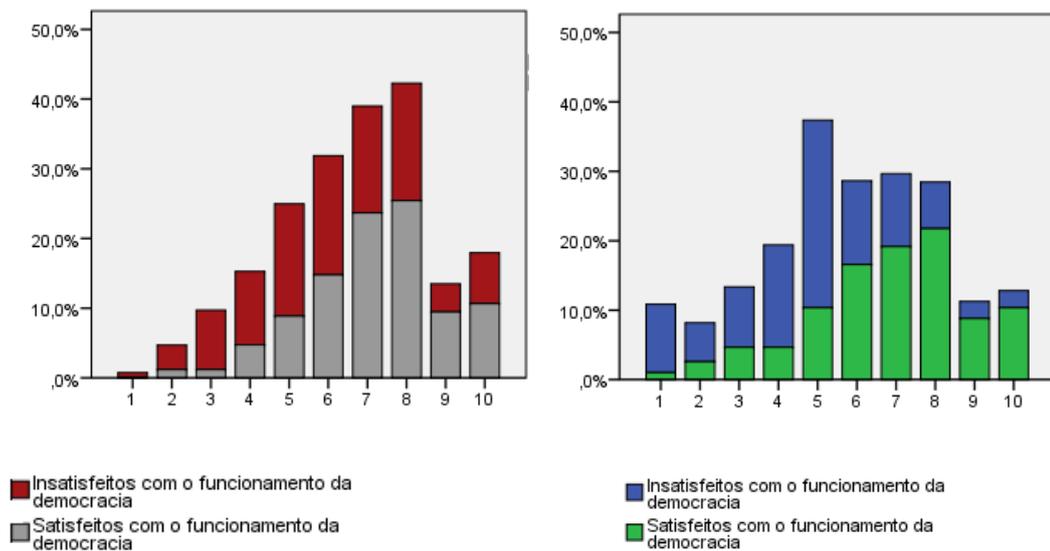
4.2. Análise dos Blocos

O levantamento dos dados contidos nos blocos de análise se deu através da realização de testes de proporções de uma amostra, realizados separadamente para cada ano. Ao fim, comparamos uma tabela que compara tanto os anos como os grupos (democratas satisfeitos e insatisfeitos). Para as variáveis escalares foi feita uma análise descritiva, auxiliada por gráficos de barras empilhadas. Apresentamos abaixo os resultados por bloco de análise.

4.2.1. Bloco 1: desempenho dos governos

A primeira variável deste bloco se refere à escala de quão democrático o país é percebido. Essa escala varia de 01 a 10, na qual o primeiro valor significa “Não é democrático” e o último é dado como “É totalmente democrático”. A Fig. 2 mostra em quais valores se concentram os dois grupos (democratas satisfeitos e insatisfeitos) por ano.

Figura 2 - Escala “quão democrático o país é percebido” nos anos de 2013 (à esquerda) e 2015 (à direita)



Fonte: Latinobarômetro (2013, 2015). Elaboração própria.

Em 2013, observa-se que há uma concentração expressiva, tanto dos democratas satisfeitos como dos insatisfeitos, nos valores mais próximos a 10, estando a maior concentração dos satisfeitos (25,1%) na escala 08 e o maior percentual dos insatisfeitos (16,7%) na escala 06, ainda que haja percentuais muito próximos a esta escala (16,5% na escala 08 e 15,8% na escala 05). Assim sendo, observamos uma concentração de respostas em valores superiores a 05, considerado média na escala.

Já em 2015, o cenário é um pouco distinto, com o crescimento de avaliações mais baixas na escala, principalmente entre os insatisfeitos (01 a 04 soma 37,1% nos insatisfeitos, enquanto que 12,5% nos satisfeitos). Os maiores percentuais dos satisfeitos estão nas escalas 08 (20,8%) e 07 (18,3%). Já dos insatisfeitos, estão na escala 05 (25,8%), valor de referência central para a escala, e 04 (14,1%).

Portanto, em um comparativo entre os anos de 2013 e 2015, no primeiro ano a concentração de respostas se deu em valores superiores a 05 na escala - valor central escalar -, o que indica uma inclinação positiva para a percepção de quão democrático é o país, tanto para os satisfeitos como para os insatisfeitos. Entretanto, o ano de 2015 terá uma nova configuração dos resultados, em que, apesar de ainda haver uma concentração positiva de respostas quanto a uma percepção de quão democrático é o país, os valores são mais deslocados para distribuições iguais ou abaixo de 05, ainda que isso se destaque mais para os insatisfeitos do que para os satisfeitos.

Já abaixo, encontra-se uma tabela que organiza os testes de proporções para o restante das variáveis deste bloco.

Tabela 2 - Teste de proporções para o Bloco 1

SATISFAÇÃO COM A DEMOCRACIA		
SATISFEITOS		
	2013	2015
	Teste T	Teste T
Imagem do progresso do país		
está progredindo	54,17%	28,36%
está estagnado	33,93%	47,76%
está em retrocesso	11,90%	23,38%
Aprovação da gestão do governo	80,12%	47,12%
Satisfação com o funcionamento da economia	61,76%	33,17%

(Continua)

(Conclusão)

INSATISFEITOS		
	2013	2015
	Teste T	Teste T
Imagem do progresso do país		
está progredindo	31,27%	11,37%
está estagnado	49,63%	52,36%
está em retrocesso	19,11%	36,27%
Aprovação da gestão do governo	52,85%	21,68%
Satisfação com o funcionamento da economia	7,90%	4,33%

Fonte: Latinobarômetro (2013, 2015). Elaboração própria.

Em 2013, a imagem do progresso do país é majoritariamente a de que o país está progredindo para os satisfeitos (54%) e de que o país está estagnado para os insatisfeitos (46%). Os percentuais relativos à visão de retrocesso variam pouco entre ambos os grupos. A aprovação da gestão do governo sofre grande mudança de um grupo para o outro, estando em 80% para os satisfeitos e em 52% para os insatisfeitos. Por fim, a satisfação com o funcionamento da economia é excepcionalmente distinta entre os grupos: entre os satisfeitos, ela é praticamente 30 pontos percentuais maior entre os satisfeitos (61%) que entre os insatisfeitos (33%).

Já em 2015, os satisfeitos percebem que o país está mais progredindo que retrocedendo, contrariamente aos insatisfeitos, que enxergam o retrocesso frente ao progresso. É majoritária a visão de ambos, entretanto, de que o país está estagnado. Ainda no mesmo bloco, temos que o percentual dos satisfeitos que aprovam a gestão do governo liderado pela presidenta (47%) é mais que o dobro da aprovação dos insatisfeitos. A satisfação com o funcionamento da economia cai pela metade entre os satisfeitos de 2013 para 2015; entre os insatisfeitos, os valores permanecem muito parecidos em relação a 2013, ainda que caia para 4%.

Neste bloco, fica claro o peso do ano para todas as variáveis, principalmente numa variação interna entre os satisfeitos: em 2015, eles atingem valores semelhantes aos dos insatisfeitos em 2013, sendo exceção a satisfação com a economia - que é radicalmente distinta entre os dois grupos de um ano para outro, havendo uma fuga, entre os satisfeitos, de uma percepção mais

otimista para uma intermediária e, entre os insatisfeitos, de uma percepção mais intermediária para uma negativa. Ainda, cai praticamente pela metade a percepção de que o país estava progredindo, tanto de 2013 para 2015, como entre os grupos. Soma-se a isso a visão, especialmente entre os insatisfeitos, de que o país está em retrocesso. Por fim, a aprovação da gestão do governo cai praticamente pela metade, em ambos os grupos e anos.

4.2.1. Bloco 2: Percepções relacionadas ao sistema político

O segundo bloco se organiza em torno de variáveis de confiança nas instituições políticas (congresso, governo, Judiciário, partidos políticos e Estado) e nas pessoas, cujos testes de proporções para a opção “Confia” estão representados na tabela abaixo. As variáveis restantes se referem à corrupção e ao sentimento de proximidade de partidos políticos.

Tabela 3 - Teste de proporções para o Bloco 2

SATISFAÇÃO COM A DEMOCRACIA		
SATISFEITOS		
	2013	2015
	Teste T	Teste T
Confiança no Congresso	37,50%	34,17%
Confiança no governo	61,68%	34,00%
Confiança no Poder Judiciário	64,63%	48,22%
Confiança nos partidos políticos	26,47%	16,00%
Confiança no Estado	62,57%	41,29%
Confiança nas pessoas	7,78%	13,37%
Problema mais importante do país:		
corrupção	14,63%	18,97%
problemas da saúde	34,15%	23,59%
delinquência/segurança pública	13,41%	10,26%
problemas da educação	6,71%	8,21%
situação/problemas da política	3,05%	6,15%

(Continua)

(Conclusão)

Aqueles que governam são grupo de poderosos agindo em benefício próprio	70,55%	78,28%
Progresso das instituições em reduzir a corrupção nos últimos dois anos	45,18%	27,69%
Proximidade de algum partido político	26,79%	27,86%
INSATISFEITOS		
	2013	2015
	Teste T	Teste T
Confiança no Congresso	19,55%	15,65%
Confiança no governo	29,46%	14,44%
Confiança no Poder Judiciário	35,75%	30,24%
Confiança nos partidos políticos	14,64%	7,30%
Confiança no Estado	44,03%	22,20%
Confiança nas pessoas	4,79%	5,16%
Problema mais importante do país		
corrupção	12,69%	27,35%
problemas da saúde	31,47%	14,96%
delinquência/segurança pública	9,64%	7,88%
problemas da educação	10,41%	6,13%
situação/problemas da política	3,05%	9,63%
Aqueles que governam são grupo de poderosos agindo em benefício próprio	91,35%	91,96%
Progresso das instituições em reduzir a corrupção nos últimos dois anos	23,50%	16,30%
Proximidade de algum partido político	15,71%	24,35%

Fonte: Latinobarômetro (2013, 2015). Elaboração própria.

Em 2013, a ordem de confiança nas instituições varia a depender do grupo. Para os satisfeitos, as três instituições nas quais mais se confia são o Poder Judiciário, o Estado e o governo (64%, 62% e 61% respectivamente). Em seguida, temos o congresso (37%) e os partidos políticos (26%). Já entre os

insatisfeitos, além da ordem, os valores são muito diferentes. As três instituições nas quais mais se confia são o Estado, o Poder Judiciário e o governo (44%, 35% e 29% respectivamente), seguidos por congresso (19%) e partidos políticos (14%). Por fim, a confiança entre as pessoas varia pouco entre os grupos e é extremamente baixa (7% para os satisfeitos e 4% para os insatisfeitos).

Ainda em 2013, a corrupção é tida, em ambos os grupos, como o segundo maior problema do país. A maior preocupação é com a saúde, que concentra praticamente o dobro dos percentuais. Perceber que aqueles que governam o país são um grupo de poderosos agindo em benefício próprio é visão quase homogênea entre os insatisfeitos (91%). Já entre os satisfeitos, o percentual também é alto, ainda que consideravelmente menor (70%). Ainda, 45% dos satisfeitos percebem que as instituições progrediram algo em reduzir a corrupção nos últimos dois anos, valor que é praticamente a metade para os insatisfeitos. Por fim, a proximidade a algum partido político entre os satisfeitos é maior (26%) que entre os insatisfeitos (15%).

Já em 2015, o cenário é distinto. A confiança nas instituições e pessoas revela a mesma ordem de preferência entre ambos os grupos, mas com claras diferenças de grandeza: em ambos, a confiança no poder judiciário é maior que nas outras instituições, seguida pela confiança no Estado, no congresso e no governo (com valores muito próximos), nos partidos políticos e, por fim, nas pessoas. Entre os satisfeitos, a confiança nas instituições é mais que o dobro entre os insatisfeitos, com exceções para o poder Judiciário, que é a instituição com percentual de confiança mais aproximado entre ambos os grupos. Por fim, os satisfeitos confiam praticamente três vezes mais nas pessoas que os insatisfeitos.

Ainda em 2015, o principal problema do país está relacionado à saúde, enquanto que para os insatisfeitos é a corrupção. Em relação aos líderes políticos, é alto o percentual, em ambos os grupos, para a visão de que eles agem em benefício próprio e não para o bem do povo, ainda que entre os insatisfeitos seja muito mais alto (cerca de 78% para os satisfeitos e de 91% para os insatisfeitos). Entre os satisfeitos, acredita-se mais que as instituições estão progredindo algo no combate à corrupção nos últimos dois anos (27%) que entre os insatisfeitos (16%). Por fim, o sentimento de proximidade a partidos políticos é praticamente o mesmo entre satisfeitos (27%) e insatisfeitos (24%).

Neste bloco, tanto o ano como os grupos importam. A confiança no Congresso cai, mas muito pouco de 2013 para 2015, o que pode ser reflexo de seus valores já estarem em percentuais mais baixos. Tanto para os satisfeitos como para os insatisfeitos, a confiança no governo cai quase que pela metade, estando muito reduzida, também, a confiança no Estado. Nas variáveis relacionadas à corrupção, esse peso é maior para o “grau de progresso das instituições em reduzir a corrupção nos últimos dois anos: algo” entre os satisfeitos (de 45% em 2013, cai para 27% em 2015). Entre os insatisfeitos, a percepção de que a corrupção é o problema mais importante do país dobra de um ano para o outro. Por fim, o sentimento de proximidade a partidos políticos reflete uma variação interessante entre os grupos: aumenta, mas muito pouco, entre os satisfeitos (estando em 27% em 2015) e aumenta consideravelmente entre os insatisfeitos (estando, em 2015, na casa dos 24%).

4.2.3. Bloco 3: Comportamento – engajamento político

A variável “Disposição a marchar e protestar por” requer uma análise descritiva [8]. A escala vai de 01 a 10, onde 01 significa nada disposto e 10 significa muito disposto.

A primeira opção se refere à disposição a marchar e a protestar pelo aumento de salário e melhores condições de trabalho. Em 2013, ela está concentrada nos extremos em ambos os grupos, com um percentual maior para a escala 10. O maior percentual de satisfeitos (23,4%) e insatisfeitos (25,6%) se encontra muito disposto (escala: 10) a manifestar por essa causa. No outro extremo, cerca de 18% dos satisfeitos e insatisfeitos se encontram nada dispostos (escala: 01) a protestar por essa causa. Os percentuais restantes encontram-se maiores quando iguais ou maiores que 05. Também em 2015, a maior concentração está em “muito disposto” (29,2% para os satisfeitos e 32,8% para os insatisfeitos). Para os satisfeitos, os maiores percentuais restantes encontram-se na escala 08 (17,3%) e em nada disposto (12,4%). Já para os insatisfeitos, nas escalas nada disposto (17,7%) e 08 (12,6%).

Já a (b) disposição a marchar e protestar pela melhoria da saúde e da educação também possui clara concentração nas escalas muito disposto (28,7% dos satisfeitos e 32,3% dos insatisfeitos); na escala 08, com percentuais muito semelhantes a essa; e na escala nada disposto (14,6% dos satisfeitos e 16% dos insatisfeitos). Em 2015, a concentração em nada disposto é pouco menor em relação a 2013: 10,9% dos satisfeitos e 15,1% dos insatisfeitos. Os percentuais restantes também se encontram bem semelhantes a 2013, com a maior concentração em “muito disposto” (42,1% dos satisfeitos e 40,9% dos insatisfeitos), e na escala 08.

Quanto à (c) disposição a protestar pela defesa de direitos democráticos, temos, em 2013, um cenário interessante: as maiores concentrações, de ambos os grupos, estão nos extremos, com um maior percentual em “nada disposto” para os satisfeitos (21,1%) e em “muito disposto” para os insatisfeitos (19,7%). Entretanto, praticamente contraditório é que a concentração dos insatisfeitos em “nada disposto” também é semelhante (17,7%) ao extremo oposto, assim como a dos satisfeitos em “muito disposto” (19,3%). Ainda que com percentuais menores, as maiores concentrações restantes estão a partir da escala 05. Em 2015, há uma polarização um pouco menor, ainda que continue significativa. A disposição a protestar pela defesa de direitos democráticos é maior, entre os satisfeitos, em “muito disposto” (23,8%), seguido por “08” (15,3%) e “nada disposto” (11,9%). Também entre os insatisfeitos, é maior em “muito disposto” (29,2%) e em “nada disposto” (18,1%).

Portanto, quanto à disposição entre democratas satisfeitos e insatisfeitos a se manifestarem publicamente através de protestos, observa-se uma concentração de respostas nos extremos em ambos os anos, havendo um claro aumento de 2013 para 2015 na máxima disposição (escala 10) em protestar pela melhoria da saúde e da educação, mas com um cenário equilibrado, entre os anos, quanto à defesa dos direitos democráticos, que permanece polarizada entre “nada dispostos” e “muito dispostos”. Ainda em relação a essa variável, ser insatisfeito importa: de 2013 para 2015, aumenta praticamente em 10 pontos percentuais a concentração em “muito disposto”. Abaixo, apresentamos o teste de proporções para as variáveis restantes do bloco.

Tabela 4: Teste de proporções para o Bloco 3

SATISFAÇÃO COM A DEMOCRACIA		
SATISFEITOS		
	2013	2015
	Teste T	Teste T
Frequência com que:		
Trabalha para um candidato ou partido	20,47%	15,92%
Convence alguém de como pensa politicamente	23,53%	26,87%
Fala de política com amigos	50,29%	48,26%
Votou na última eleição presidencial	89,47%	81,19%
INSATISFEITOS		
	2013	2015
	Teste T	Teste T
Frequência com que:		
Trabalha para um candidato ou partido	7,92%	8,57%
Convence alguém de como pensa politicamente	14,68%	23,61%

(Continua)

		(Conclusão)
Fala de política com amigos	41,58%	50,11%
Votou na última eleição presidencial	85,71%	84,80%

Fonte: Latinobarômetro (2013, 2015). Elaboração própria.

Em 2013, a frequência com que trabalha para um candidato ou partido político é a variável de maior diferenciação entre satisfeitos (20%) e insatisfeitos (7%). As restantes, encontram-se em percentuais aproximados, ainda que seja sempre maior entre os satisfeitos. Ter votado na última eleição presidencial também não demonstra grande diferença entre os grupos.

Já em 2015, as variações entre os grupos são ainda menores na variável relativa à frequência com que realiza uma das atividades descritas, sendo maior para trabalhar para um candidato ou partido. Ter votado na última eleição presidencial segue a mesma tendência de pouca variação, mas com um valor maior para os insatisfeitos.

Percebe-se, assim, que este bloco aponta para variações mais significativas, principalmente entre os insatisfeitos. Mesmo diante de uma crise política em curso, aumentam a disposição a protestar e a frequência com que se fala de política e tenta-se convencer alguém de como pensa politicamente.

5. Discussão de resultados

Assim, de acordo com os dados aqui expostos e nossas hipóteses, podemos tirar variadas conclusões. De fato, os satisfeitos possuem percepções mais positivas que os insatisfeitos, ainda que o peso do ano seja um importante sinalizador: os satisfeitos de 2015 possuem percentuais muito semelhantes, em grande parte das variáveis, aos insatisfeitos de 2013. Clara exceção é a variável de Satisfação com o funcionamento da economia, que sinaliza um nível extremo de insatisfação dos insatisfeitos (variando entre 7% e 4%).

Em relação à confiança nas pessoas, ela é claramente maior entre os satisfeitos, inclusive aumentando de 2013 para 2015 - ano que conta com um índice de 13%. Também a confiança no Congresso, entre os dois anos, permaneceu quase inalterável entre ambos os grupos, ainda que seja maior entre os satisfeitos. Quanto à corrupção, é visível o aumento de uma visão negativa, em ambos os grupos, em relação à crença no progresso das instituições em seu combate.

O último bloco, de Comportamento, apresenta resultados muito homogêneos, tanto em relação ao ano como aos grupos, no que diz respeito às variáveis submetidas ao teste de proporções. Já em relação às variáveis escalares, é claro o aumento entre os insatisfeitos (por volta de 9 pontos percentuais) da disposição máxima (escala 10) a protestar. Dentre os satisfeitos, essa disposição também aumenta, mas timidamente (em torno de 3 pontos percentuais), sendo exceção a disposição a protestar pela melhoria da saúde e educação, que conta com aumento de 13 pontos percentuais de um ano para

o outro. Entretanto, a disposição ao protesto possui distribuição polarizada, estando os maiores percentuais localizados em nada disposto ou em muito disposto. São outros achados interessantes o aumento da predisposição a convencer alguém de como pensa politicamente, principalmente entre os insatisfeitos.

Conforme nossas hipóteses, ainda, as percepções negativas são mais expressivas, tanto de um ano para o outro como entre os grupos, no bloco 01, com claro peso da variável de satisfação econômica, que parece ser decisiva para a insatisfação dos insatisfeitos com a democracia no país. Entretanto, no bloco 2, é sinal de preocupação o aumento da desconfiança no governo e no Estado, que apresentaram quedas de proporções semelhantes entre satisfeitos e insatisfeitos. O fenômeno da corrupção tem seu resultado mais alarmante na variável “Progresso das instituições em reduzir a corrupção nos últimos dois anos”, que mostra queda significativa numa crença positiva de um ano para o outro.

Percebemos, assim, que o bloco 01, por possuir orientação mais fortemente relacionada ao apoio específico, apresenta resultados mais palpáveis em uma perspectiva comparativa, sinalizando que haveria uma crise política em curso no país, assim como o forte peso da variável econômica no grupo de insatisfeitos com a democracia. Entretanto, ainda que as variações no bloco 02, relativo ao apoio normativo, sejam menos impactantes em relação às do bloco anterior, é possível sinalizar o lugar que vai sendo ocupado pela variável corrupção, assim como a queda de confiança no Estado, que era relativamente bem cotado em ambos os grupos no ano de 2013. Por fim, o bloco 03, referente ao comportamento, apresenta achados interessantes ao apontar para o crescimento na disposição a protestar, principalmente entre os insatisfeitos. Esse mesmo grupo também tende, de 2013 para 2015, a falar mais de política e a convencer alguém de como pensar politicamente.

6. Considerações finais

Como mostram as leituras dos blocos, os democratas satisfeitos com o funcionamento da democracia tendem a ser quase sempre mais otimistas que os insatisfeitos. O elemento ano também se configura como importante, já que de 2013 para 2015 o otimismo dos satisfeitos cai de modo significativo em praticamente todas as variáveis analisadas; o pessimismo dos insatisfeitos também aumenta. Ou seja, o recorte afeta: ser democrata satisfeito ou democrata insatisfeito altera consideravelmente as respostas. Ainda, como o recorte favorece um perfil sensível à avaliação de desempenho de governos, os resultados estão diretamente relacionados com o contexto, o que vai de encontro à nossa hipótese de que, nesses anos, estava em curso uma crise no país de cunho mais político do que de legitimidade.

Outro elemento interessante de ser reforçado, entretanto, é que no bloco de Comportamento aumentam em aproximadamente 10 pontos percentuais as disposições dos insatisfeitos a protestar por causas diversas, a falar de política e a convencer alguém de como pensa politicamente. Esse é um achado importante na medida em que assinala um aumento no exercício desses direitos políticos, mesmo em meio à uma crise política. Entre os satisfeitos também há aumentos, ainda que sejam tímidos.

Por fim, esperamos ter levantado achados importantes, além da necessidade de um olhar mais cuidadoso para os democratas satisfeitos e insatisfeitos com o funcionamento da democracia. Uma

possibilidade em aberto seria a de conduzir outro estudo relacionado aos ambivalentes e autoritários, buscando um comparativo a partir do recorte sugerido e aprofundando a relação entre apoio ao regime e satisfação com a democracia. Aguarda-se, também, a existência de novos estudos do Latinobarômetro, do ICS, entre outros, para que a relevância de uma visão ao longo do tempo se torne mais clara, destacando a importância do que MENEGUELLO (2013) apontou: as análises devem se situar à luz dos acontecimentos e contextos aos quais elas pertencem. 

NOTAS

* As autoras, à época da submissão, cursavam o 6º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais. Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP) em Montevideu, entres os dias 26 e 28 de julho de 2017. As autoras agradecem as sugestões e leituras atentas dos(as) professores(as) Eleonora Schettini Cunha, Mario Fuks e Ricardo Fabrino Mendonça, assim como a paciência e enorme ajuda de Leonardo Souza Silveira com a realização dos testes. E-mail: julia_figueiredo10@hotmail.com; marialuizamoreiraduarte@gmail.com

[1] Dados recentes mostram queda nesse apoio: segundo o Estadão, dados do Latinobarômetro indicam que o apoio à democracia no Brasil caiu 22 pontos percentuais em 2015, o maior registro de queda na América Latina. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,apoio-a-democracia-no-brasil-cai-22-pontos-diz-pesquisa,10000073814>>

[2] Os dados do ICS foram por nós filtrados de acordo com 8 instituições políticas. Desses dados, tiramos a média da confiança nessas instituições entre 2009 e 2015, onde pudemos alegar essa informação. O documento com uma análise cronológica detalhada do ICS pode ser acessado no link: <<https://docs.google.com/document/d/12cyRXuZjJ2joZR1BMbBBkA-inaOdBWBjdT6Lp8Lukgc/edit?usp=sharing>>.

[3] As eleições presidenciais para o ano de 2015 foram muito disputadas entre os candidatos Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), tendo esta sido eleita com 51,64% dos votos, vs. 48,36% votos para aquele.

[4] Como nosso artigo é voltado somente para os democratas, o fato de nossa construção tipológica para os democratas ser distinta da proposta por MOISÉS (2008) não é problemático, dado que (a) os percentuais de insatisfeitos e satisfeitos permanecem similares numa comparação entre ambas as tipologias (com variação máxima em torno de 2%); (b) rodando os testes T para as principais variáveis, as variações máximas entre as tipologias sequer chegam a 2%. Ainda, para ver aspectos metodológicos mais pontuais, acesse o documento disponível no link: <https://docs.google.com/document/d/1kzdLv_AZ4v6EUGosTabok8v8ijgl699ddd7nYqcLk_k/edit?usp=sharing>

[5] O documento pode ser acessado através do link: <https://docs.google.com/document/d/1kzdLv_AZ4v6EUGosTabok8v8ijgl699ddd7nYqcLk_k/edit?usp=sharing>

[6] MOISÉS e CARNEIRO (2008) apontam estudos que sugerem que a legitimidade do regime democrático estaria associada aos fenômenos da confiança nas instituições e à satisfação com o funcionamento da democracia. Sustentamos que percepções crescentemente negativas em relação à corrupção no país também contribuiriam para a erosão da legitimidade do regime, o que nos permitiria perceber, pelos resultados dos testes aqui feitos, se há ou não um cenário mais próximo da negação ou afirmação da legitimidade.

[7] O documento com uma análise cronológica detalhada do ICS pode ser acessado no link: <<https://docs.google.com/document/d/12cyRXuZjJ2joZR1BMbBBkA-inaOdBWBjdT6Lp8Lukgc/edit?usp=sharing>>.

[8] Nesse caso, optamos por não utilizar gráficos de barras, dado que ocupariam demasiado espaço e poderiam trazer aos leitores uma leitura mais confusa.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- AVRITZER, L. - *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- DAVID, F. F.; CORTEZZI, D. *Cultura política: democracia no Brasil*. Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. Araraquara, SP, 23 a 25 de abril de 2013.
- DEL PORTO, B. F. (2016). *Satisfação com a democracia entre os brasileiros no cenário recente (2002-2014)*. Revista Debates, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 83-106, set.-dez. 2016.
- EASTON, D. *A System Analysis of Political Life*. New York: Wiley, 1965.
- FUKS, Mario et al. *Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros?* Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 19, p. 199-219, Abr. 2016.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, Mudança Cultural e Democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.
- JINKINGS, I. *O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe*. In: Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Orgs Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto. Editora Boitempo. 2016.
- MENEGUELLO, R. *As bases do apoio ao regime democrático no Brasil*. In: MOISÉS, A. J; MENE-GUELLO, R. (orgs.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia - o caso do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2013.
- MOISÉS, A. J. *A desconfiança nas instituições democráticas*. Opinião Pública, Campinas, Vol. XI, nº 1, p. 33-63, Março, 2005.
- (2008). *Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 66, p.11-44.
- (2010) *Os significados da democracia segundo os brasileiros*. Opinião Pública, Campinas, vol. 16, nº 2, p.269-309.
- MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. P. *Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil*. Opinião Pública, v. 14, n. 1, p. 1-42, 2008.
- PUTNAM, D. R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- POWER, T. J.; JAMISON, G. D. *Desconfiança política na América Latina*. Opinião Pública. Vol. XI, nº 1, p. 64-93. Campinas. 2005.

Recebido em 11/10/2017

Aprovado em 03/02/2018

THE UNABOMBER: ESTUDO DE CASO E PERSPECTIVAS ACERCA DO AMBIENTALISMO RADICAL

THE UNABOMBER: CASE STUDY AND PERCEPTIONS ON THE RADICAL ENVIRONMENTALISM

*Julia Alves da Costa**

*Vinícius Volcof Antunes**

*Yuri Marcos Alves da Costa**

Cite este artigo: ANTUNES, Vinícius Volcof; COSTA, Julia Alves da; COSTA, Yuri Marcos Alves da. The Unabomber: estudo de caso e perspectivas acerca do ambientalismo radical. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.111-125, maio. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Maio. 2018.

Resumo: A partir da biografia e das ações de Theodore Kaczynski, um ex-professor universitário que se notabilizou por atentados terroristas justificados pela causa ambiental, propomos uma discussão sociológica sobre a vertente radical do ambientalismo. No presente artigo, o livro *Sociedade Industrial e Seu Futuro*, escrito por Kaczynski, será norteador do debate sobre temas como a relação entre indivíduo e natureza, coesão social, processos de poder, alienação, degradação e a sociedade de risco na modernidade.

Palavras-chave: Ambientalismo radical; Sociologia ambiental; Sociedade industrial; Wild nature.

Abstract: From Theodore Kaczynski's biography and actions, a former professor who distinguished himself by terrorist attacks justified by the environmental cause, we propose a sociological discussion about the radical aspect of environmentalism. In this article, the book *Industrial Society and Its Future*, written by Kaczynski, will guide the debate on topics such as the relationship between men and nature, social cohesion, power processes, alienation, degradation and risk society in modernity.

Keywords: Radical environmentalism; Environmental sociology; Industrial society; Wild nature.

É sabido que a aurora da sociologia enquanto área do conhecimento se deu na esteira da modernidade e dos problemas advindos dela, e que suas vertentes originárias se esforçavam na tarefa de afastar seus conhecimentos das percepções do senso comum e em críticas ao determinismo geográfico, ainda influente naqueles tempos, lutando fortemente para se estabelecer enquanto “ciência do homem”.

Na contemporaneidade, contudo, diante de diversas vertentes de releitura e problematização dos saberes das humanidades, tais como o perspectivismo, o relativismo antropológico e o revisionismo historiográfico, a sociologia também tem encontrado meios para se curar de certos vícios, como o antropocentrismo, e encarar novas perspectivas de análise.

Nessa luz, pretendemos empreender aqui o esforço de análise da figura de Ted Kaczynski (1942-), matemático e ex-professor de Universidade da Califórnia, que ganhou notoriedade sob a alcunha de The Unabomber, com a qual coordenou uma série de atentados terroristas entre os anos de 1978 e 1995, visando alvos que ele considerava diretamente responsáveis pela degradação ambiental da região em que vivia e pela acelerada multiplicação dos meios tecnológicos da sociedade industrial. Sua história pede uma análise mais detida e ainda não contemplada por trabalhos brasileiros sobre assuntos afins.

O material central desta análise será o livro *A Sociedade Industrial e seu Futuro* (2015), de autoria do próprio Kaczynski, a partir do qual traçaremos paralelos com a bibliografia selecionada que nos permita uma visão crítica de abordagens sobre variáveis como “ser humano” e “natureza”, especificamente nas discussões a respeito das percepções humanas sobre a natureza, além de construções críticas sobre a modernidade e a sociedade industrial, sem, contudo, deixar de apontar os paradoxos e incongruências do autor em seus escritos.

A seleção dos materiais de suporte à análise se deu de modo a buscar os que menos apresentassem um caráter valorativo sobre as obras e ações do Unabomber, uma vez que muitos dos textos com os quais nos deparamos apresentavam elogios ao *modus* de tomada de ação do ativista. Diante do conteúdo propositivo dos conceitos apresentados pelo autor, recorreremos à literatura sociológica mais consolidada sobre os temas análogos a essas questões (inclusive de épocas semelhantes, reforçando o caráter conjectural dessas reflexões). Com isso, encontramos não apenas o arcabouço teórico com o qual pudemos analisar seus escritos, mas o ferramental que refuta suas ideias e revela sua concepção equivocada sobre diversas questões.

Uma opção metodológica importante em nossa análise é a de não transitarmos de forma valorativa sobre seus atos terroristas, que resultaram, inclusive, em mortes e feridos. Com isso, na presente análise enfocamos as problemáticas teóricas que emergem de seus escritos, que, a princípio, se propuseram a serem propositivos de uma mudança revolucionária do comportamento social, segundo os próximos termos do autor.

Além dessa fronteira do juízo de valor, outra dificuldade enfrentada diante de nossa bibliografia é que a maioria dos trabalhos sobre o assunto encontrava-se em inglês, fazendo-se necessário aqui, em alguns momentos, traduções próprias das citações utilizadas. Assim, o parco conteúdo em portu-

guês sobre os episódios envolvendo o Unabomber e as diversas possibilidades de análise ensejadas por sua forma de ativismo ambiental justificam, por si só, a realização desse artigo, que se propõe a uma análise sociológica de algumas das variáveis que se evidenciam a partir da leitura do texto de Kaczynski.

Em *A Sociedade Industrial e seu Futuro* – também conhecida como *Manifesto Unabomber* –, o autor constrói críticas a respeito do que chama de “sociedades tecnoindustriais”, a partir de uma sequência de variáveis que discorrem sobre os modos de vida e características da modernidade. Nem todas, contudo, servirão à presente análise, que enfocará aquelas mais ligadas às perspectivas de ser humano, natureza, coesão social, trabalho e alienação, degradação, reforma e risco. Assim, informações que não encontrarem centralidade nessa análise, mas que representam certa relevância para o entendimento geral do pensamento do autor, serão explicitadas em sucintas notas de rodapé.

Começamos, então, situando a figura controversa de Ted Kaczynski em meio à sociedade estadunidense entre as décadas de 70 e 90, anos mais ativos de sua militância; na sequência, partiremos para a construção de um breve perfil de sua figura para, em seguida, adentrarmos nos aspectos mais relevantes de análise de seu manifesto.

1. Panorama histórico

Considerando que o posicionamento e as ações radicais do ativista Ted Kaczynski estão relacionados com o seu tempo, um panorama histórico se faz necessário.

Nos EUA, a ascensão dos movimentos ambientalistas ocorreu na esteira das crises culturais e políticas, do movimento pelos direitos civis da população negra, da contracultura e do feminismo. Concomitantemente, a Guerra do Vietnã (1955-1975) continuava durante o governo de Richard Nixon (1969-1974) com a intensificação dos testes nucleares, onde substâncias químicas como o *napalm* e o agente laranja foram intensamente utilizadas contra as forças inimigas, áreas civis, bem como destruindo grandes áreas de vegetação nativa da região.

O mundo testemunhava a premência dos assuntos ambientais a partir da popularização de pesquisas científicas sobre o tema, que graças ao desenvolvimento metodológico e o auxílio da tecnologia revelavam altos índices de degradação ambiental, alterando a responsabilização humana diante dela. Uma das precursoras nesse movimento foi a ecologista Rachel Carson, autora do livro *Primavera Silenciosa* (*Silent Spring*, 1962), que denunciava o uso dos recém-lançados herbicidas e pesticidas na produção agrícola.

Do começo dos anos 70 data o *Relatório Meadows*, popularizado pelo título *Os Limites do Crescimento* (1972), tal como fora lançado no formato de livro. A obra resume a pesquisa realizada por cientistas do MIT (Massachusetts Institute of Technology) a pedido do Clube de Roma[1]. Combinando o cruzamento de cinco variáveis (população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos), ele apontou que a escala de crescimento das sociedades modernas era incompatível com as possibilidades do planeta. O estudo foi um marco, como uma das primeiras vezes em que se descolou as variáveis de desenvolvimento com a de crescimento econômico, mostrando ainda que elas não seriam interdependentes.

Na instância política institucional, pode-se considerar que a ação de maior impacto nas questões ambientais foi a Conferência das Organizações das Nações Unidas em Estocolmo, na Suécia, em 1972, onde pela primeira vez o tema do meio ambiente teve papel central. Ainda que esvaziada pelas tensões da Guerra Fria, que limitou o número de países participantes, o evento marcou a criação do Dia da Terra e ensejou reuniões posteriores de debate sobre o tema.

Na sociologia, emergia a crítica sobre a ausência do componente ambiental nas análises sociais. O nascimento de uma sociologia eminentemente ambiental foi atribuída aos americanos William Catton e Riley Dunlap (1978), pioneiros na tentativa de superar o caráter antropocêntrico da disciplina. A partir deles, começa-se a desenvolver estudos que não apenas instrumentalizaram o meio ambiente como uma variável de análise, mas também desenvolvendo uma epistemologia ambiental no pensamento sociológico.

Sobre essa virada, James Rice (2013) nos ajuda a entender que a disciplina passara por uma paulatina rejeição da abordagem clássica, que remetia a Émile Durkheim, em que os fenômenos sociais só poderiam ser explicados por meio de outros fenômenos sociais. Esse “excepcionalismo humano frente à qualquer determinação ecológica” (p. 236) – ou antropocentrismo disciplinar – gerou, a partir do trabalho paradigmático dessa dupla, o que Rice chama de “problemática durkheimiana”, onde ficou evidenciado que essa divisão ontológica clássica obscurecia qualquer noção de entrelaçamento ou junção entre as esferas da natureza e da cultura.

A emergência temporal desse debate, contudo, teve na obra da dupla Catton e Dunlap o surgimento de uma sociologia que, a despeito de suas críticas, propôs, pela primeira vez, uma “análise teórica e empírica de interrelação entre o ambiente biofísico e a organização social humana” (RICE, p. 236). Sobre esse momento, o mesmo autor conclui:

A característica mais notável da sociologia ambiental é insistir há certo tempo que a disciplina está fortemente sobrecarregada por concepções antropocêntricas que obscurecem o reconhecimento da junção entre as sociedades humanas e as condições naturais e ecológicas [de existência] (2013:237)

Já Hannigan (*apud* COSTA FERREIRA, 2004) aponta duas causas para o tangenciamento do assunto pela sociologia: a primeira seria a percepção conservadora sobre os fenômenos sociais e a segunda, o entendimento encontrado na literatura econômica e sociológica sobre a modernização, de que as questões ambientais levantadas prejudicariam os desenvolvimentos nacionais. Com a emergência dos movimentos sociais, no entanto, as questões ambientais mostraram sua relevância e a sociologia ambiental ganhou importância ao estudar as questões ambientais e os conflitos com a natureza.

Contudo, nesse processo de mudança do “enredo ontológico (*ontological conundrums*) da disciplina” e reorientação para uma perspectiva mais holística (RICE, *op cit*), ela ainda despontava sem um arcabouço teórico consolidado. As primeiras teorias, como de Catton e Dunlap (*op cit*), tinham um caráter essencializador, e por isso receberam críticas de que tenderiam a “uma visão reducionista da política ambiental” e uma aproximação demasiada com ideias ambientalistas (COSTA FERREIRA, 2004: 81). Paradoxalmente, surgiam trabalhos que apontavam que “estas tendências ambientais pode-

riam ser revertidas se a mobilização ambientalista unisse forças suficientes, fazendo dela uma força progressiva *sui generis*” (*idem*).

A década de 80 foi marcada como uma era de acentuadas reformas neoliberais, incentivo à industrialização modernizadora e valorização do *american way of life*, que invisibilizaram muitas das produções acerca das questões ambientais (ZIMMERMANN, 1994:30). Data desses anos, contudo, a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (1983), que estabeleceria os termos para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro.

No plano político, os EUA testemunharam a ascensão de figuras públicas que centralizavam o discurso ambientalista, apesar de forte reação contrária e do senso comum de descrença, como o político Al Gore, posteriormente vencedor do prêmio Nobel da Paz (2007) por sua militância nesse tema. Também surgiam os primeiros grupos de ativismo “radicais ecológicos” – de quem Kaczynski será derivado –, que defendiam o engajamento via ações diretas. O mais notório deles foi o *Earth First!*, cujo lema era “Sem barganhas em defesa da Mãe Terra!”, pioneiro em organizar atos de desobediência civil e sabotagem a ações de desmatamento.

Nos anos 90, observou-se a Eco-92, organizada pela ONU e realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. À parte da grande publicidade e da presença de lideranças políticas, civis e técnicas do mundo todo, não faltaram críticas, como as do biólogo Barry Commoner[2], de que os discursos se limitaram à concordância geral da necessidade de se monitorar a poluição ao invés de desenvolver indústrias e modos de produção que não poluissem.

Ainda ancorados nas noções desenvolvimentistas, essas comissões e fóruns institucionais se mostravam preocupadas em resolver o paradoxo entre desenvolvimento e sustentabilidade, popularizado pelo espraiamento do chamado “desenvolvimento sustentável”. Assim, suas prioridades eram de solução desses problemas, a fim de garantir a continuidade de projetos de crescimento e modernização, sobretudo às nações em desenvolvimento.

Inserido nesse contexto, Ted Kaczynski iniciava sua atuação.

2. Biografia de Ted Kaczynski

O matemático Ted Kaczynski ficou conhecido pela alcunha de The Unabomber após enviar, entre os anos de 1978 e 1995, uma série de artefatos explosivos com a intenção de, segundo seus próprios termos, iniciar uma revolução contra o sistema tecnoindustrial. Capturado no ano de 1996 pelo FBI, hoje, aos setenta e três anos de idade, cumpre prisão perpétua em um presídio de segurança máxima no estado do Colorado.

Kaczynski ingressou na faculdade de Harvard aos dezesseis anos. Seu bom desempenho lhe rendeu, aos vinte e seis anos, o cargo de professor assistente na University of California (Berkeley). No entanto, já no início dos anos 70 e ao final de sua graduação, Kaczynski decidiu viver isoladamente nas florestas de Montana, segundo ele, à semelhança dos “homens primitivos”, caçando e plantando a própria comida em meio à natureza selvagem.

Em entrevista concedida à revista *Earth First! Journal* em 1999, Kaczynski explica que suas motivações nunca foram políticas e que seu objetivo principal era se manter em contato com a “natureza selvagem” de uma forma mais individualizada:

A verdade é que eu não era politicamente orientado. Eu teria preferido apenas viver na floresta. Se ninguém tivesse começado a fazer estradas ali, a cortar as árvores e entrar na região com helicópteros e motos de neve, eu teria apenas vivido ali e o resto do mundo que se virasse. Acabei me envolvendo em questões políticas porque eu fui levado a isso, por assim dizer. Não sou muito inclinado a essas questões (1999: p. 2) [3].

Sentindo que seu estilo primitivo de vida estava sendo profanado pelo sistema tecnoindustrial, Kaczynski decidiu agir para destruí-lo. Retornou à Chicago, e sua primeira bomba caseira foi direcionada a um professor da Northwestern University. Na ocasião, a bomba foi recebida por um segurança da universidade e falhou. As duas bombas seguintes foram enviadas à empresa aérea American Airlines e endereçadas ao presidente da companhia, novamente falhando. No entanto, essas ações atraíram a atenção do FBI, especialmente por se tratar de uma tentativa de ataque ocorrida no espaço aéreo, considerado um crime federal de acordo com as leis daquele país. A partir de então, Ted começou a ser caçado como um terrorista [4] dentro do solo americano.

Os locais escolhidos por Kaczynski para suas primeiras bombas lhe renderam o apelido de *Unabomber* – um acrônimo de *university and airline bombing* (“bombardeio de universidade e companhias aéreas”, em tradução direta). Em 1982, suas bombas se tornaram mais destrutivas e feriram gravemente uma secretária da Vanderbilt University e um professor da mesma University of California onde Kaczynski havia trabalhado. O primeiro assassinato ocorreu em 1985, quando uma bomba matou o dono de uma loja de computadores. Ao longo de vinte anos de atentados, o Unabomber matou três pessoas e feriu outras vinte e três.

A virada na história da procura pelo Unabomber se deu quando Kaczynski, cuja identidade permanecia protegida por uma organização obscura denominada Freedom Club [5], enviou aos principais jornais do país seu *Manifesto Unabomber*, sob a ameaça de perpetrar um novo ataque terrorista caso os veículos de imprensa recusassem a publicação. Dentre milhões de americanos que leram o manifesto impresso nas páginas dos principais jornais nacionais, David Kaczynski, irmão de Ted, reconheceu no texto o estilo e as ideias do irmão, denunciando-o às autoridades.

A prisão do Unabomber ocorreu em abril de 1996, em sua cabana em Montana. No local, foram encontradas uma bomba caseira já completa e outras partes de bombas em processo de montagem, além de aproximadamente quarenta mil escritos relatando seus atentados.

O julgamento de Ted Kaczynski foi marcado pela tentativa, por parte da defesa, de associá-lo a algum quadro psiquiátrico, mesmo o próprio réu negando a estratégia. Durante o julgamento, Kaczynski tentou o suicídio e isso contribuiu para a hipótese de esquizofrenia. Porém, ao final, o réu assumiu a autoria individual dos crimes e foi condenado à prisão perpétua.

3. A Sociedade Industrial e seu Futuro: um resumo

Após anos de atentados terroristas contra pessoas e instituições tidas por ele como responsáveis pela degradação do meio ambiente, culminando em três mortes e vinte e três feridos, o matemático Theodore Kaczynski conseguiu espaço na mídia para a divulgação do seu manifesto *A Sociedade Industrial e seu Futuro*. O manifesto foi publicado em 19 de setembro de 1995 por diversos jornais americanos, como o *Washington Post*, a partir da ameaça do grupo *Freedom Club* de novos ataques, caso sua publicação fosse negada. O texto visava alertar os indivíduos sobre as consequências de se viver numa sociedade regida pelo sistema tecnoindustrial, apresentando como solução a destruição total desse modelo, a fim de reestabelecer o contato supostamente perdido entre o homem e a natureza.

Para o autor, a Revolução Industrial teria sido o germe da decadência do homem, um “desastre para espécie humana” (*idem*: p. 27), de modo que seu desenvolvimento provoca o afastamento entre o homem e a natureza e a perda da liberdade e da dignidade dos indivíduos e dos grupos humanos.

Segundo ele, todos os homens precisariam experimentar o processo de poder, entendido por ele como o controle sobre suas necessidades de subsistência: “Os seres humanos têm a necessidade (provavelmente de origem biológica) de experimentar o que chamaremos de *processo de poder*” (p.33). Assim, ele faz uma crítica de que, em uma sociedade tecnoindustrial, tal controle estaria concentrado no Estado, privando os indivíduos de exercerem sua autonomia e gerando, como consequência, diversos tipos de reações indesejadas no comportamento humano.

Quanto mais a tecnologia se desenvolver, menor será a liberdade do homem. Tal desenvolvimento tem a tendência de nunca retroceder, por isso, a solução apresentada pelo autor é a destruição total do sistema tecnoindustrial, e o meio de sua realização seria uma revolução, mas não nos fracos projetos reformadores dos ambientalistas mais populares (p. 114), tampouco o que os “esquerdistas” – segundo seus termos – chamariam de revolução. O autor acredita que essa não será uma revolução política, mas sim com o objetivo de “derrubar as bases econômicas e tecnológicas da sociedade industrial” (pp.28-29). Longe que erigir uma proposta de “sociedade contra o Estado”, em diversos outros momentos da obra, o argumento do autor parece idiossincrático, pouco taxativo à responsabilidade do capitalismo na construção dessa sociedade por ele criticada e leve até mesmo nas críticas às autoridades políticas, sobretudo de seu país.

Outro ponto possível de observação crítica é sobre a “questão psicológica” dos grupos sociais. Radicalmente contrário ao “comportamento esquerdista”, o autor discorre sobre o conceito de “sobre-socialização” (pp. 41-46) para se referir aos indivíduos que seriam impregnados pela lógica das sociedades tecnoindustriais e presos às regras vigentes, que com seus atos reformadores (motivados pela culpa e por outros sentimentos de inferioridade, segundo ele) ajudariam o modelo a se reproduzir. Nessa lógica, situações como o machismo, o racismo e a homofobia, entendidas como rupturas ou brechas no sistema que o ameaçam de desmoronamento, são reparados através da ação dos esquerdistas que, ao fim e ao cabo, os inserem dentro da lógica do próprio sistema, aniquilando, segundo Kaczynski, seu potencial desagregador.

4. Rupturas e contatos: analisando o indivíduo e a natureza no *Manifesto Unabomber*

4.1 Ferramenta discursiva

Uma vez tendo localizado Ted Kaczynski em sua conjuntura, apresentado sua biografia e os propósitos que serviram de justificção aos seus atos terroristas e resumido as principais ideias de seu manifesto, nossa análise sobre sua figura se inicia pelo nível do discurso, a partir do uso do conceito de “*parresía*”, apresentado por DA SILVA (2014) no artigo *Unabomber, um parresiasta no Império*.

A noção de *parresía* surge inicialmente nas obras do poeta grego Eurípedes (480 a.C. – 406 a.C.) e significa “fala franca”, o que implica, por parte daquele que enuncia, “proferir a verdade” (*idem*: p. 82), não bastando apenas o valor verdadeiro da fala, mas a posição social ocupada pelo agente – o que, na democracia grega antiga, significava ser homem, livre e natural de Atenas.

A *parresía* se opunha ao pensamento cartesiano, sendo a verdade semelhante à crença e a fala validada pelo exercício da “atividade verbal” (p. 84). O *parresiasta*, apesar do prestígio ético de que goza, não se encontra em posição segura: ele julga ser mais importante falar a verdade do que a auto-preservação, colocando em risco a própria possibilidade de tornar a falar pública. Sem intenção de convencer o ouvinte, o *parresiasta* tem como dever a disseminação da verdade.

Dessa forma, Da Silva traça uma associação entre a obra de Kaczynski e o exercício da *parresía*: sem deixar claro qualquer critério metodológico, que seria iniciado por uma clara teorização e conferência dos argumentos, o autor disserta sobre suas ideias acerca da sociedade tecnoindustrial e elabora um projeto de dissolução dela fundamentando exclusivamente em sua própria lógica interna, ainda que seu pensamento seja, como já apontado, evidente corolário de seu contexto. Assim, em vários momentos seus escritos se revelam opiniões, não argumentos.

Tampouco notamos em seu discurso qualquer esforço de convencimento do ouvinte. Pelo contrário, o espaço público como palco para suas falas foi conquistado através de atentados onde, em última instância, “o terror garantia a palavra pública” (PUGLIA *apud* DA SILVA, 2014:p. 82): “Para fazermos que nossa mensagem pudesse chegar ao Público, e que causasse nele uma duradoura impressão, tivemos de matar pessoas” – disse Kaczynski em certa ocasião (*op. cit.*: p.89). Assim, embora conquistado tal espaço, a radicalidade de sua fala compromete sua presença na “ágora moderna” e a reclusão à prisão perpétua pode ser entendida como sua expulsão do espaço público, para além da condenação legal de seus atos.

4.2 Concepções de natureza: da natureza selvagem à sociedade de risco

Nota-se ainda que as ações de Ted Kaczynski, embora impactantes e notórias, não foram baseadas em uma linha teórica original. A história do primitivismo nos Estados Unidos remonta há séculos anteriores, em períodos e locais ainda sob influência do puritanismo inglês, com figuras como Henry David Thoreau e Walt Whitman [6], literatos que não apenas valorizaram em suas obras os conceitos de *natureza selvagem* (*wild nature*) e vida natural, como experienciaram longo isolamento social em períodos em que viveram na floresta.

Embora o autor tente incessantemente valorizar o caráter inovador de seu trabalho, entendemos que sua crítica ao sistema tecnoindustrial e ativismo pela destruição desse sistema certamente não foram inovações trazidas pelo seu pensamento. Mais notadamente, encontramos na noção de “sociedade de risco”, desenvolvida pelo sociólogo Ulrich Beck, certo paralelo possível – certamente sem atingir o mesmo nível de teorização de Beck, mas pelo menos quanto ao alvo das críticas –, por enxergar no desenvolvimento da sociedade industrial a potencialização dos riscos, sobretudo ambientais, em nível global.

Publicado originalmente em alemão em 1986, a *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade* também foi um produto contextual, da queda do Muro de Berlim ao acidente nuclear de Chernobyl. Nele, o sociólogo apresenta os elementos da globalização que levariam à “democratização dos riscos” em diversos níveis: ecológicos, econômicos, sociais, etc (GUIVANT, 2001). Embora popular, a obra recebera críticas por não pontuar a acentuada transferência dos riscos das zonas mais industrializadas às menos desenvolvidas do planeta (o que torna sua experiência menos democrática), bem como por sua confiança aparentemente cega na capacidade pública da gestão dos riscos, que poderia surgir em substituição às instituições de controle de uma sociedade industrial, já incapaz de controlar devidamente essas ameaças (*idem*: p. 103).

Assim, a individualização em Beck é a tomada reflexiva da biografia pelo indivíduo. Após perder a segurança nas instituições tradicionais (igreja, trabalho, família, etc), a biografia passa a ser conscientemente planejada. Com isso, ele passa a ver a responsabilidade pelos atos como individual. Em termos mais gerais, os ambientes antes compartimentalizados na primeira fase da modernidade, agora possuíam fronteiras mais fluídas.

Em associação ao Unabomber, vale ressaltar o mesmo caráter de descrença diante da modernização, vendo-a como causa de um avanço técnico e científico prejudicial a diversas esferas da vida (amalgamada pela alcunha de “sociedade tecnoindustrial”, embora o termo nunca seja conceitualizado com precisão), bem como a mesma previsão negativa sobre a continuidade desse movimento global. Ainda assim, de certo há diferenças importantes a serem pontuadas entre as duas concepções, principalmente quanto ao fato de que, enquanto Beck vislumbra um movimento de individualização do cidadão moderno, que diante dos riscos e do perigo social refletem sobre as características dessa modernidade, Kaczynski, tal como se nota na citação a seguir, nos apresenta um indivíduo atomizado e apartado da vida social, que recorrerá à saída primitivista:

O indivíduo, pelo contrário, é ameaçado por muitas coisas contra as quais está desamparado: acidentes nucleares, agentes cancerígenos na comida, contaminação ambiental, guerra, aumento de impostos, violação de sua vida privada por parte de grandes corporações, fenômenos sociais ou econômicos em grande escala que podem transformar seu modo de vida... (op. cit: p. 70).

Assim, a concepção de indivíduo por Theodore Kaczynski difere de Ulrich Beck pelo sentido que o ativista atribuiu à crise de identidade e à letargia dos indivíduos de sua época, fruto de uma sociedade tecnoindustrial, mais especificamente à dependência técnica que ela produz, justificando sua vontade de desestabilizá-la. Nesse contexto moderno, os indivíduos não poderiam mais experienciar os

“processos de poder inerentes ao homem”, que consistiria em suprir suas necessidades através do esforço próprio, ficando nas mãos não apenas da tecnologia, como do Estado e das instituições que já não mais confiam. Por essa lógica, quando o indivíduo se encontra no “meio natural”, dependeria apenas de si mesmo para suprir suas necessidades e conseguiria estabelecer referências estáveis, visto que a Natureza tem uma mutabilidade bem menor que a sociedade moderna. A passagem para a sociedade industrial retira esses referenciais e torna o indivíduo dependente.

Mas o que Kaczynski irá chamar de individualismo revolucionário, autores como Anthony Giddens (1991), que também trabalhou com a percepção de risco social com a noção de “modernidade reflexiva”, trataria como crise de legitimidade dos sistemas e instituições tradicionais na gestão dos riscos e da emergência dos atores na reflexão de saídas para essas questões. Exercícios de crítica e confrontação com um cenário de risco eminentemente fatal fizeram com que trabalhos nessa linha, em oposição ao que discorre Kaczynski, vissem ao menos a possibilidade de superação da modernidade nos termos de como ela se faz hoje.

4.3 Da separação entre natureza e cultura

Voltando ao primitivismo característico do Unabomber, seus escritos também revelam uma percepção essencializada sobre a natureza, escorregando num ideário edênico sobre o mundo natural. Exercendo seu pressuposto de *parresiasta*, tal qual explicitado anteriormente, Kaczynski mais uma vez foge de fontes comprobatórias para suas afirmativas, mas ultrapassa a opinião, extravasando-a numa concepção utópica de natureza. De fato, seu ideário sobre a vida no “mundo natural”, em cálculos de suposta satisfação e felicidade dos “povos primitivos”, não pode ser comprovado a partir de argumentos em nenhum momento da obra. Segue por esse mesmo caminho sua valoração dos “grupos tradicionais de pequena escala” (p. 59), sem se referir, mais uma vez, em detalhes sobre o que quer dizer com isso.

O mundo natural (que normalmente só se transforma lentamente) oferecia um marco de referência estável para as sociedades primitivas e, conseqüentemente, uma sensação de segurança. No mundo moderno, dá-se o contrário: a sociedade humana domina a Natureza, e a sociedade moderna transforma-se muito rapidamente, devido à transformação tecnológica. Por isso, não há um marco de referência estável (KACZYNSKI, op. cit: p. 49).

A proposta de radicalização de Kaczynski, de destruição dessa sociedade tecnoindustrial e restabelecimento da ligação entre humanidade e a natureza, parece não fazê-lo perceber que constrói uma visão um tanto quanto essencialista sobre a vida na natureza. Seus escritos, cujo cerne propositivo consiste em ideais de “retorno” à vida natural, também revelam sua inserção numa ontologia eminentemente moderna de separação entre as esferas da Natureza e da Cultura.

As discussões entre essa separação ontológica se tornaram, ao longo dos anos, paradigmáticas em áreas como a antropologia. Poderíamos voltar, com ela, à problemática durkheimiana da sociologia até o fim dos anos 70, como no já citado trabalho de Rice (2013). Mas para nosso presente objetivo, talvez seja o filósofo Bruno Latour quem ofereça uma descrição mais direta sobre a formação dessa concepção opositiva, apontando também suas problemáticas. Em “*Jamais Fomos Modernos*” (1994), o

autor oferece uma desconstrução dessa simplificação referencial, apresentando tipologias do que chama de pensamento “pré-moderno, moderno e pós-moderno”, para então se ater à crítica dessa falaciosa “purificação crítica” da modernidade, que aventou a possibilidade de separar a realidade entre esferas da natureza e da cultura (p. 15). O autor não apenas refuta essa divisão simplista – através da negação de nosso caráter “moderno” *tout court* –, como salienta que tanto mais essa concepção ontológica for reforçada, mais proliferará o surgimento de elementos “híbridos”, ou seja, elementos “humanos e não-humanos” que se situam justamente nessas fronteiras erigidas pelas concepções ontológicas ocidentais.

Com isso, conseguimos nos distanciar metodologicamente da figura de Kaczynski para entender como ele também fora tributário do pensamento de sua época, embora reagisse a ela, de forma violenta, inclusive. A todo momento seu discurso, que reforça o ideário de “retorno” a uma vida natural perdida, mostra que a natureza para ele é outra, elemento exógeno que deve ser buscado pela humanidade como conquista. Recai, assim, novamente num rasteiro argumento que parece revelar mais de suas opiniões do que concepções teóricas propositivas.

Quem também nos ajuda a entender melhor os problemas dessa percepção é Cronon (1996), que defende uma tese semelhante, com suas especificidades: de que os conceitos de natureza selvagem (*wild nature*) e vida selvagem (*Wilderness*) são constructos modernos, variáveis ao longo da história, negativizados nos tempos bíblicos e positivados apenas recentemente:

O conceito de *wilderness* não é bem o que parece. Longe de ser um lugar na Terra que se ergue apartado da humanidade, é, na verdade, uma criação profundamente humana – de fato, uma criação de culturas humanas muito particulares, em momentos muito particulares da história (Cronon, s/p) [7].

Essa contestação, que revela a fragilidade e o proselitismo dos escritos de Kaczynski, ainda nos possibilita entender que desde os textos bíblicos o *wilderness* foi utilizado de forma negativa, “antítese de tudo o que era bom e ordenado” (*idem*) ou em exemplos de “abandono, desolação, selvageria, esterilidade e desperdícios”. Assim, escapa ao Unabomber que essa valoração positivada da natureza pela contemporaneidade se deu por meio de um processo de construção social eminentemente moderno. Essas mudanças se deram culturalmente a partir da segunda metade do século XIX, na esteira do Romantismo (do qual Thoreau e Whitman, autores citados anteriormente, foram diretamente influenciados), quando a *wilderness* começou a ganhar um caráter sacralizado, sinalizando o movimento subsequente de proteção da vida natural. O próprio Latour (op. cit) ressalta a função do Humanismo nessas construções conceituais da modernidade que começaram a valorizar a dimensão da natureza (p. 19). Concluindo essa discussão, voltamos a Da Silva (op. cit), que oferece um resumo sobre os problemas dessa visão:

De acordo com Moore, a noção de “natureza” é uma construção recente na história do pensamento, e *Sociedade Industrial e seu Futuro* persiste nos erros propagados por Rousseau e os ecologistas biocentristas de que há uma natureza humana original que antecede as sociedades, e que é possível resgatá-la. (DA SILVA, p. 67).

4. 4 Rupturas: a fenda metabólica

A partir disso, nossa análise sobre o *Manifesto Unabomber* observa que ele denuncia um rompimento da relação orgânica entre ser humano e natureza em termos semelhantes à “fenda metabólica” explicitada por Bellamy Foster (2011). Para este autor, seguindo uma perspectiva marxista de análise, o homem se relacionaria com a natureza através do seu trabalho; em uma relação equilibrada (não-alienada), essa relação proporcionaria uma troca metabólica completa e satisfatória entre ambos.

O que se daria diante do modo de produção capitalista seria uma quebra dessa relação metabólica, provocada pela alienação do trabalhador com o material e os frutos de seu trabalho – em última instância, uma “separação entre os trabalhadores e a terra, com o meio de produção” (*idem*, p. 88). Ademais, a evolução desse modo de produção provocaria, nos termos de Marx, um sistema de “*Raubbau*” (ou “sistema de roubo”), caracterizado por uma usurpação da natureza e da riqueza pública (p. 90). Nessa relação entre os humanos e seu trabalho, a produção laboral por meio de relações não-alienadas teria a capacidade de desenvolver um processo de construção da subjetividade humana. No modo de produção capitalista, o modelo alienado quebra com essa possibilidade de subjetividade do humano através da feitura de seu trabalho, que agora lhe é alheio. Essa deturpação das relações acentua a fenda das trocas metabólicas entre os humanos e a natureza.

Em *Sociedade Industrial e seu Futuro*, Kaczynski se refere a algo semelhante ao falar em “atividades substitutivas” (p.49), em contraponto às “necessidades físicas vitais”: aquelas seriam prementes à “moderna sociedade industrial, [onde] é necessário somente um esforço muito pequeno para se ter satisfeitas as próprias necessidades” (p. 51), enquanto as “necessidades físicas vitais” seriam aquelas mais satisfatórias à plena realização humana e envolveriam a relação direta entre os indivíduos e a natureza:

A tecnologia moderna nega aos indivíduos a possibilidade de desenvolver e satisfazer plena e autonomamente suas tendências, capacidades e necessidades naturais; vale dizer, sua liberdade, inibindo ou pervertendo sua natureza. Priva-os totalmente da possibilidade de exercer controle sobre as condições que afetam suas próprias vidas e atenta contra sua dignidade, ao convertê-los em seres desamparados e completamente dependentes do Sistema. Obriga-os a viverem em condições antinaturais para as quais não estão biologicamente preparados (ruído, alta densidade populacional, ritmo de vida acelerado, rápidas mudanças no ambiente ao redor, ambientes hiperartificializados etc.). (*idem*: pp. 232-233).

Sua crítica se extrapola, contudo, até mesmo aos que chama de “esquerdistas”, vistos como “fruto da alienação, de um estado de debilidade e alheamento psicológico, frequentemente causado pelas condições de vida inerentes à sociedade industrial” (p. 232). Seguindo sua proposta de quebra radical com o sistema vigente (“revolução”, em seus próprios termos), aproxima-se da utopia socialista de ambientalismo chamada de “ecossocialismo”, explicado por Lowy (2013):

A crise econômica e a crise ecológica resultam do mesmo fenômeno: um sistema que transforma tudo - a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos - em mercadoria, e que não conhece outro critério que não seja a expansão dos negócios e a acumulação de lucros. (*idem*. s/p).

Relacionando o que em termos marxistas chamamos de “modos de produção” com a degradação ambiental, tal crítica será traçada por Kaczynski em termos muito semelhantes, porém com destaque ao que ele chama de “aspectos tecnológicos” das sociedades industriais. A conclusão de ambos, contudo, é de que não há solução dentro dos marcos do sistema. Por esse motivo, Kaczynski propunha que:

A sociedade tecnoindustrial deve ser combatida, e não reformada, porque atenta inevitavelmente contra a autonomia do funcionamento dos sistemas não artificiais, ou seja, da Natureza selvagem, tanto externa quanto interna aos seres humanos. (KACZYNSKI, op. cit: p. 224).

Conclusão

A partir dessa rápida leitura sobre a vida e as ações protagonizadas por Ted Kaczynski, um professor universitário que se isola em meio à floresta e começa a empreender atos terroristas contra aqueles que entende como responsáveis pela degradação ambiental de sua região, visamos entender um pouco mais sobre os aspectos conjunturais que formaram certas vertentes do ambientalismo chamadas de radicais.

Associado por alguns aos movimentos de *deep ecology* (ecologia profunda) e outros, como o neoludismo, o anarcoprimitivismo e ainda os movimentos anticivilizatórios[8], o que percebemos é que, a despeito do impacto de seus atos, potencializados pela cobertura midiática muito mais do que pela escala de suas ações, Kaczynski se apresentou como um dos únicos a cruzar a fronteira do ativismo ao terrorismo ambiental, apesar de não ter sido o pioneiro desse tipo de ação direta.

Empreendendo uma análise teórica de seus escritos, notamos que, quando colocados de lado com algumas teorias que transitam por temas análogos, escancara-se a fragilidade de seus argumentos e o caráter eminentemente normativo de suas linhas.

Por fim, vale ponderar que a figura de Ted Kaczynski parece sintetizar algumas das problemáticas sociais das civilizações ocidentais modernas, incluindo aspectos de anomia e exclusão social que infelizmente não pudemos analisar de forma mais detida nesse artigo. Dessa forma, ainda que explorando um campo pouco visitado pelos estudos brasileiros interessados pelas questões ambientais e afins, essa primeira análise sobre essa figura só nos mostra que outros aspectos ainda podem ser explorados. 🌱

NOTAS

* Os autores, à época da submissão, cursavam o 8º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: juliaalvesc@hotmail.com; vi_volcof@hotmail.com; yurimarcosadc@gmail.com

[1] Grupo criado em 1966, composto por intelectuais de diversas áreas, interessados em pensar assuntos prementes e desafios das sociedades e da vida modernas, com um histórico de envolvimento na problematização das questões ambientais.

[2] Conforme visto em: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-historia-do-movimentoambientalista>.

[3] Tradução livre do trecho: “*The honest truth is that I am not really politically oriented. I would have really rather just be living out in the woods. If nobody had started cutting roads through there and cutting the trees down and come buzzing around in helicopters and snowmobiles I would still just be living there and the rest of the world could just take care of itself. I got involved in political issues because I was driven to it, so to speak. I’m not really inclined in that direction.*” - Ted Kaczynski, em entrevista à *Earth First! Journal*.

[4] Ainda que seja um termo bastante popularizado no mundo atual, entendemos que uma breve definição de terrorismo se faça necessária. Segundo SILVA e SILVA (2009: 397), “o terrorismo é a ação armada contra civis; é a violência usada para fins políticos, não contra as forças repressivas do Estado, mas contra seus cidadãos”. Desse modo, os atos perpetrados por Theodore Kaczynski podem se encaixar na categoria de terrorismo revolucionário, pois entendida “como ferramenta para a instalação de uma revolução” (Ibidem). Não há necessidade, no entanto, de uma coincidência entre revolução e ideais progressistas, como bem exemplifica o caso tratado.

[5] *Freedom Club* foi a alcunha sob a qual o *Manifesto Unabomber* foi enviado aos principais jornais dos EUA. Embora alguns analistas da obra acreditem que o grupo tinha outros membros, tendo sido Ted o único a ser preso e ter a identidade conhecida, a versão apresentada por ele em seu julgamento foi de que o clube surgira como uma fachada para preservar melhor sua identidade e de que ele era seu único membro.

[6] De Thoreau, ver *Walden* (LP&M, 2010) e *Desobediência Civil* (LP&M, 1997). De Whitman, ver *Folhas da Relva* (Editora Illuminuras, 2005).

[7] Tradução livre do original: “*wilderness is not quite what it seems. Far from being the one place on earth that stands apart from humanity, it is quite profoundly a human creation—indeed, the creation of very particular human cultures at very particular moments in human history.*”

[8] Para aprofundar-se nessas diferentes vertentes do ambientalismo, não abordadas por motivos de coesão do artigo e limitação de espaço, recomendamos a leitura de: UNGER, N. M. *Os fundamentos filosóficos do movimento ecológico* (1991); MELO E SOUZA, R. *Visões da natureza x Vertentes do ambientalismo*. (s/d); OLIVEIRA, V. S. *História e história ambiental: as rupturas e os avanços nas relações homem-natureza* (2009); PADUA, J. R. *Herança romântica e ecologismo contemporâneo: existe um vínculo histórico?* (2005).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. P. de. **Detonando a sociedade tecnológica: Unabomber, um rebelde explosivo**. Revista de História Regional, v. 5 n. 1, pp. 203-223. 2000.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010. 368 p.

BELLAMY FOSTER, J. **A Ecologia da Economia Política Marxista**. [S.l.] Lutas Sociais, n. 28, pp.87-104.

COSTA FERREIRA, L. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, pp.77-89, jul/dez.2004. Editora UFPR.

CATTON, W. R. & DUNLAP, R. E. **Environmental Sociology**. Annual Review of Sociologia, 243, 73. 1979.

CRONON, William. **The Trouble with Wilderness, or Getting Back to the Wrong Nature**. In *Uncommon Ground. Rethinking The Human Place in nature*. 1996-1995. Disponível em: <<http://www.annewhistonspirn.com/pdf/uncommon-ground.pdf>>

DA SILVA, E. V. **Unabomber, um parresiasta no Império**. Revista Ecológica, n. 10, set-dez, pp. 50-92. 2014.

GUIVANT, J. S. **A Teoria da Sociedade de Risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia.** Estudos Sociedade e Agricultura, 16 de abril, 2001: pp. 95-112

KACZYNSKI, T. **The Earth First! Journal, Liberal Politics and Ted Kaczynski Walk into a Bar.** Março, 2013. Entrevista. Disponível em: <<http://earthfirstjournal.org/newswire/2013/03/25/the-earth-first-journal-liberal-politics-and-ted-kaczynski-walk-into-a-bar/>>.

_____. **A Sociedade Industrial e seu Futuro.** Tradução: Rui C. Mayer. 1º edição, Editora Baraúna, São Paulo: 2015.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Tradução: Carlos Irineu da Costa. Editora 34, Rio de Janeiro: 1994.

LOWY, Michel. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista.** Cad. CRH vol.26 no.67 Salvador Jan./Apr. 2013.

RICE, James. **Further Beyond the Durkheimian Problematic: Environmental Sociology and the Co-Construction of the Social in the Natural.** Sociological Forum, 28 (2), 236. 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Terrorismo. **Verbete: terrorismo.** In: Dicionário de Conceitos Históricos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 397-400.

ZIMMERMANN, Michael E. **Contesting Earth's Future: Radical Ecology and Postmodernity.** University of California Press, California: 1994. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=ptPT&lr=&id=3eBLapnpKcC&oi=fnd&pg=PR9&dq=ZIMMERMANN,+Michael+E.+\(1994\).+Contesting+Earth%E2%80%99s+Future:+Radical+Eco](https://books.google.com.br/books?hl=ptPT&lr=&id=3eBLapnpKcC&oi=fnd&pg=PR9&dq=ZIMMERMANN,+Michael+E.+(1994).+Contesting+Earth%E2%80%99s+Future:+Radical+Eco)>.

Recebido em 19/04/2016

Aprovado em 08/08/2017

RESENHA DO LIVRO

SOCIEDADE DA TRANSPARÊNCIA

BOOK REVIEW

THE TRANSPARENCY SOCIETY

*Rhuann Fernandes**

Referência da obra completa da obra resenhada: HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência.** Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2014.

A necessidade de fundamentar um novo campo de estudos sociológicos vem surgindo a partir das análises e questionamentos recentes que são exercidos sobre as redes sociais digitais. Muito se fala em uma sociologia da internet e/ou uma ciência social computacional que consiga investigar uma proporção crescente de atividades humanas, como interações sociais e entretenimento dos indivíduos nas redes, que permita examinar e interpelar o comportamento desses frente às tecnologias digitais e verificar a ampla disponibilidade de extensos registros de comportamento individual. Considerando esses aspectos, faz-se necessário refletir de que forma as novas modalidades tecnológicas que são compartilhadas mundialmente podem transformar hábitos e homogeneizar as estruturas de diferenciação nas sociedades, levando em consideração que vivemos numa coletividade hiperconsumista. Isto é, é possível observar uma lógica de operação do capitalismo neoliberal em escala global, que têm tendências muito homogeneizantes, em que se pode fazer paralelos e aproximações com indivíduos em vários lugares do planeta no que se refere ao uso das redes sociais digitais.

Em outras palavras, é indispensável destacar a ideia de que os modos os quais as sociedades consomem as plataformas online possibilitam moldar os comportamentos dos indivíduos que nela vivem e interferir no processo de sociabilidade desses. Em realidade, essa é uma das formas de controle social possibilitadas pelo capitalismo informacional, pois quanto mais análogos são os indivíduos, mais o capitalismo produz. O atual sistema econômico necessita da existência de uma similitude entre as relações sociais construídas pelos indivíduos, visto que o neoliberalismo não funcionaria se as pessoas fossem diferentes, já que a partir das redes sociais digitais são produzidos dados quantificáveis que possibilitam enxergar tendências e reações, que são resultados de operações algorítmicas que dominam os indivíduos sem que eles percebam, igualando-os. Sendo que tudo o que é publicado e publicado nas redes é passível de ser empacotado e vendido em forma de dados para grandes empresas e empresários, como podemos observar, por exemplo, pelas polêmicas recentes que envolveram as políticas de privacidade do Facebook. Nesse sentido, os indivíduos são transformados em indivíduos (divisíveis), uma massa que é somente um conglomerado de dados. Em outros termos, a globalização exige a superação das diferenças entre as pessoas, pois quanto mais estas forem idênticas, mais veloz é a circulação do capital, das mercadorias e da informação. A tendência é para que todos se tornem semelhantes enquanto consumidores.

Por esse ângulo, criticando com veemência o que seria o atual “inferno do igual”, Byung-Chul Han, em sua obra *A Sociedade da Transparência*, nos apresenta constantes reflexões filosóficas. No livro, o filósofo germano-coreano cria os argumentos em torno dessas fundamentações, buscando compreender diversas dimensões sociais da vida humana. Leva-se em conta que há um vazio existencial preponderante entre os indivíduos, que os torna reféns dos grandes fluxos da internet e do capital, onde esses sujeitos se convertem em seres plenamente incompletos. A completude viria na busca permanente por luz e por transparência sobre o outro, apesar desse outro, na maioria das vezes, prosseguir o igual, sendo idêntico a quem o procura. O autor dissecou tais temas e elementos dentro de nove pequenos capítulos: 1º *Sociedade Positiva*, 2º *Sociedade da Exposição*; 3º *Sociedade da evidência*; 4º *Sociedade Pornográfica*; 5º *Sociedade da Aceleração*; 6º *Sociedade da Intimidade*; 7º *Sociedade da Informação*; 8º *Sociedade do Descobrimento* e 9º *Sociedade do Controle*. Com originalidade no enfoque sobre o tema da transparência, sem, contudo, explorá-lo de forma exaustiva, Han instiga o leitor dentro de uma crítica também direcionada aos processos de positivação das relações, acompanhando questões colocadas por autores como Walter Benjamin e Agamben. Importante dizer que Byung-Chul Han atualmente é professor de Filosofia e Estudos Culturais na Universidade de Berlim, onde dirige um programa de Estudos Gerais. Além do livro *A Sociedade da Transparência*, ele debate também as questões levantadas aqui em mais quatro obras: *A expulsão do outro* (2018); *O aroma do tempo* (2016); *A agonia de Eros* (2014) e *A sociedade do cansaço* (2014).

Han, inicialmente, questiona o fato das redes se tornarem um fator homogeneizante das relações sociais, não havendo espaços para contranarrativas, só para uma forma: a narrativa irrefutável do igual, que seria a nova forma que a sociedade da transparência encontrou para vigiar seus habitantes, modelando-os por intermédio da transparência e vigia mútua nas redes. Assim, ele direciona seu argumento afirmando que as relações são trocadas pelas conexões, nas quais os indivíduos acham o próprio reflexo de si (narcisismo), já que se tem a possibilidade de excluir aquilo que não se curte ou contraria suas expectativas, visto que o igual não pesa e muito menos magoa. Logo, as redes difundiriam aquelas partes do universo que nos cativam, quer dizer, as conexões que realizamos por intermédio das redes sociais não servem para nos aproximar dos outros, pelo contrário². Ora, é um aplicativo ideal para encontrarmos indivíduos que pensam de maneira idêntica a nós, fazendo passar longe dos desconhecidos e de quem difere de nossos princípios, o que nos permite ter relações e comportamentos extremamente previsíveis.

A discussão em torno dos temas transparência, exposição, vigilância e controle é o aspecto mais interessante e central abordado pelo autor, pois ele consegue desenvolver uma conexão concreta entre tais elementos, investigando como uma dimensão está atrelada à outra e de que maneira todas essas sustentam o que ele denomina como Sociedade Transparente. Além disso, Han busca compreender o quanto esse discurso de transparência desassossega os indivíduos, aparecendo e crescendo no corpo social à medida em que se propõe mais vigilância e mais controle, que, aparentemente, é admitida enquanto uma aposta necessária para convivência entre os próprios. Um desses desassossegos estaria presente no medo de estar perdendo algo ou até mesmo tudo do que está acontecendo do “lado de

² Refiro-me ao Facebook por ser a rede social mais utilizada e o terceiro site mais visitado do mundo.

fora”, o que, na atualidade, se justifica pelo medo da não-informação e por isso se mantém tanto tempo conectado. A sociedade da transparência conseguiu de forma bem menos analógica e mais virtual alcançar níveis de controle constante em todos os espaços, até mesmo o comportamento ao ar livre. Desse modo, na presente obra, Han problematiza a disposição e necessidade que os indivíduos sentem em se expor nas redes, um hábito que, no primeiro momento de sua obra, ele compara, de modo metafórico, à pornografia.

Sua obra nos instiga à reflexão sobre como os entrecruzamentos online podem se tornar problemáticos e perigosos à medida que alimentamos cada vez mais esse sistema econômico poderoso, pois, por intermédio de softwares cada vez mais inventivos, as redes conjecturam identificar o que queremos e nos direcionam para o consumo em massa, o que acaba por moldar nossos gostos e assimilá-los por meio da vigilância que é exercida a partir dos rastros de nossas ações que permanecem fixadas na internet, organizando extensivos arquivos sobre o nosso comportamento e modos de ser. Cardoso (2018) demonstra que “traços de personalidade e atributos pessoais são predizíveis a partir dos registros digitais deixados em redes sociais” (CARDOSO, 2018). Dessa maneira, o que podemos interpretar é que existem imensas possibilidades da previsão dos nossos comportamentos a partir de questões elementares, tais como as reações que fazemos no Facebook sobre algum produto ou uma mera pesquisa no Google sobre como presentear um amigo. Um dos questionamentos centrais de Han é como a apropriação desses dados por determinadas empresas de mídia social causam impactos direto no modo de agir dos indivíduos, sobretudo com relação à vigilância, o consumo hiperativo e a correspondência do descarte. Ou seja, descartar na mesma medida do que se consumiu, já que os produtos apresentados através das redes se tornam supérfluos e efêmeros de um dia para o outro, naquilo que o autor denomina de “alienação de si mesmo”, figurando-se no consumo exagerado de produtos ou entretenimento.

Levando isso em consideração, Han indaga a forma pela qual nos relacionamos hoje e a que ponto nossos elos são plastificados dentro dos enquadramentos funcionais da internet, na qual compartilhamos a vontade mútua de vigiar uns aos outros. Desse modo, segundo o autor, tornamo-nos seres operacionais, acabando por se converter em um elemento funcional do processo de exibição de nossas vidas, já que os indivíduos se veem induzidos à exposição a todo instante. A necessidade de esclarecimento presente pressupõe uma transparência recíproca, onde a sociedade submete os indivíduos a quase se adequarem em um comportamento padrão, de maneira que alimente o apetite por compartilhar partes cuidadosamente selecionadas de suas vidas pessoais na Internet, mesmo não sabendo quem terá acesso. Nesse sentido, apesar de quererem se mostrar diferentes, acabam agindo todos iguais, sem a autenticidade que se imaginam no momento da ação de se expor, pois a finalidade é produzir sempre a si mesmos. E um exemplo básico que poderíamos listar aqui é o fato da organização de nossas vidas ser baseada em torno das notificações de celulares e seus respectivos aplicativos, em que se é exigido dos indivíduos um imediatismo e uma correspondência constante e acelerada nas respostas, não cabendo ao ser um momento espontâneo e vazio, e, nesse caso, observamos novamente um padrão, pois o “estranho” é o indivíduo que demora a dar respostas na mesma velocidade ou aquele que se ausenta dessa relação.

Desse jeito, permitimos que a vigilância se intensifique e que essa seja usada para “iluminar” diariamente nossas vidas. É importante destacar que, para o autor, o processo de transparência vivo em nossa sociedade é gerado por meio de uma “luz”, e ele situa esse argumento em uma perspectiva histórica comparada. Em outras palavras, Han diferencia o desejo da luz homogeneizadora que torna tudo liso em nosso convívio, da luz que sempre gerou oposições ao longo da história. Para ele, essa luz, desde a Antiguidade, através da Idade Média e até o Iluminismo, dominou o discurso filosófico e teológico, que exprimiu uma forte referência. Ela brota de uma fonte ou de uma origem exata na história do ocidente e o seu significado está em instâncias que obrigam, prometem ou proíbem, como Deus ou a razão. Por conseguinte, essa luz propicia o desenvolvimento de uma negatividade, que age em termos de polarização e gera oposições. À vista disso, a luz e as trevas são igualmente originárias, onde a luz e as sombras se pertencem mutuamente. A luz da razão e a obscuridade do irracional ou do simplesmente sensível produz-se uma à outra. E é isso que é contrário à nossa sociedade, pois falta a esta uma luz divina que implica uma tensão metafísica. Por isso, afirma-se que toda positividade é desprovida de transcendência. Segundo Han, a transparência não surge através de uma fonte de luz, “é antes uma radiação sem luz, que, em vez de esclarecer, tudo penetra e tudo torna transparente” (p.60). A luz que conhecemos no mundo digital é penetrante e atravessa, homogeneizando e nivelando, enquanto a luz metafísica gera hierarquias e distinções, e cria, desse modo, ordens e orientações para novas configurações políticas, pois permite uma poliracionalidade ao invés de linhas de pensamento unidirecionais que induzem a ações convencionais. Dessa luz homogeneizante nas relações, Han afirma que no inferno do igual, que iguala cada vez mais a sociedade atual, não mais nos encontramos com a experiência díspar, que pressupõe a transcendência, a radical singularidade do outro. Há o terror da imanência instalado, que transforma tudo em objeto de consumo.

Uma das estratégias de usos de informação online, analíticas e inteligentes que registram grandes volumes de dados dos indivíduos em rede que podemos destacar como exemplo, de maneira breve, é o *Big Data*. Associado ao poder da tecnologia de informação e aliado à estatística, programações matemáticas avançadas e estudos no campo das ciências sociais, o *Big Data* consegue estudar as mais diversas ações diárias da sociedade, inclusive as manifestações de usuários nas redes sociais, nas quais são fornecidos, sobretudo, dados valiosos para as empresas que almejam despontar no mercado, identificar as preferências de consumo, entender hábitos, detectar o público-alvo e sugerir a este certa demanda, além das informações sociais e demográficas. Assim, empresas utilizam as redes para conhecerem melhor seus clientes, entenderem seu comportamento de compra e sugerir opções que se enquadrem em seu perfil, com o objetivo de desenvolver e usar métodos digitais para influenciar pessoas a agir de determinadas maneiras, sobretudo no meio político, onde segundo Cardoso (2018), “o uso de Big Data e algoritmos na política é hoje uma das principais ferramentas à disposição dos grupos em disputa e dos atores envolvidos” (CARDOSO, 2018).

Mesmo não tocando nesse assunto diretamente, Han faz uma análise que nos leva a imaginar questões bem próximas e a transcender os limites de nossa realidade. Para o autor, nós fornecemos nossos dados através de nossas exposições conscientes, despindo-nos a todo instante com o objetivo de compartilhar medidas positivas, no sentido de trazer luz uns aos outros mostrando nossas vidas belas

e assertivas, que na verdade confundimos com a tal desejada liberdade ou a prática dela. E é nesse ponto que concordamos abertamente em nos supervisionar, sem que necessariamente tenhamos permissão para tal, já que as redes nos dão certo consentimento com os termos de serviço e as políticas de privacidade, que por muitas das vezes não lemos por falta de paciência. À aparente liberdade dos consumidores falta toda a negatividade, tanto que o Google e as redes sociais, que se apresentam segundo espaços de liberdade, adotam formas de monitoramento mútuo. Portanto, ao contrário do que moralmente se supõe nos dias de hoje, para o autor, “a vigilância que recebemos não se realiza como ataque à liberdade. É, antes, voluntariamente que cada um se entrega ao olhar panóptico, no qual todos estão de acordo” (p.72). Pode-se interpretar que nessas redes ficamos sob o olhar atento de todos os outros indivíduos, para espionar e sermos observados ao mesmo tempo, de maneira recíproca. O que não está nas redes, é como se não existisse. As redes se tornam um lugar excepcional para enaltecer o próprio ego e, por vezes, mostrar as vantagens adquiridas pelo que o dinheiro pode comprar, exprimindo as coisas a dimensão de preços na qual o consumo se torna ilimitado.

A partir da definição de “inferno do igual”, Han afirma que as pessoas vestem suas relações pela positividade dos fatos, seguindo uma mesma ordem em conjunto. “Há uma homogeneização dos comportamentos pela necessidade de transparência, já que as coisas se despojam de sua singularidade” (p.12). Traçando um paralelo com Crary (2014), pode-se dizer que “existe uma sincronização em massa da consciência e da memória” (CRARY, 2014), pois a padronização da experiência foi exercida em larga escala, o que implica, nesse caso, na perda de identidade e da singularidade subjetiva. Com tal característica, não há mais suspense ou obscuridade sobre o outro, não há mais vazios ou lacunas a serem preenchidas. A vontade incessante de clareza se tornou uma exigência onipresente, algo *sui generis*. O autor sublinha que a sociedade da negatividade é substituída por uma outra, na qual a negatividade é cada vez mais desarticulada em benefício da tal positividade. “A transparência é uma coação sistêmica que se apodera de todos os fatos sociais e os submete a uma transformação profunda” (p.13).

Por conta disso, as particularidades não importam mais, pois foram suprimidas. A valorização do novo, a demora para adorar e admirar as coisas tornam-se aspectos negativos em uma sociedade onde se preza pela imediatez/rapidez das coisas, as coisas tornam-se velhas e ultrapassadas rápidas demais, em instantes. O autor nos chama atenção afirmando que a sociedade se tornou mais rápida, o desejo é realizado sem contemplação e de uma forma muito líquida devido à falta de paciência. Essa dimensão é entendida pela aceleração que o mercado ou o atual “*modus economicus*” afeta e elabora relações em nosso meio social. Por esse ângulo, bem como constata Crary (2014), “as nossas relações são interpretadas que nem um local de trabalho ininterrupto ou um shopping center de escolhas, tarefas, seleções e digressões infinitas, na qual o consumo e o descarte ocorrem sem pausas” (CRARY, 2014). Desse jeito, identifica-se que a cultura de massas se torna algo inevitável, pois a iminente dessacralização do mundo e a laicização da cultura fazem com que nossas atividades sejam direcionadas ao valor de mercado, desconsiderando qualquer produção que não tem por fim fincar aos moldes da indústria em um cenário social como o atual, onde a cultura vira uma mercadoria padronizada a ser consumida.

Dentro dessas observações, Han destaca que os nossos valores estão ligados à velocidade de troca de informações e o consumo dessas. A hiperinformação e a hipercomunicação documentam a falta de verdade, e até mesmo a falta de ser. “Mais informação e mais comunicação não eliminam a imprecisão fundamental do todo. Pelo contrário, agravam-na” (p.20). Isso faz com que as pessoas não encontrem mais apreço pelas coisas, pois não se permite lacunas de informação nem de visão. A Sociedade Negativa, ao contrário da transparente, seria aquela que assume o valor de profundidade e exaustão da demora. Na que vivemos, as pessoas não têm ou não sabem o significado da espera e paciência, as coisas acontecem de um modo muito precoce. Por isso, por meio da positivação dos fatos, a sociedade da transparência condena o segredo e o suspense, pois é algo negativo e nada atrativo para os indivíduos que a compõem, visto que esses vislumbram a exposição e detestam esperar para ver alguma coisa.

A partir dessas argumentações, Han descreve o fenômeno da exposição, tentando entender de que maneira os indivíduos querem tudo desnudar, inclusive as próprias relações. Estes acabam por adquirir uma necessidade de expor a si próprios, que é compartilhada no âmbito que vivem. Destarte, o intuito principal é gerar publicidade sobre si próprio. Por conta disso, a fotografia assume outro caráter e se transforma na mercadoria do século mediante as redes, o que ele vai definir como “capital da atenção” (p.22). A época do Facebook e dos programas que editam fotos, tal como o *Photoshop*, torna o rosto humano uma face que se dissolve por completo no seu valor de exposição. Por consequência, a face é entendida como o rosto exposto sem a aura do olhar, é o rosto humano sob a forma de mercadoria comercializável. Na sociedade exposta, cada sujeito se torna o seu próprio objeto de publicidade, o seu valor de exposição é a medida de tudo. Assim sendo, um bom ponto a se afirmar é que vivemos numa sociedade pornográfica, pois tudo é voltado para fora, descoberto, despojado, despido e exposto. As pessoas não pensam somente em si, mas de que modo os outros vão pensar e reagir sobre suas ações. Por isso, entende-se que as ações dos indivíduos em rede são movidas de acordo com a inspeção que será exercida sobre aquilo que será exposto por ele. “O excesso de exposição faz de tudo uma mercadoria, na qual tudo é entregue, nu, sem segredo, à devoração imediata” (p.24). A economia do sistema capitalista submete tudo à coação da exposição e só a encenação expositiva gera valor; renuncia-se, desse modo, a toda peculiaridade das coisas.

Dentro dessa perspectiva, observa-se que não temos mais a capacidade de nos aprofundar no prazer, no segredo e no desejo, bem como a sedução, que desaparecem, pois a sociedade transparente induz a exposição e a evidência o tempo inteiro. O objeto da composição dessa sociedade é o corpo nu, porque esse é positivado. Desse jeito, confirma-se, na perspectiva de Han, que essa sociedade busca ser lisa e plana e condena o mistério, sendo tudo exposto do jeito de mercadoria junto ao incentivo à hipervisibilidade. O autor vai destacar que no corpo social não se explora mais com intensidade as coisas plenas, como uma obra de arte. Tudo que está em um processo lento é colocado para fora. As coisas são visualizadas de modo operacional: o que não serve para o sistema capitalista, torna-se obstáculo, inclusive pessoas. O tempo, bem como as práticas humanas, devem ser aceleradas a qualquer custo. Os rituais e cerimônias têm o seu tempo próprio, o seu próprio ritmo e tato. A sociedade transparente elimina todos os rituais e cerimônias, na medida em que estes não podem se tornar operacionais,

“porque são um obstáculo à aceleração dos ciclos da informação, da comunicação e da produção” (p.48-49).

Um dos pontos mais importantes, ao meu ver, na obra de Han, é o fato dele observar a existência da violência da transparência, que, à primeira vista, nos deixa um pouco intrigado e que nos faz ter sensações pouco sombrias mediante a sua perspectiva política pessimista. É dessa forma que ele começa a descrever a sociedade de controle, percebendo que, ao destacar todos esses pressupostos que advêm da transparência [citados acima], ele sintetiza dizendo que existe uma violência para as pessoas se tornarem cada vez mais transparentes. A partir disso, é mais fácil corrigir/controlar umas às outras, a contar da denominação do “panóptico digital”. Assim, as pessoas agem de uma maneira quando sabem que estão sendo vigiadas e de outra quando não se tem essa sensação. Todavia, Han afirma que esse panóptico não é aquele que têm os olhos de vigilante em um centro do jeito que Foucault já explicitou em uma de suas análises para tratar da sociedade disciplinar. Pelo contrário, esse panóptico de Bentham, no qual um observa o outro sem ser visto, hoje cai por terra. Segundo Han, nós estamos inseridos no panóptico digital, que pressupõe uma vigilância e controle recíprocos dos fatos, onde cada um e todos controlam todos e cada um. Em vista disso, a peculiaridade do panóptico digital está no fato de os próprios indivíduos colaborarem de maneira ativa na sua construção e na sua conservação, na medida em que eles próprios se exibem e se desnudam nas redes. O exibicionismo e o voyeurismo alimentam as redes enquanto panóptico digital. A sociedade do controle se consoma onde o seu sujeito se desnuda não por coação externa, mas por força de uma necessidade gerada em si próprio, ou seja, “quando o medo de ter de renunciar à sua esfera privada e íntima cede à necessidade de se exhibir sem vergonha” (p.68-69).

Em torno disso, entende-se que “o controle total aniquila a liberdade de ação e conduz, em última instância, à uniformidade” (p.69-70). Atualmente são exigidas novas configurações, inclusive dos espaços públicos, pois a transparência está ligada às formas digitais e estas alteram as relações dentro dos espaços que são compartilhados nas cidades. As relações que ocorrem no meio digital se confundem com os aspectos econômicos, à medida que são derivadas deles, enfim, são resultados previstos, planejados e administrados. Tais formas se ligam não só à economia, mas à sexualidade e ao espírito, sempre se alterando e dando novas configurações e sentido aos ambientes e como as pessoas irão se comportar neles diante aos novos meios de comunicações digitais. De todo modo, precisamos ter atenção na hora das escolhas, pois agora sabemos que com qualquer ação nas redes podemos contribuir para o panóptico digital, na medida em que nos desnudamos e nos expomos juntos à grande parte da sociedade. A saída, para Han, estaria na contemplação dos momentos vazios, em que não nos autoexplorássemos a partir das redes, buscando a reflexão profunda sobre nossas vidas na tentativa de encontrar outras narrativas, entendendo que a utilização das redes sociais é só um meio e não um fim em si mesmo. 🌀

* Rhuann Fernandes, à época da submissão, cursava o 5º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: rhuannfernandes.uerj@gmail.com.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARDOSO, B. **Por que fazer uma sociologia da internet? Sobre o caso Cambridge Analytica e Facebook.** Disponível em: <<https://ledufrj.wixsite.com/ledufrj/single-post/2018/03/25/Por-que-fazer-uma-sociologia-da-internet-Sobre-o-caso-Cambridge-Analytica-e-Facebook>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CRARY, J. **24/7 - Capitalismo tardio e os fins do sono.** São Paulo: Cosac Naify, 2014.

Recebido em 18/08/2017

Aprovado em 05/05/2018

LIMA BARRETO, UM INTELLECTUAL DE FRONTEIRA:

ENTREVISTA COM LILIA M. SCHWARCZ

LIMA BARRETO, AN INTELLECTUAL OF BORDERS:

INTERVIEW WITH LILIA M. SCHWARCZ

Entrevista realizada por Anthony Rodrigues e Francisco W. Kerche***

Em Agosto de 2017, a Revista *Habitus*, junto com a Companhia das Letras, o Núcleo de Estudos Comparados e Pensamento Social (NEPS-IFCS), o Instituto de História (IH-IFCS) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA-IFCS), fez o lançamento do livro *“Lima Barreto: Triste Visionário”* de Lilia Moritz Schwarcz, no auditório da mesma universidade em que Lima Barreto um dia estudara quando ainda fazia parte da Escola Politécnica. Pela imensa importância das discussões ali debatidas e da enorme repercussão que vem ganhando esta obra sobre a literatura negra no Brasil, pedimos para Lilia uma entrevista para nossa revista, a qual aceitou.

Autora de obras como *“Brasil: Uma Biografia”* e *“Batalha do Havaí”*, outorgada pela Academia Brasileira de Letras, professora na Universidade de São Paulo e professora visitante em Princeton, Lilia M. Schwarcz tem sido um nome de extrema importância no estudo de raça no Brasil. Sua última obra *“Lima Barreto: Triste Visionário”* tem tido sucesso em todo o país, e remodela a maneira de observar a literatura negra da Primeira República.

Nesta entrevista, a autora nos conta sobre o seu caminho profissional, o processo de criação da biografia, suas descobertas e dificuldades desde o momento de sua idealização, como também a importância de recuperar Lima Barreto em um momento no qual a valorização da cultura negra está diretamente associada com o processo de resistência que populações periféricas – de maioria afrodescendente – enfrentam diante do aumento das políticas de violência contra seu povo.

* * *

Revista *Habitus*: *Lilia, a gente queria primeiro que você contasse sua trajetória. Como você se interessou pela Antropologia, por História e especialmente nos estudos sobre raça?*

Lilia Schwarcz: Faz tempo, não é? (risos)

Revista *Habitus*: *É, vamos começar lá atrás.*

Lilia Schwarcz: Eu vou contar uma história pitoresca, não sei se vocês já sabem, mas ela é verdadeira. Quando eu fui fazer o vestibular, pensei que tinha prestado para Ciências Sociais. Na minha época, você fazia uma “re-opção”, você tinha uma segunda opção e a minha segunda opção era História. E aí quando saiu o resultado do vestibular, eu fui lá na Fuvest e falei assim “eu queria ‘re-optimar’ para minha primeira opção”. E aí o sujeito olhou pra mim e falou: “como assim? a sua primeira opção é História”. Ou seja, eu pensei que tinha prestado para Ciências Sociais e prestei História. Foi quando o funcionário me disse “então... você começa História, que é um bom curso simpático, depois você vai para Ciências Sociais”. Fiz, então, História e não quis mudar para Ciências Sociais. Durante a graduação eu estudei com o professor Fernando Novaes modelos de escravidão em lugares de menor produção. Com o Professor Jaime Pinsky fiz uma pesquisa sobre escravidão em Vila Bela (hoje Ilha Bela). Esse foi meu início. No entanto, quando fui prestar o mestrado, achei que gostaria de estudar não apenas o número de escravos e aferir a quantidade de fugas (por exemplo). Eu queria mesmo era entender as representações dos escravos nos jornais. Naquela época conheci, por causa do meu trabalho na Brasiliense –eu organizava uma coleção chamada “Tudo é História” –, o professor Carlos Brandão. Foi Brandão quem me disse que eu precisava enveredar para uma questão mais teórica. Foi então que decidi estudar representações sociais e pensei em prestar Antropologia na Unicamp, onde Brandão lecionava. Eu acabei entrando na antropologia da Unicamp. Ocorre que descobri que estava grávida da minha filha Júlia. O chefe do departamento era o Professor Antonio Augusto Arantes. Então eu marquei uma reunião com o Arantes, porque, como havia entrado em primeiro lugar e teria bolsa, julguei que precisava me explicar. Telefonei então para o professor alegando “que tinha um problema”. E aí ele me respondeu “qual é o seu problema?”. Respondi que preferia falar pessoalmente. Achava que estava traíndo a pátria (risos). Cheguei em Campinas preocupada e disse ao Arantes: “Professor Arantes, eu estou grávida de quatro meses. Eu não sabia, o senhor precisa acreditar”. Eu lembro que o Arantes assim reagiu: “você não tem um problema, você tem uma solução”. Na minha vida tudo se inverte: entrei com a orientação da Manuela [Carneiro da Cunha], e quando ela foi fazer pesquisa na África, Arantes, como chefe, assumiu minha orientação. No mestrado eu entrei com o projeto que eu mantive, sobre os negros nos jornais. E o material rendeu muitíssimo. Na época, esse era quase um anti-tema na universidade. As pessoas achavam que ali não havia problema, não tinha questão. Defendi e publiquei o mestrado – “Retrato em branco e negro” (1988) - e resolvi prestar o doutorado com a Manuela. A essas alturas, ela tinha ido pra USP. Eu entrei no doutorado com um projeto bem bonito sobre os Kaingang, sobre o massacre dos Kaingang no final do século XIX, um projeto mais afinado com as questões da Manuela. Novamente fui bem posicionada na seleção, mas comecei a falar pra mim mesma “eu não quero fazer esse projeto” (risos). Na verdade, tinha me sobrado “um resto de pesquisa ” acerca do tema do apartheid social quase vigente no início do 20. E aí eu fui construindo a pesquisa. Entrei no IDESP³ nessa época, num projeto sob liderança do Sergio Miceli. Era um grupo incrível: Marisa Correia, o Sergio Miceli, Heloísa Pontes, Maria Arminda do Nascimento Arruda, enfim, um grupo que me ensinou muito. Eu era a única que trabalhava o século XIX. E para a pesquisa do Sergio eu comecei a fazer o que eu queria (risos). Comecei a estudar as instituições brasileiras do XIX. Iniciei pelos Institutos

³ Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos.

Históricos Geográficos Brasileiros e falei para mim mesma: "aí tem coisa!". Enveredei depois pelos museus de etnologia. Esses dois lados do meu projeto foram feitos para a pesquisa do Sergio Miceli. Tomei então coragem e cheguei para a Manuela e disse "eu quero fazer outro trabalho ". Manuela é uma orientadora à moda antiga; exigente, compreensiva, mas muito crítica. Ela desconfia, cobra do aluno. Para vocês terem uma ideia, até a última hora a Manuela achava que eu não tinha projeto lá (risos). Mas foi muito bom para mim, porque eu tive que ficar me defendendo muito e isso me fez afinar a pesquisa. Passei a estudar as faculdades de Direito e quando eu entrei nas faculdades de Medicina foi como "mel". Porque eu estudei o Renato Kehl, o Nina Rodrigues e toda essa elite do darwinismo racial que na época eu não conhecia. Enfim, essas eram as teorias raciais e na época a gente conhecia muito mais os anos 30 pra cá e a ideia do Gilberto Freyre do que esse tipo de modelo. Eu comecei a dar aula logo no final do mestrado, na Unicamp. Na época do doutorado entrei num concurso para professor na USP. Na USP havia uma tradição de estudos sobre a questão racial. A Manuela estava por lá, assim como o professor João Batista e o professor Kabengele Munanga. Tomei como "missão" que esse era o tema que eu desenvolveria: a questão racial. Mesmo quando comecei a trabalhar na pesquisa que resultaria no livro "As Barbas do Imperador", a questão era importante. Depois do "Barbas" eu fiz o "A longa viagem", que foi uma escapada no caminho: estudei a independência do Brasil por meio dos bibliotecários. A pesquisa seguinte me levou ao mundo de Taunay, e a questão racial estava de volta. Pretendia entender porquê do Nicolas-Antoine Taunay, que era um artista acadêmico que fazia miniaturas, pinturas de história, era professor na academia francesa, quando veio ao Brasil nunca deixou de tratar da escravidão. Na sequência escrevi "Brasil: uma biografia", junto com Heloisa Starling, onde a questão racial é também basilar. Nesse meio tempo, também trabalhei no grupo da coleção "História da vida privada". Foi nesta época que escrevi a primeira versão do texto "Nem preto nem branco, muito pelo contrário". Lá arrisquei essa ideia de que a questão racial naquele momento era uma questão de fórum privado, que ninguém falava. Nesta época, na USP, desenvolvemos uma pesquisa sobre discriminação racial. Recebi cartas muito ofensivas dizendo que eu com esse meu nome de judia não poderia discriminar. E eu sempre julguei que praticar o racismo era praticar o silêncio. O obscurantismo é não poder falar do tema e o que fazíamos na pesquisa era o oposto. Depois escreveria com Lucia Stumpf e Carlos Lima o livro "A Batalha do Avaí", onde analisamos apenas uma tela (do Pedro Américo). Mostramos como a questão racial era fundamental. Isso numa tela que dividiu o Império porque mostrou negros combatendo lado a lado com brancos. Incrível como esse é um tema que é quase um tabu. O racismo é um dos pilares perversos da história do Brasil, mas muitos jornalistas ainda me inquerem a respeito. Foi nesta época que me preparei para esse livro sobre Lima Barreto que, eu digo sempre e é verdade, eu vim escrevendo a vida toda. Eu sempre dei aula de pensamento social, sempre dei o curso que chamei de "Uma antropologia do Brasil" e que se concentrava no período de 1870 a 1930. E nele sempre me emocionava com a aula sobre Lima Barreto. Depois que acabei o "Brasil", eu entrei de cabeça no livro. Meu amigo André [Botelho] está de prova como em três meses fiz a primeira versão do livro. Eu estava quase que grávida do livro (risos). Essa é uma questão que me toca profundamente. Tenho um ativismo antigo, luto por cotas e pela afirmação positiva. E me orgulho muito que, mesmo atrasados, finalmente tenhamos um programa de cotas na Universidade de São Paulo. A ques-

tão racial é um tema incontornável na nossa agenda cidadã e sempre fez parte das minhas preocupações.

Revista Habitus: *Como foi o processo de pesquisar os dados da vida do Lima Barreto e organizar tudo em um livro?*

Lilia Schwarcz: Esse curso "Uma história da antropologia" era "uma" história da antropologia e não "a história". Eu lia com os alunos o "Diário do Hospício" e lia o "Cemitério dos Vivos" de Lima Barreto. Lima Barreto é um autor da minha cabeceira e não sei quantas vezes eu li "Triste fim", "Clara dos Anjos" ou os contos deste autor. Eu sempre achei que Lima Barreto era um intérprete do Brasil do pós-abolição, mas um intérprete para o Brasil. E me impressionava sempre mais como o Lima Barreto era uma voz única. Basta lembrar do hino da República que dizia: "nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país". "Outrora" era um ano e meio atrás, mas ninguém queria falar do tema. E Lima Barreto falava a todo momento, nas crônicas, nas colunas, nos romances, e me impressionava muito essa voz solo do escritor, essa voz solitária. Do tipo: "Fui chamado para a embaixada do Chile. Não pediram documentos a ninguém, a mim pediram. Me chateei". Esse tipo de declaração era uma coisa muito forte naquele contexto e hoje. Eu sabia também que esse seria um livro difícil, muito dolorido de fazer. Lima Barreto é um autor que tem mais teses sobre ele do que críticos da sua literatura. Lima Barreto também foi um autor condenado por sua biografia, ou seja, outros autores foram boêmios, mas só Lima teve seu biografismo tão colado a sua vida. Além do mais, eu sabia que Lima tinha uma excelente biografia, escrita em 1953 pelo Francisco de Assis Barbosa. Lima também teve excelentes críticos, estudiosos como Beatriz Resende, Arnone Prado, Francisco Foot Hardman, Nicolau Sevcenko que faleceu recentemente, Luciana Hidalgo... Minha única oposição a essa literatura é de que havia uma vitimização muito grande de Lima Barreto. Eu acho, sim, que Lima Barreto foi uma grande vítima. Mas ele foi mais que isso, ele pede mais de nós. Porque foi um intérprete do Brasil, foi uma pessoa com muitos projetos, uma pessoa com muitos sonhos. Eu também acredito que biografia não deve transformar o autor num herói absoluto. Eu via um autor muito contraditório, e tentei trazer ambiguidade na biografia. Também me preocupava e questionava o meu protagonismo. Mas acho que a questão do racismo não é só dos negros e afrodescendentes. Ela é uma questão que interpela a nossa República. É certo que o protagonismo é dos negros; a dor e o preconceito eu não conheço. Mas ao mesmo tempo, como eu digo na introdução do livro, eu me sinto "afetada" pelo tema. No sentido rousseauniano da alteridade que transforma. Enfim, eu sabia o que ia enfrentar, mas eu vinha me preparando e escrevendo muito sobre Lima. Tive pesquisadores sensacionais: a Paloma Malaguti, o Pedro Cazes, o Pedro Galdino, Paulinho... e fui em frente. Testei o tema publicando um artigo na revista de Sociologia & Antropologia. Queria muito entender se havia novidade na minha pesquisa, e a questão da intersecção entre marcadores raciais, de gênero, de região e de geração era central. Na verdade, essas eram questões, como eu digo sempre, da minha geração, que aprendi com a emergência da luta no Brasil pelos direitos civis.

Revista Habitus: *Em relação ao Lima, de certa forma essa questão racial é tão forte tanto na vida pessoal dele, em relação à recepção da obra dele por exemplo, quanto na literatura, não?*

Lilia Schwarcz: Total. Vejam só "Recordações do escrivo Isaiás Caminha" e o diálogo entre o pai do Isaiás Caminha, que é um padre, com a mãe, que é uma ex-escravizada. Peguem os trechos dos diários; "Cemitério dos Vivos", quando ele diz "o negro é a cor mais cortante". Tomem os artigos em que ele denuncia as persistências da escravidão e a invisibilidade racial. E isso não é o passado. Quando fui convidada para a Flip, pedi que alguém lesse trechos de Lima Barreto para não parecer invenção minha. Penso que essa invisibilidade da questão racial é às vezes muito barulhenta e às vezes muito invisível. De toda maneira, ainda está presente em nós. Vira e mexe alguém me pega no canto para falar "ah, a senhora está exagerando". Mas basta constatar os dados da PNAD, do IBGE para ver como raça é um *plus*. Nós vivemos, cada vez mais, em bolhas. A academia pode ser uma bolha. E nos acostumamos a pregar para convertidos. Mas o mundo lá fora é cruel nesse e em muitos sentidos.

Revista Habitus: *Lilia, qual você acha que é a importância de resgatar o Lima Barreto para entender a questão racial atualmente?*

Lilia Schwarcz: Acho que Lima Barreto nunca foi tão atual. Acho que talvez a biografia dele, essa repercussão toda por parte da imprensa, a generosidade com que a academia me recebeu tem a ver com a atualidade do tema. Já no seu contexto, Lima Barreto representou uma voz transgressora, uma voz que não se acomodou, uma voz que foi sim contra o sistema e uma voz como a nossa, contraditória como a nossa (risos), e que tinha as suas idiossincrasias. Ele era contra o feminicídio, mas contra também os grupos feministas; era contra o futebol por bons motivos (porque ele achava que o esporte incitava à guerra), e também porque ele estava vendo o que tinha acontecido em 1922 quando Epitácio Pessoa mudou a coloração dos jogadores. Lima também não é um ingênuo, ele é como nós, a gente erra, a gente acerta. Lima era um escritor afro-brasileiro interessado em questões afro-brasileiras. Ele fazia uma literatura negra, e não por uma questão essencialista; mas porque em sua obra ele tira os negros do segundo plano e os traz para o primeiro plano. Não existe esse *fla-flu* Lima Barreto contra Machado de Assis. Já temos dicotomias demais para criarmos mais uma. Porém o que os diferia eram projetos literários diversos. Machado apostava numa literatura mais universal. Já Lima fazia uma literatura que ele definia como militante, ele era um autor do início do século vinte que leu e se apaixonou pelos Russos; era um autor que fazia uma literatura autobiográfica, que na época era considerada sem imaginação. Uma forma de entender essa literatura, na minha opinião, afrodescendente, não é só no atacado, ou seja, observando os protagonistas mestiços; negros; mulatos azeitonas; dentre outros. É possível também pegar no pequeno, nos detalhes: eu trabalho com o "atacado e o varejo". A forma detalhada como ele descrevia as cores dos personagens não era um detalhe, ou mesmo uma cereja de bolo, era fundamental nos romances. Descrever que o pai de Clara dos Anjos, seu Joaquim, tinha um cabelo "carapinha" e a cor mais escura, e que a mãe de Clara era um pouco mais clara e com o cabelo ruim, era um argumento fundamental para o Lima Barreto. Então eu concordo muito com o professor Alfredo Bosi quando ele diz que Luís Gama, Cruz e Sousa e Lima Barreto não se conheceram, mas que há entre eles um fio existencial que os une. Lima era um escritor em um país de maioria negra, no qual

as pessoas não se diziam negras, e que colocava na frente da sua literatura a realidade do pós-emancipação. Não a escondia, não a tratava como um bastidor.

Revista Habitus: *Não só da questão negra, você também citou a questão feminista, dos animais...*

Lilia Schwarcz: Esses são aspectos que a gente vai descobrindo no decorrer da pesquisa. Quando eu estava quase entregando o livro, li os textos de uma colega minha da antropologia, a Nádia Farage. Ela tem um argumento fundamental, ou seja, que nos contos, histórias e crônicas, Lima Barreto trata dos animais de forma muito humana. Ela mostra também como o anarquismo de Lima e o conceito de solidariedade anarquista eram fundamentais nessa aproximação com os animais. Como vocês podem notar, biografia é um projeto aberto, não termina.

Revista Habitus: *E até que ponto essa literatura dele estava associada à vida real, à vida cotidiana no subúrbio do Rio de Janeiro?*

Lilia Schwarcz: Lima Barreto, durante muito tempo, foi tomado apenas como uma testemunha, uma espécie de etnógrafo da Primeira República. Vejam a quantidade de vezes que as pessoas pegam frases do Lima Barreto soltas como uma espécie de documento. Eu começo o livro provocando; já comecei muita briga dizendo que Lima não era bom etnógrafo, pois na verdade o que ele fazia era literatura. O fazer literário, e eu gosto muito do conceito da Manuela Carneiro da Cunha, que chama atenção para a “reflexibilidade da cultura”, é dinâmico. Ou seja, a cultura é o que ela produz, a literatura é o que ela faz. É por isso que Lima, com o correr do tempo, se vivia nos seus personagens, e vice-versa. Se eu dissesse que a literatura não tem nada a ver com o contexto estaria mentindo, até porque o projeto de literatura de Barreto é um projeto militante e impactado pelo “seu momento”. Mas se eu disser que a literatura do Lima – e foi o que fizeram – é só o reflexo do seu contexto e da sua biografia, eu estarei brutalizando o material, que é uma mania que às vezes nós, cientistas humanos, temos de limitar a potência imaginativa da literatura. A potência imaginativa da literatura não se resume ao contexto, ela vai muito além. Vejam por exemplo o “Diário do Hospício” e “Cemitério dos Vivos”. Peguem o original que está na Biblioteca Nacional. Há momentos do diário em que, ao invés de assinar Lima Barreto, o escritor assina Vicente Mascarenhas. E há momentos do diário que acontece o oposto. Ele risca Lima e escreve Vicente Mascarenhas. Vocês podem alegar que ele estava louco. Mas eu não acredito, e quem mostra isso também é o Augusto Massi; outro crítico literário muito importante. Na verdade, nesses contextos, Lima estava se ficcionalizando. Então não podemos usar Lima Barreto como testemunho? Sim, podemos! Mas é preciso tomar cuidado; não se pode tomar a literatura como um documento imediato; aliás, não se pode fazer de qualquer documento uma fonte inquestionável.

Revista Habitus: *De certa forma as relações íntimas e cotidianas do Lima foram mudando muito enquanto ele se “ficcionalizava”, não?*

Lilia Schwarcz: Você diz a família?

Revista Habitus: *Tanto a família, quanto os amigos, o distanciamento que foi ocorrendo, a relação com o alcoolismo...*

Lilia Schwarcz: Mais ou menos, eu tenho dados que mostram como o pai já tinha o alcoolismo como hábito. Mas eu acho que não devemos "biologizar" tudo. Eu não quero passar a imagem que existe algum dado hereditário na família do Lima Barreto e cair, eu mesma, no discurso racial. Os primeiros registros da entrada da bebida na vida do Lima são da época da Politécnica, quando ele era ainda um garoto, e construiu sua turma boêmia, da confraria dos amanuenses. O lema era o seguinte: eles "se reuniam para dizer coisas inúteis". Ele já tinha essa turma na época da Politécnica, o melhor amigo dele, o Noronha Santos, é o velho Noronha, que o acompanha até o último momento. Na última carta que o Lima Barreto manda, ele já não está conseguindo andar direito por conta das juntas inchadas da bebida, e ele pede ao "velho Noronha" que pague as contas pra ele. Também em relação à família, Lima tem uma postura ambivalente. Com seu pai, que na minha opinião é Policarpo Quaresma, uma pessoa sonhadora cheia de planos, mas que não deu certo na vida, ficou alienado em 1902 e nunca mais voltou. Tem gente que diz que foi uma opção, eu não sei se loucura é uma opção, não consigo dizer que loucura é escolha, isso eu não consigo. Mas enfim, com este pai tão solitário, Lima de fato teve uma relação ambivalente. Além disso, ele morreu quase no mesmo dia que o pai; morreu um dia antes na mesma casa pequena no subúrbio de Todos os Santos, e eles estão enterrados no mesmo cemitério, no São João Batista. Um cemitério no bairro de Botafogo, bairro que Lima Barreto, aliás, detestava.

Revista Habitus: *Você podia comentar um pouco mais da relação do Lima sobre a cidade do Rio de Janeiro, a relação da periferia com o centro e como isso influenciou na obra?*

Lilia Schwarcz: Esse é um dos capítulos que mais me deu trabalho para escrever. A Beatriz Resende tem uma pesquisa maravilhosa tratando desse Lima Barreto do centro do Rio. E o Antônio Arnoni tem um livro maravilhoso sobre Lima Barreto anarquista. Mas acho que não havia sido desenvolvida essa reflexão acerca dos subúrbios e, sobretudo, essa reflexão do "trânsito", o quanto o trânsito é importante. Os textos sobre os subúrbios são abundantes na obra do autor; às vezes o subúrbio é plano de fundo, por vezes vira personagem de primeiro lugar. Quando ele constrói, por exemplo, o tio Arrelia, que é um sujeito que conduzia o trem dos subúrbios, é lindo notar como todos os suburbanos viram o tio Arrelia. No "Recordações do Escrivão Isaías Caminha", o trem tem um papel fundamental. Várias crônicas tratam dos subúrbios e da vida que corre dentro do trem. Eu acho que eu procurei um Lima Barreto mais "largo". Mas eu não faria essa biografia se não existissem esses outros críticos de Lima Barreto. Lima Barreto traz um Rio um pouco diferente, que incorpora esses subúrbios que fazem parte das reformas Pereira Passos. Lima é quase um "Equede", cuja função no Candomblé é o trânsito, é transitar e assim criar projetos imaginários e relações.

Revista Habitus: *Uma última questão: tanto essa perspectiva entre centro e periferia e centro e subúrbio me lembra muito o Silvano Santiago com a ideia de entre-lugar ou de obra em trânsito,*

então fazer literatura no Brasil é um entre-lugar por ser uma área de periferia do mundo. Se puder falar um pouco mais sobre isso.

Lilia Schwarcz: Não é à toa que pedimos a orelha para o Silviano Santiago. Ele tem esse projeto modelar, como romancista e como crítico, borrando as fronteiras da biografia. "Em liberdade" é ao mesmo tempo um romance e uma biografia. "Machado" não é uma biografia? Silviano Santiago borra fronteiras; ficcionaliza a vida, e isso é muito difícil para nós, cientistas sociais que mexemos com a literatura como fonte. O Silviano também foi uma influência tremenda por conta das críticas que ele desenvolveu, por exemplo, sobre Policarpo Quaresma. Como ele vai abrindo a horta do João Henriques e mostrando o que quer dizer Policarpo e o que quer dizer Quaresma. Silviano também tem um ensaio fundamental em que mostra como não só o Brasil, mas toda a América Latina vive muito nessa situação do "entre". Nós já somos "entre" por sermos periferia, então nosso lugar já está dado, não é uma opção nem uma escolha. Silviano é fundamental no meu livro, pois me ajudou a construir esse conceito de ambiguidade e ambivalência no Lima Barreto. Outro autor fundamental, que na verdade escreve depois do Silviano Santiago, é o Humi Bhaba, que traz para frente o caso da Índia, que também é uma espécie de periferia de outro sistema. Uma literatura do local, mas que se quer universal. Esse lugar "entre" produz essa ambiguidade estrutural. A minha questão, portanto, era, de um lado, perscrutar a questão racial em Lima Barreto. Mas uma biografia tem que dar conta da ambiguidade, da contradição. Lima Barreto é um intelectual de fronteira, e isso é que é interessante. É um literato, mas ninguém vai negar que ele é um jornalista, ele é um amanuense, ele é um funcionário público, ele é um cronista, ele é um grande escritor de cartas, ele é um intérprete do Brasil. Ele é isso tudo, e se define por esse lugar plural. Enfim, como disse Evaldo Cabral de Melo, "historiador que é historiador tem que calçar as meias do morto". Eu tentei calçar o Lima, mas, ao mesmo tempo, tirei seus sapatos e deixei que esse personagem múltiplo e contraditório nos "afetasse" como me afetou.

Revista Habitus: *Muito obrigado Lilia, foi ótimo, nós da revista Habitus agradecemos.*

Lilia Schwarcz: Obrigada a vocês, a honra é toda minha. 🌐

*Anthony Rodrigues é graduando em Licenciatura em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e ex-membro do Comitê Editorial da Revista Habitus.

**Francisco W. Kerche é graduando em Bacharelado em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e membro do Comitê Editorial da Revista Habitus.